

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

CIBELLE CORRÊA BÉLICHE ALVES

O USO DO *TU* E DO *VOCÊ* NO PORTUGUÊS FALADO NO MARANHÃO

FORTALEZA

2010

CIBELLE CORRÊA BÉLICHE ALVES

O USO DO *TU* E DO *VOCÊ* NO PORTUGUÊS FALADO NO MARANHÃO

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Descrição e Análise Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Silva de Aragão.

FORTALEZA

2010

A478u Alves, Cibelle Corrêa Béliche.

O uso do *tu* e do *você* no português falado no Maranhão / Cibelle Corrêa Béliche Alves. - Fortaleza (CE), 2010.

143 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2010.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Silva de Aragão.

1 - DIALETOLOGIA. 2 - SOCIOLINGÜÍSTICA – MARANHÃO. 3 - LÍNGUA PORTUGUÊSA – PRONOMES. 4 - LINGUAGEM E LÍNGUAS – MARANHÃO. 5 - LÍNGUA PORTUGUESA – PORTUGUÊS FALADO – MARANHÃO. I - Aragão, Maria do Socorro Silva de (Orient.) II - Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Linguística. II - Título

CDD: 469.798121

CIBELLE CORRÊA BÉLICHE ALVES

O USO DO *TU* E DO *VOCÊ* NO PORTUGUÊS FALADO NO MARANHÃO

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Descrição e Análise Linguística

Aprovada em / / 2010

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria do Socorro Silva de Aragão
Universidade Federal do Ceará
Orientadora

Prof. Dr. Antonio Luciano Pontes
Universidade Estadual do Ceará

Profa. Dra. Márluce Coan
Universidade Federal do Ceará

A minha grande família “pequena”, *Stela*, *Raphael* e *Nilton*, que desde o início dessa trajetória me incentivou e apoiou.

A minha avó *Almerinda* que, mesmo de longe, continua me mostrando que “o caminho da escola” é o melhor a ser seguido.

AGRADECIMENTOS

“Para que servem as mãos? Foi com as mãos que Jesus amparou Madalena; Pilatos lavou as mãos para limpar a consciência. Com as mãos atira-se um beijo ou uma pedra, uma flor ou uma granada, uma esmola ou uma bomba! Os olhos dos cegos são as mãos. A mão aberta, acariciando, mostra a bondade; fechada e levantada mostra a força e o poder; empunha a espada, a pena e a cruz! Modela os mármore e os bronzes. Dá cor às telas e concretiza os sonhos do pensamento e dá fantasia nas formas eternas da beleza. Doce e piedosa nos afetos, medica as chagas, conforta os aflitos e protege os fracos. Jesus abençoava com as mãos; Nas despedidas, a gente parte, mas a mão fica, ainda por muito tempo agitando o lenço no ar. Com as mãos limpamos as nossas lágrimas e as lágrimas alheias. E nos dois extremos da vida, quando abrimos os olhos para o mundo e quando os fechamos para sempre ainda as mãos prevalecem.” Ghironi (adaptado)

A realização deste trabalho é resultado de várias mãos, seja ela divina, de mãe, de irmão, de marido, de amigo, ou simplesmente de acalento, de coragem e de força. Assim, agradecer a todas “as mãos” que me ajudaram a percorrer esta viagem é apenas uma forma de confirmar que, de mãos dadas, todos os sonhos se tornam realidade. Sem a mão de *vocês*, eu nada seria.

A Deus, fonte de vida, pela oportunidade de trilhar por esses caminhos e por superar os obstáculos, e aos guias de luz, por me conduzirem sempre.

A minha família, por entender que minha ausência se fazia necessária, pelo incentivo e pelos conselhos da minha mãe Stela, a quem carinhosamente chamo de “sustinha”, que não poupou esforços para me mostrar que os estudos eram/são a herança que ela nos podia deixar; a meu irmão Raphael, pelo cuidado e carinho constantes, e a Nilton, agora marido, pelo apoio incondicional.

A Socorro, “minha bixinha”, que antes de se tornar uma grande amiga e orientadora, já era uma referência para meu percurso acadêmico. Obrigada pelo incentivo e pelos valiosos ensinamentos que, juntamente com seu bom humor e alegria de viver, me ajudaram a escrever uma das páginas mais importante da minha vida.

A Conceição, por ter me guiado nos primeiros passos da pesquisa linguística, pela busca incessante dos textos que ajudaram a compor este e tantos outros trabalhos, enfim por tudo e, principalmente, por acreditar mais em mim do que eu mesma.

A Carol, pela confecção da logomarca, a Fátima, pelo ombro amigo e pelas palavras de conforto nas horas difíceis, e a Zuleica, pelo companheirismo e por dividir os momentos de angústia no decorrer desta longa jornada.

Aos professores Mendes, pelos conselhos acadêmicos; Márluce, pela paciência em explicar o Varbrul via email; Marta Sherre, pelas sugestões e incentivo em momentos precisos; e Odete Menon por ter dispensado momentos de lazer para dialogarmos.

À Família Salvador, em especial, a Mônica pela presteza livremente oferecida e por me permitir ter uma morada onde pudesse repousar a saudade dos que deixei quando parti em busca de um sonho.

Ao PPGL, funcionários e colegas de curso e, em especial, à professora Maria Elias que, com todo rigor e competência, me permitiu amadurecer os primeiros rabiscos.

Ao Projeto ALiMA, pela oportunidade de fazer parte dessa equipe e, em especial, aos auxiliares de pesquisa Edson, Gizelly, Luís e Wendel, que me ajudaram na audição e transcrição dos mds e foram, portanto, co-responsáveis por este trabalho.

À FAPEMA, pela ajuda financeira com a concessão da bolsa tornando possível a conclusão desta pesquisa.

Enfim, àqueles que, de uma forma ou de outra, ajudaram a compor esta fotografia. Agradecer a todos é, pois, o mínimo a ser feito!

Somos diferentes, tu e eu.
Tens forma e graça
e a sabedoria de só saber crescer
até dar pé.
Eu não sei onde quero chegar
e só sirvo para uma coisa
- que não sei qual é!
És de outra pipa
e eu de um cripto.
Tu, lipa
Eu, calipto.
[...]
Dizes na cara
o que te vem a cabeça
com coragem e ânimo.
Hesito entre duas palavras,
escolho uma terceira
e no fim digo o sinônimo.
Tu não temes o engano
enquanto eu cismo.

Tu,tano.
Eu,femisn

(Luis Fernando Veríssimo)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é fazer uma “fotografia sociolinguística” do português falado no Maranhão no que concerne ao uso de *tu* e de *você*. Constituído-se em um estudo de natureza geo-sociolinguística, ao aliar dois enfoques teóricos da variação regional – a dialetologia e a sociolinguística, a pesquisa verifica a relevância das variáveis sociais – naturalidade, faixa etária, sexo e escolaridade – e das variáveis linguísticas – concordância, tipo de referência e tipo de relato –, no comportamento dos falantes com relação ao uso das formas *tu* e *você*. O *corpus* da pesquisa, constituído a partir do banco de dados do Atlas Linguístico do Maranhão – Projeto ALiMA, é o resultado da aplicação de 28 entrevistas realizadas com informantes de ambos os sexos, agrupados em duas faixas etárias (18- 30 anos) e (50-65 anos), nos municípios de São Luís e Pinheiro (Mesorregião Norte), Bacabal e Tuntum (Mesorregião Centro) e Alto Parnaíba e Balsas (Mesorregião Sul). A análise dos dados revela que, estatisticamente, o *você* se mostra como a forma mais frequente no falar maranhense, ao apresentar percentual de 61.6% das ocorrências. A análise mostra ainda que a alternância de *tu* e *você* é condicionada pela idade do falante e pela localidade à qual pertence. O fator linguístico tipo de relato também tem forte atuação na seleção das formas investigadas. Já a variação diastrática atua no sentido de os mais escolarizados tenderem a usar o *tu* seguido da concordância verbal. O resultado está representado em cartas geolinguísticas de modo a dar uma visão geral de como essas formas estão distribuídas no falar maranhense.

Palavras-Chave: Dialetologia/Geolinguística. Sociolinguística. Português Falado no Maranhão.Segunda Pessoa do Discurso.

RÉSUMÉ

Ce travail a comme objectif faire une “photographie sociolinguistique” du portugais parlé au Maranhão en ce qui concerne l’usage du *tu* et du *você*. Il s’agit d’une étude géo-sociolinguistique, liée à deux théories de la variation régionale – la dialectologie et la sociolinguistique. Cette recherche veut vérifier l’importance des variables sociales– localité, groupe d’âge, sexe et scolarité – et des variables linguistiques – concordance, type de référence et type de discours – dans le comportement des parlants par rapport à l’usage du *tu* et du *você*. Le corpus de la recherche, constitué d’après les données du Atlas Linguistique do Maranhão – Projet ALiMA, est le résultat de l’application de 28 interviews réalisées avec des informants des deux sexes et de deux groupes d’âge (18- 30 ans) et (50-65 ans), dans les villes de São Luís et Pinheiro (Région Nord), Bacabal et Tuntum (Région Centre), et Alto Parnaíba et Balsas (Région Sud). L’analyse des données révèle que, statistiquement, *você* est la forme la plus fréquente dans le dialecte maranhense, avec un pourcentage de 61.6% de l’échantillon total. L’analyse des données indique aussi que l’alternance du *tu* et du *você* est conditionnée par l’âge du parlant et par la localité où il habite. Le facteur linguistique type de discours est important aussi pour la sélection des formes en étude. Du point de vue de la variation diastratique, les sujets plus scolarisés manifestent une tendance à l’usage du *tu* avec la concordance verbale. Le résultat est représenté en cartes géo-linguistiques qui nous permettent une vision générale de comment ces formes sont distribuées dans le dialecte maranhense.

Mots-Clés: Dialectologie/Géolinguistique. Sociolinguistique. Portugais parlé au Maranhão. Deuxième Personne du Discours.

QUADRO 1 Paradigma pronominal das variedades do PB

17

TABELA 1	Ocorrência de formas alternantes para a segunda pessoa do singular	25
TABELA 2	Distribuição dos pronomes de 2ª pessoa no <i>corpus</i> investigado.....	30
TABELA 3	Localidades da amostra e gênero	32
TABELA 4	Presença/Ausência dos pronomes pessoais na posição de sujeito	39
TABELA 5	Paradigma número-pessoal do verbo x Região geográfica x Variável	
1	INTRODUÇÃO – Leitura vertical.....	40 12
QUADRO 2	Caracterização da amostra da pesquisa.....	58
TABELA 5.1	Distribuição geral das formas <i>tu</i> e <i>você, ocê</i> e <i>cê</i> nas localidades investigadas	64
TABELA 5.2	Ocorrências das formas <i>tu</i> e <i>você/ocê/cê</i> na amostra geral.....	66
FIGURA 1	Carta linguística 01	67
TABELA 5.3	Ocorrências das formas <i>tu</i> e <i>você/ocê/cê</i>	68
TABELA 5.4	Ocorrências de <i>tu</i> de acordo com a faixa etária	69
FIGURA 2	Carta linguística 02	70
GRÁFICO 1	Ocorrências de <i>tu</i> de acordo com a faixa etária e localidade.....	71
TABELA 5.5	Ocorrências de <i>tu</i> de acordo com a localidade.....	72
FIGURA 3	Carta linguística 03	74
FIGURA 4	Carta linguística 04	76
TABELA 5.6	Uso de <i>tu</i> por informante em São Luís e Pinheiro	77
FIGURA 5	Carta linguística 05	80
TABELA 5.7	Uso de <i>tu</i> por informante em Bacabal e Tuntum	82
FIGURA 6	Carta linguística 06	84
TABELA 5.8	Uso de <i>tu</i> por informante em Alto Parnaíba e Balsas	85
FIGURA 7	Carta linguística 07	87
TABELA 5.9	Ocorrências de <i>tu</i> e <i>você/ocê/cê</i> de acordo com a escolaridade	90
FIGURA 8	Carta linguística 08	91
TABELA 5.10	Ocorrências de <i>tu</i> e <i>você</i> de acordo com o sexo	92
FIGURA 9	Carta linguística 09	94
TABELA 5.11	Ocorrências de <i>tu</i> de acordo com o tipo de relato.....	95
TABELA 5.12	Ocorrências de <i>tu</i> com concordância em <i>relato próprio</i> e <i>relato de terceiro</i>	96
FIGURA 10	Carta linguística 10	98
TABELA 5.13	Ocorrências das formas de <i>tu</i> e de <i>você, ocê, cê</i> de acordo com o tipo de referência.....	99
FIGURA 11	Carta linguística 11	101
TABELA 5.14	Ocorrências de <i>tu</i> de acordo com a concordância nas localidades	102
TABELA 5.15	Concordância com o <i>tu</i> em São Luís, de acordo com a escolaridade	103
FIGURA 12	Carta linguística 12	105
FIGURA 13	Carta linguística 13	109
FIGURA 14	Carta geográfica 1	131
FIGURA 14	Carta geográfica 2.....	132
FIGURA 14	Carta geográfica 3.....	133
FIGURA 14	Carta geográfica 4.....	134
QUADRO 3	Distribuição Regional da Rede de Pontos do Projeto ALiMA	136

SUMÁRIO

2	PRONOMES E FORMAS DE TRATAMENTO DA SEGUNDA PESSOA	15
2.1	Breve histórico dos pronomes pessoais da segunda pessoa no português.....	15
2.2	O uso da segunda pessoa no Português Brasileiro	21
2.3	O uso da segunda pessoa no Maranhão	37
3	A DIALETOLOGIA E A SOCIOLINGUÍSTICA: um diálogo possível.....	43
3.1	A Dialectologia/Geolinguística no Brasil	43
3.2	A Sociolinguística.....	46
3.3	A Geo-sociolinguística: velha discussão, novo olhar	51
4	METODOLOGIA DA PESQUISA	57
4.1	A constituição do <i>corpus</i> da pesquisa.....	57
4.2	As variáveis selecionadas	59
4.3	O suporte estatístico	60
4.4	As cartas linguísticas	61
5	TU x VOCÊ: o que dizem os dados	63
5.1	As variáveis dependentes.....	63
5.2	As variáveis independentes	68
5.2.1	Tu x Você: variação diageracional	69
5.2.2	Tu x Você : variação diatópica	72
5.2.2.1	Mesorregião Norte	77
5.2.2.2	Mesorregião Centro	81
5.2.2.3	Mesorregião Sul.....	85
5.2.3	Tu x Você: variação diastrática	89
5.2.4	Tu x Você: variação diagenéria ou diassexual	92
5.2.5	Tipo de relato.....	95
5.2.6	Tipo de referência.....	99
5.2.7	Concordância verbal com o <i>tu</i>	102
5.3	Comparação com outras pesquisas	110
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
	REFERÊNCIAS	117
	APÊNDICES	124
	ANEXOS	135

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, muitos são os estudos que têm apontado as diferenças entre o português europeu (**PE**) e o português brasileiro (**PB**). Dentre os fenômenos linguísticos evidenciadores dessa diferença, temos a organização dos pronomes pessoais que demonstra ser um tema ainda não esgotado.

Nesse sentido, o uso expressivo da forma de tratamento *tu*, bem como a descrição consistente desse uso, despertou (e tem despertado) o interesse de vários pesquisadores. Comprovando a vasta literatura sobre o assunto, temos os estudos de Amaral (1976), Câmara Junior (1976), Soares (1980, 2001), Cunha e Cintra (1985), Cintra (1986), Monteiro (1990, 1994, 1997a, 1997b), Neves (1992), Ilari et al. (1996), Marroquim (1996), Menon (1996, 1997), Duarte (1996), Paredes Silva (2003), Lucca (2003), Loregian-Penkak (2005), Modesto (2006, 2007), Dias (2007) e Mota (2008).

Como podemos ver, há muitos trabalhos que enfocam o sistema pronominal nas variedades do português falado, notadamente no eixo Sul – Sudeste. No entanto, no eixo Norte - Nordeste, excetuando-se a Bahia e o Ceará, as pesquisas sobre esse tópico ainda são em número reduzido. No Maranhão, *locus* de nossa pesquisa, até onde pudemos investigar, encontramos apenas os trabalhos de Ramos (1996, 1999) e Herenio (2006).

Apesar de a questão pronominal do PB contar com um número significativo de estudos, ainda há muito por pesquisar para que possamos ter um conhecimento mais amplo e detalhado da realidade linguística do Brasil e, notadamente, do Maranhão, uma vez que são poucas as contribuições aos estudos maranhenses no nível morfossintático, mais particularmente, sobre o sistema pronominal.

Dada essa necessidade e partindo da observação de que o português falado no Maranhão tem conservado a presença viva e marcante do *tu*, surgiu a ideia – agora concretizada – de fazermos uma reflexão, na perspectiva geo-sociolinguística, sobre as formas *tu* e *você*.

Ancorados nessa visão pluridimensional, recorreremos ao banco de dados do Atlas Linguístico do Maranhão – ALiMA, um projeto do Departamento de Letras da Universidade Federal do Maranhão – DELER/UFMA, que tem como um de seus principais objetivos “elaborar o Atlas Linguístico do Maranhão” e “descrever a realidade do português do Maranhão para identificar fenômenos fonéticos, morfossintáticos, lexicais, semânticos e prosódicos que caracterizam diferenciações ou definem a unidade linguística no Estado” (RAMOS, 2005, p.5).

Lá encontramos dados que nos permitiram observar que o português falado no Maranhão tem apresentado as mesmas mudanças observadas no âmbito pronominal do PB, justificando, mais uma vez, a necessidade deste estudo. Vejamos os fragmentos abaixo:

INQ. – E no passado, tu acreditava que se falava diferente aqui?

INF. – Uhn, nun... nunca me questioneei sobre i... sobre isso, não.

INQ. – Pensaste em relação a teus avós, a tua bisavó...

INF. – Ah, não. Vovó conta que **na época antiga**, né? Era **vosmicê**...
Hoje em dia já **abrevia tudo**, né?

(INF. 26/6)

INQ. – E no passado falavam diferente aqui?

INF. – Não... só que aqui (**antigamente**) chamava mais era de **tu** né, chamava mais era **tu**, nós, eu, aí **agora** tá todo mundo chamando é **você**... **você**, vocês, nós.

(INF. 18/2)

Diante desses dados e da visível alternância entre o *tu* e o *você*, partimos de um questionamento inicial: que fatores poderiam estar condicionando o uso de uma ou de outra forma?

Nessa perspectiva, para verificar se de fato o português falado no Maranhão apresenta as mesmas mudanças que vêm ocorrendo no quadro do sistema pronominal do PB, no que se refere à escolha dos tratamentos usados para a segunda pessoa, esta pesquisa tem como OBJETIVO GERAL:

- investigar o uso das formas de tratamento *tu* e *você* no português falado no Maranhão.

E como OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- descrever o uso das formas *tu* e *você* nos municípios de São Luís, Pinheiro, Bacabal, Tuntum, Alto Parnaíba e Balsas;
- analisar a relevância das variáveis sociais – localidade, faixa etária, sexo, escolaridade –, no comportamento dos falantes com relação ao uso das formas *tu* e *você*;
- analisar a relevância das variáveis linguísticas – concordância verbal, tipo de relato e tipo de referência –, como favorecedoras da ocorrência das formas *tu* e *você*;

- representar, em cartas linguísticas, o uso das formas em estudo, como vistas a delinear a realidade dialetal do Maranhão.

Para tanto, a dissertação foi organizada da maneira que se segue.

No segundo capítulo, intitulado PRONOMES E FORMAS DE TRATAMENTO DA SEGUNDA PESSOA, apresentamos um breve histórico dos pronomes pessoais da segunda pessoa no português. Dirigimos, ainda, nossa atenção para as pesquisas sobre as formas de tratamento e o sistema pronominal do Português Brasileiro (PB) e, em especial, sobre o Maranhão.

No terceiro capítulo, A DIALETOLOGIA E A SOCIOLINGUÍSTICA: um diálogo possível, apresentamos o suporte teórico e metodológico dos estudos da Geolinguística e da Sociolinguística ressaltando a contribuição dessas duas teorias para a constituição da Geosociolinguística, teoria que norteia a pesquisa.

No quarto capítulo, METODOLOGIA DA PESQUISA, apresentamos a constituição do *corpus* desta pesquisa. Além dos procedimentos adotados para a seleção dos dados, apresentamos as variáveis selecionadas, o suporte estatístico e os critérios para a confecção das cartas linguísticas.

No quinto capítulo, *TU x VOCÊ*: o que dizem os dados, apresentamos a análise dos resultados percentuais gerados pelo programa estatístico, as hipóteses que nortearam a pesquisa, bem como algumas considerações sobre os dados analisados com os das pesquisas aqui citadas.

Por fim, no sexto capítulo, apresentamos as CONSIDERAÇÕES FINAIS, retomando os resultados encontrados e os questionamentos que orientaram a pesquisa.

Em suma, considerando as questões ora postas, esperamos contribuir para o conhecimento mais detalhado da língua falada no Maranhão, dar continuidade aos estudos já iniciados no Estado, fornecendo subsídios que ajudem a configurar o atual sistema pronominal do português falado no Brasil.

2 PRONOMES E FORMAS DE TRATAMENTO DA SEGUNDA PESSOA

Neste capítulo, dirigimos nossa atenção para as pesquisas sobre o sistema pronominal e as formas de tratamento em português. Inicialmente, apresentamos um breve panorama histórico dos pronomes pessoais da segunda pessoa no PE e no PB. Traçar o percurso histórico se fez necessário para compreendermos, sobretudo, a configuração atual do sistema pronominal brasileiro.

Em seguida, fizemos um levantamento das pesquisas que enfocam o sistema pronominal nas variedades do PB. Esses estudos também nos permitiram observar, de forma mais ampla, a variação que envolve o uso dos pronomes de segunda pessoa no PB.

Por fim, apresentamos uma síntese das pesquisas sobre o sistema pronominal no português falado no Maranhão. Retomar os trabalhos realizados no Estado, *locus* de nossa pesquisa, se faz necessário para compreendermos o foco deste estudo: a variação do *tu* e do *você* no Maranhão.

2.1 Breve panorama histórico dos pronomes pessoais da segunda pessoa no português

É sabido que, dentre as classe de palavras, os pronomes pessoais são os que mais guardam vestígios da declinação latina. Os pronomes de segunda pessoa vieram do latim como tratamento direto da pessoa a quem se dirigia a palavra, conservando seus correspondentes: *tu* < *tu*, para o singular e *vōs* < *vōs*, para o plural (cf. COUTINHO, 1976; SAID ALI, 1964)¹.

Em 1921, Said Ali (1964, p. 74) afirma que o pronome *tu* passou a ser utilizado como tratamento indireto, uma vez que se tornou insuficiente para expressar o sentimento de humildade e respeito. Já o *vōs*, como prova de respeito e polidez, foi introduzido para marcar a posição de um indivíduo de hierarquia superior, na tentativa de apagar “o atrevimento de vir perante [esse indivíduo], e olhar para ele face a face.”

Ainda segundo o autor, novas formas foram introduzidas como tratamento indireto, sendo muitas delas caracterizadas pelo “atributo ou qualidade imanente da pessoa de categoria superior, e não a ela própria”. Assim, surgiram as formas: *vossa alteza*, *vossa majestade*,

¹ Nesta pesquisa, estamos usando a sexta edição da obra de Said Ali, publicada originalmente em 1921, e a sétima edição da obra de Ismael de Lima Coutinho, publicada originalmente em 1938.

vossa senhoria, vossa excelência, vossa eminência, vossa reverência, vossa santidade, vossa mercê, vossa senhoria.

Said Ali (1964) observa ainda que, do final do século XVI em diante, além do costume de dar “majestade” aos reis, generalizou-se também o uso de diferentes tratamentos aos que ocupavam certos cargos públicos e, ainda, às pessoas de notória posição social.

Em 1980, Teyssier² afirma que, de certa forma, a língua portuguesa conhecia, até os anos de 1500, apenas o *tuteamento* familiar ou o *voseamento* respeitoso. Ainda segundo o autor, é também a partir dessa data que aparecem formas de tratamento como *vossa graça, vossa excelência* usadas com o verbo flexionado na terceira pessoa. É o caso de *vossa mercê* que, por erosão fonética, passou a *você* (*vossa mercê* > *voacê* > *você*) e, por erosão semântica, teve seu valor modificado assumindo, desde então, um tratamento familiar. Sobre o uso corrente do *você*, Said Ali (1964) afirma que

[...] do uso e abuso da fórmula *vossa mercê* nasceu na boca do povo [essa] variante, a qual não só perdeu todo o antigo brilho, mas acabou por aplicar-se a indivíduos de condição igual, ou inferior, à da pessoa que fala; e dirigindo-nos a mais de um indivíduo, servimo-nos hoje de *vocês* como plural semântico de *tu*. (SAID ALI, 1964, p. 75).

Assim, com o uso tão corrente dessa forma, o *vós*, “quer para denotar pluralidade de pessoa, quer como tratamento de polidez”, cai em desuso. A esse respeito, Said Ali (1964, p. 74) afirma que, no século XVIII, o tratamento *senhor* vem suprir a falta desse pronome, dada a necessidade de um pronome aplicável a qualquer pessoa a quem se devesse respeito.

Conforme Teyssier (1997, p.82), nos séculos XVII e XVIII, as várias formas de se tratar um interlocutor correspondiam, na língua, a um código social rígido. Mas é, a partir do final do século XIX, com o desuso da segunda pessoa do plural (*vós*), que assistimos a “uma certa simplificação do código de tratamento”.

Sobre essa simplificação, não há como negar que o sistema pronominal é, hoje, a área que mais evidencia as diferenças entre o PE e o PB³.

² Para esta pesquisa, estamos usando a versão traduzida da obra *História da Língua Portuguesa*, publicada originalmente em francês, no ano de 1980.

³ Ramos (1999) e outros trabalhos aqui citados, como o de Boléo (1946), Matoso Camara (1976) Cunha e Cintra (1985) e Cintra (1986), evidenciam tal fato. Segundo esses autores, a redução ou mesmo a substituição de formas no paradigma dos pronomes pessoais é uma das principais diferenças entre o PB e o PE. O quadro a seguir nos dá uma ideia do atual sistema pronominal do PB.

Quadro 1 - Paradigma pronominal das variedades do PB

PESSOA/NÚMERO	FUNÇÃO		
	SUJ	OBJ	OI
1ª sing	eu	Me	para mim, me

Em 1946, Boléo já afirmava ser “bastante curiosa a mistura de tratamentos que se verifica nalguns povos, por exemplo, *tu* e *vós*”. Segundo o autor, em Portugal, o *você* aparecia em alguns contextos como uma forma moderna e bem soante, quando usada entre “senhoras e cavalheiros da boa sociedade”, com certa familiaridade, enquanto que entre “rapazes e raparigas [era considerada] como um modernismo mal soante, e até mesmo, nalgumas aldeias de Portugal, como um insulto; diz-se até hoje em algumas povoações que o *você* (i.e, o tratamento de *você*) é de estrebaria” (cf. BOLÉO, 1946, p. 113).

Boléo (1946, p. 113-114) também verificou “essa mistura de tratamentos” no “português familiar do Brasil”, em que, segundo ele, é comum ouvir frases do tipo: “eu já ti disse qui você tá gastano muitos pineumáticos”. Para o autor, essa mistura resulta do fato de o *você* estar substituindo o *tu*, daí o seu emprego entre esposos ou de pais para filhos.

Ainda sobre o uso do *você* no PB, Costa, em 1958, observa que essa variante é o tratamento corrente, entre os cariocas e em algumas regiões, para as pessoas de intimidade. Segundo a autora, no Rio de Janeiro, a forma *você* era utilizada, naquela época, entre amigos íntimos, colegas, parentes próximos, para pai, mãe, avós, criados e até pessoas de pouca cerimônia.

Quanto ao *tu*, a autora é categórica: “[esse pronome] é relativamente pouco usado no Brasil. No Rio Grande do Sul é que se tem largo emprego, sendo mesmo a fórmula geralmente adotada.” (cf. COSTA, 1958, p. 115).

Em 1970⁴, Câmara Junior afirma que o sistema dos pronomes “ditos pessoais” em português é um quadro “a rigor, puramente teórico; e em nenhuma região da língua portuguesa ele se realiza exatamente”. Essa afirmação, já àquela época, aponta que o sistema de pronomes pessoais do português passa por modificações, mostrando, pois, a necessidade de investigá-las. Dentre as modificações, o autor cita:

	tu	te	para ti, te
2ª sing	você	lhe, você	lhe, para você
	você	você, te, lhe	para você, te, lhe
3ª sing	ele/ela	os, ele/ela, lhe	para ele/ela, lhe
1ª plural	nós	nos	para nós, nos
	a gente	a gente	para a gente
2ª plural	vocês	lhes, vocês	lhes, para vocês
3ª plural	eles/elas	os, eles/elas, lhes	para eles/elas, lhes

(cf. RAMOS, 1999, p. 9)

É válido ressaltar que esse paradigma não é exatamente o mesmo em todo o país. Estudos como o de Monteiro (1994) afirmam que o *tu* foi praticamente substituído pelo *você* em todas as capitais brasileiras, a exceção de Porto Alegre e Fortaleza. Entretanto, como veremos, no capítulo 5 deste trabalho, que essa generalização de Monteiro não se aplica ao português falado no Maranhão. Convém enfatizar que o paradigma pronominal do PE mantém as seis formas canônicas – eu, tu, ele/ela, nós, vós, eles/elas – diferentemente do PB.

⁴ Aqui citado pela sétima edição, datada de 1976.

- i) a perda do P5 (*vós*) como plural exclusivo de P2 (*tu*). Segundo o autor, essa “primeira grande modificação” assinala que o *vós*, em contraste com o *tu*, passou a ser usado para marcar o “distanciamento e o acatamento social para com um único ouvinte”. O autor frisa que essa modificação vigora em certos registros da língua escrita, como observado na linguagem burocrática.

- ii) a substituição de P5 (*vós*) para o ouvinte – singular ou plural – por um tratamento de terceira pessoa, em que se elimina as formas verbais correspondentes a esta pessoa. Quanto à “segunda grande modificação”, o autor afirma que, ao eliminarmos as formas pronominais retas e a forma verbal P5 (*vós*) do sistema de pronomes pessoais, o ouvinte passou a ser tratado, seja isoladamente ou como sujeito, por uma locução em que o tratamento carrega a matiz do acatamento e da hierarquia social, como em *Vossa Alteza*, *Vossa Excelência*, *Vossa Senhoria*, entre outras. Ainda segundo o autor, esse sistema de tratamento para o ouvinte tem funcionado num registro altamente formal, quer na língua oral quer na língua escrita.

Sobre o PE, mais especificamente no “dialeto social culto de Lisboa”, o autor afirma que encontramos um sistema menos formal de tratamento para o ouvinte: o pronome, com o verbo de terceira pessoa, vem acompanhado por um nome ou locução referente à profissão ou status social do ouvinte, como em *o senhor professor ou o professor; o senhor doutor ou o doutor* (cf. CÂMARA JUNIOR, 1976, p. 109). Já no PB, o autor frisa que, no “dialeto culto do Rio de Janeiro”, é comum o tratamento *você*, em um contexto mais íntimo, e o tratamento *o(a) senhor(a)*, em um contexto mais cerimonioso/formal.

É válido ressaltar que Câmara Junior (1976) acrescenta ao quadro dos pronomes pessoais portugueses as formas *você(s)* e *o(s)/ senhor(es) /a(s)/ senhora(s)* reconhecendo-as, àquela altura, como pronomes pessoais de segunda pessoa.

Sobre os pronomes pessoais no português europeu, Cunha e Cintra (1985) afirmam que:

[...] o pronome *tu* é empregado como forma própria de intimidade. Usa-se de *pais* para filhos, de *avós* ou *tios* para netos e sobrinhos, entre irmãos ou amigos, entre marido e mulher, entre colega de faixa etária igual ou próxima. O seu emprego tem-se alargado, nos últimos tempos, entre colegas de estudo da mesma profissão, entre membros de um partido político e até, em certas famílias, de filhos para pais, tendendo a ultrapassar os limites da intimidade propriamente dita, em consonância com uma intenção igualitária ou, simplesmente, aproximativa (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 284).

Quanto ao Brasil, os autores também restringem o uso do *tu* ao extremo Sul do país, embora afirmem que algumas localidades do Nordeste, ainda não delimitadas, apresentam em sua fala uma difusão bastante maior do *tu*. Ainda segundo os autores, o que podemos perceber é que, em quase todo o território brasileiro, o *tu* tem sido substituído por *você*, como forma de intimidade, sendo empregado, ainda, como tratamento de igual para igual ou de superior para inferior. Sobre este último valor, Cunha e Cintra (1985) afirmam que, no português de Portugal, ainda não é verificável o uso de *você* de inferior para superior em idade, classe social e hierarquia, apesar de certo alargamento recente do seu emprego.

Para Cintra (1986), o que tende a afastar o “estilo brasileiro do estilo europeu de falar” é o emprego do pronome *você*, que quase totalmente eliminou da língua corrente das grandes cidades o pronome *tu*.

Em seu estudo, Cintra (1986, p. 12-13) propõe a seguinte caracterização do sistema de formas de tratamento do PE:

- i) os tratamentos pronominais do tipo *tu, você, vocês, V.Ex^a, VV. Ex^{as}*;
- ii) os tratamentos nominais do tipo *o(s) senhor(s)/a(s) senhora(s), o senhor Doutor, o senhor Ministro, o pai, a mãe, o avô, o Antonio, a Maria, o meu amigo, o patrão*, entre outros e
- iii) tratamentos verbais, baseados somente na indicação da desinência verbal para se referir ao interlocutor, como em *Queres? Quer? Querem?* O autor ressalta que, de todos os tratamentos, o tratamento nominal é o que melhor caracteriza a pessoa com quem falamos, por nos dar indicação de sexo, como em *o senhor*; de profissão ou categoria social, como em *o senhor Ministro*; e ainda de parentesco, como em *o pai*.

Quanto à estrutura, o autor afirma que o sistema português apresenta:

- i) formas próprias de intimidade;
- ii) formas usadas no tratamento de igual para igual (ou de superior para inferior) e que não implicam intimidade e
- iii) formas de reverência ou de cortesia.

Essa estrutura faz com que as formas de tratamento do PE sejam caracterizadas como um sistema ternário, tendo como oposição as formas i) *tu*, ii) *você* e iii) *os tratamentos nominais*. Cintra (1986) frisa ainda que, se levarmos em consideração a vasta possibilidade oferecida pelas formas de cortesia, o sistema português parece ligar-se fortemente a uma sociedade hierarquizada, fato este que não ocorre no Brasil, uma vez que aqui se configura um sistema dual – *você* e *o senhor* – tendo em vista a expansão do *você*, como forma de intimidade, e o uso reduzido do *tu* com suas formas oblíquas *te* e *ti*.

Apesar de os estudos históricos evidenciarem as mudanças que afetam(ram) o sistema pronominal do português, observamos que “a complexidade das formas de tratamento em português que tanto surpreende e interessa os observadores”, conforme mencionou Cintra, em 1986, parece ainda causar certa “estranheza”⁵. Mas, ao recorrer a alguns estudos da gramática normativa, parece-nos que “tal estranheza” já passa a ser citada entre gramáticos.

Rocha Lima (1997, p. 316), apesar de ainda classificar o *vós* como forma usada para referir à segunda pessoa, observa que a forma *você* é um “pronome pertencente realmente à segunda pessoa, isto é, àquela com quem se fala”. Assim, temos para os pronomes pessoais de segunda pessoa a seguinte organização: *tu/você*, para o singular, e *vós/vocês*, para o plural.

Bechara (2004, p. 165-166), por sua vez, afirma que o *tu* e o *vós* são os pronomes que designam a segunda pessoa do discurso, sendo as formas *você/vocês* (usadas para o tratamento familiar) e *o senhor/a senhora* (usadas para o tratamento cerimonioso) classificadas como formas substantivas de tratamento indireto de segunda pessoa. Vale ressaltar que, em sua obra, no final do capítulo que trata dos pronomes pessoais, o autor faz

⁵Segundo Cintra (1986, p. 9-11), tal “estranheza” deve-se ao comportamento do falante de “outra língua moderna européia” diante do sistema de formas de tratamento do PE. De acordo com o autor, um exemplo dessa “estranheza” pode ser encontrado no texto *Língua e Cultura*, de autoria de Peter Fryer e Patricia McGowan Pinheiro, publicado em Londres, no ano de 1961. Segundo os autores, “à parte as dificuldades de pronúncia, dois obstáculos principais para o principiante (na aprendizagem do português) são a gramática complexa, especialmente no que se refere aos verbos, e a forma de tratamento antiquada, quase oriental. A primeira coisa que se deseja fazer com uma língua é falar com as pessoas. Mas, em Portugal, uma pessoa está sujeita a ser interpelada por quatro pessoas, ou mesmo de cinco modos diferentes e a cada um desses modos está associado um grau diverso de intimidade ou de respeito, cada um deles fixa firmemente o tipo de relação, entre a pessoa interpelada e a pessoa que se lhe dirige”. Cintra, por sua vez, confirma a complexidade do sistema e acrescenta: “este complicado conjunto constituía também uma riqueza a apontar e a valorizar, riqueza de possibilidade que o falante pode utilizar, com certo gosto e até com prazer, para sugerir e estabelecer a distância desejada – que, aliás, até no decurso de uma única conversa pode variar – entre si próprio e o seu interlocutor.”

uma pequena observação sobre o real uso dos pronomes: a forma *vocês*, usada familiarmente, é hoje empregada como plural de *tu*, visto o desuso do pronome *vós*.

Como podemos ver, a simplificação do código de tratamento, como bem observou Teyssier (1997), evidencia que o atual sistema pronominal do PB há muito tem se distanciado do PE. Podemos observar ainda que algumas gramáticas⁶ insistem em ignorar nossa realidade linguística ao apresentar fenômenos que nada mais têm a ver com o uso efetivo da língua, listando, pois, de maneira breve, a situação atual do sistema de pronomes pessoais no PB.

2.2 O uso da segunda pessoa no Português Brasileiro

Como vimos no item 3.1, Cintra (1986) mencionou que as formas de tratamento em PE, que tanto surpreendem e interessam, despertaram a atenção dos pesquisadores. Parece-nos que, no Brasil, as mudanças observadas no sistema pronominal, ao se mostrarem como um dos fenômenos linguísticos mais evidenciadores das diferenças entre o PE e o PB, também despertaram/despertam o interesse de vários pesquisadores.

Em 1920, os estudos dialetológicos de Amaral⁷, na obra *O Dialeto caipira*, já apontam indícios sobre o uso do *tu* e do *você* na variedade do português falado no Brasil. Segundo o autor, o *vós* “já não se ouve [...] senão, talvez, excepcionalmente”, enquanto a segunda pessoa do singular – *tu* –, embora usada às vezes por ênfase, vem acompanhada das formas verbais de terceira pessoa, como em “tú vai”, “tú disse”, “tú bem sabia”. Amaral (1976) complementa, ainda, que as formas pronominais – *você* e suas variantes (*vacê*, *vancê*, *vossuncê*, *vassuncê*, *mecê*, *ocê*) – são todas muito usadas, sendo *vacê* a forma correspondente ao pronome oblíquo *vos*, como em: “vacê já deve de sabê, porque eu vos disse muitas vêis”. (AMARAL, 1976, p.73)

Em 1943, Marroquim⁸ afirma que é na “língua matuta” que verificamos o uso, em ordem decrescente, dos pronomes de segunda pessoa – *tu*, *você* e *vós* –, sendo a forma *você* empregada, familiarmente, no falar da classe culta⁹.

⁶ Além das gramáticas aqui citadas, conferir CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**.46.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

⁷ Aqui citado pela edição de 1976.

⁸ Aqui citado pela edição de 1996.

Ainda sobre o emprego dos pronomes de segunda pessoa, o autor critica o fato de o carioca utilizar, simultaneamente, a segunda e a terceira pessoa em uma mesma frase:

As pessoas que vivem em contato direto com o povo, mesmo quando sejam de nível superior, sofrem muitas vezes o contágio do tão vulgar tratamento na 2ª pessoa do singular. É comum ouvir de senhores de engenho, fazendeiros, comerciantes o emprego do pretérito do indicativo na 2ª pessoa, com a flexão dialetal: *João, tu fizesse o serviço? Faz isso depressa, uivisse*. Essa forma verbal – é fato facilmente verificável – está alargando seu campo de emprego, já invadiu a zona das cidades, já é ouvida até na boca de pessoas relativamente instruídas. (MARROQUIM, 1996, p. 86). (grifo original)

A uniformização das flexões verbais, denominada pelo autor como um “uso vulgar”, levou o *tu* para a conversação popular.

Visando a descrever as formas de tratamento usadas em Fortaleza, Soares (1980) considerou um *corpus* constituído de entrevistas gravadas (com duração de até 60 minutos), questionário (composto de 27 gravuras) e observação assistemática, tendo como um dos seus objetivos investigar o comportamento do falante fortalezense diante do sistema das formas de tratamento. A autora verificou que, no português falado em Fortaleza, encontramos um sistema ternário de formas de tratamento, a saber:

- i) tratamento deferencial ou não-íntimo: o(a) senhor(a) como sujeito, e o título Doutor(a), Professor(a) e, ainda, Sr(a), Seu, Dona, Senhorita;
- ii) tratamento não-deferencial e não íntimo: *você* e
- iii) tratamento não-deferencial e íntimo: *tu* e *você*.

Levando em consideração as dimensões de poder e solidariedade e os demais fatores sociais que elas cobrem, Soares (1980) observou ainda que:

- i) em relações simétricas ou recíprocas:
 - sem nenhuma intimidade: ambos os falantes tratam-se por senhor(a) ou senhorita; já entre os mais jovens, a forma utilizada é o *você*, sendo raro o uso do *tu*.
 - com pouca ou nenhuma intimidade: o tratamento usado é a forma *você* ou senhor; se não são muito jovens, o tratamento é *senhor(a)*.

⁹ Para Cardoso (2008), essa afirmação de Marroquim nos dá indícios de que: i) o *você* é, desde aquela época, assumido pelo autor como pronome de segunda pessoa e ii) a seleção dessa forma é condicionada em função do perfil diastrático do falante.

- com muita intimidade: ambos tratam-se ou pela forma *você* ou pela forma *tu*, acompanhadas geralmente com o verbo flexionado na terceira pessoa.
- ii) em relações assimétricas ou não recíprocas:
 - com pouca ou nenhuma intimidade: o membro de menos poder dá o tratamento *o(a) senhor(a)* e recebe *você*
 - com muita intimidade: o membro de menos poder dá o tratamento *o(a) senhor(a)* e recebe *você* ou *tu*.

Com relação à forma *tu*, Soares (1980) chama atenção para um dado interessante: em Fortaleza, é frequente o uso do *tu* com a forma verbal que o acompanha sem a concordância típica de segunda pessoa. Há quem ache pedante o uso do *tu* em relação de concordância com a forma verbal, porém há uma pressão da escola no sentido de levar o aluno a flexionar o verbo ao usá-lo com o *tu*. Mas o que a autora observa, de um modo geral, é o uso do *tu* com o verbo na terceira pessoa, como em: “*tu se cortou*”, “*tu se lembra*” e “*acho que tu não se lembrou de trazer a farinha*”.

Os resultados das pesquisas de Soares demonstraram a existência de um sistema ternário de formas pronominais ou pronominalizadas, na função de sujeito: *tu*, *você* e *o(a) senhor(a)*. Como fatores condicionadores dessa variação destacam-se: a situação do discurso, o papel social dos interlocutores, a idade e o grau de escolaridade. Já o *tu* tem um uso generalizado e pode ocorrer no plano da intimidade ou nas mesmas condições em que ocorre o *você*, mas a sua concordância é variável e motivada por fatores como grau de instrução, formalidade e atenção.

De acordo com Monteiro (1990, 1994, 1997a, 1997b), o sistema pronominal do PB tem sofrido várias mudanças, algumas ainda em curso e outras já plenamente realizadas. Entre as primeiras, temos o emprego de *a gente* em vez da forma pronominal *nós*; e entre as mudanças já consumadas, temos o pronome *vós* que, substituído pela forma *você(s)*, hoje se constitui como um “verdadeiro arcaísmo”. Ainda sobre essas modificações, o autor acrescenta que “a criação do pronome *você* foi um passo decisivo para outras modificações. É possível imaginar-se até que a tendência à obrigatoriedade da presença do sujeito, confirmada para os dados da norma culta, tenha começado a acentuar-se a partir daí.” (MONTEIRO, 1994, p.153)

Para o autor, o crescente emprego do pronome em função de sujeito, observado tanto no Nordeste quanto em outras regiões, é uma das mudanças que mais chamam atenção. Para

ele, esse fenômeno denuncia que o português oral do Brasil já não pode ser classificado como língua de sujeito nulo, isto é, enquadrado no parâmetro *pro-drop*.

Nessa perspectiva, Monteiro (1994) afirma ainda que “o pronome *você* ocupa não só a lacuna deixada pelo *vós* mas ameaça a existência do *tu*, estabelecendo um molde nas relações de tratamento que se resume a duas opções formais: *você* e *o senhor*.”

Com relação ao uso do *tu*, o autor é enfático: “[este pronome] se circunscreve a poucas localidades brasileiras; [...] e assim, curiosamente onde se emprega o *tu*, vigora a forma *vocês* para a indicação de vários ouvintes.” (cf. MONTEIRO, 1994, p. 35). Em uma investigação anterior, Monteiro (1990) observou que o *tu*, quando utilizado, vem acompanhado com o verbo na terceira pessoa, como observamos no exemplo dado pelo autor: “*tu* fez alguma pergunta, Andre?”

Apesar de o autor ser categórico ao afirmar que o *tu* foi praticamente substituído pelo *você* em todas as capitais brasileiras por ele estudadas, com exceção de Porto Alegre e Fortaleza, essa generalização não se pode aplicar ao português falado no Maranhão. Como veremos no item 2.3, os dados de Ramos (1996), em pesquisa realizada na década de 90, evidenciam que em São Luís, capital do Estado, a forma *tu* tem resistido à pressão do *você*, mesmo entre os mais jovens.

Monteiro (1997b) afirma que já é hora de se tentar uma sistematização com base nos resultados obtidos testando, preferencialmente, variáveis e aspectos que até então não foram observados. Nesse sentido, concordamos com o autor, pois, segundo ele, a variação que afeta, atualmente, o sistema dos pronomes pessoais no PB está condicionada a diferenças diatópicas e a variáveis como sexo, faixa etária e modalidade do discurso.

Com base nos inquéritos do Projeto da Norma Urbana Culta – **NURC**, do qual foi estabelecido um *corpus* mínimo de 15 inquéritos para o Projeto Gramática do Português Falado, Neves (1992) examina a configuração dos pronomes pessoais enfocando, especialmente, a função que estes exercem como marcadores dos papéis discursivos, na posição de sujeito.

A pesquisa permitiu verificar que, em relação à alternância das formas *tu/você*, o pronome *você* é mais frequente que o *tu*, representando um total de 97,5% contra 2,5% de ocorrências do *tu* nos inquéritos. Considerando que o *corpus* do NURC analisa os dados de cinco capitais brasileiras – Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre –, a autora observou que, dentre essas localidades, a variedade regional de Porto Alegre é a que concentra o maior emprego da forma *tu*, ao acusar uma frequência de 65% de uso dessa forma.

Quanto à forma *você*, Neves (1992, p. 553) afirma ser notável o emprego deste pronome para fazer referência indeterminada, isto é, a indeterminação do referente *você* remete a um “fosse quem fosse/seja quem for”, como observamos no exemplo transcrito pela autora: “Antigamente *você* ia ao Cine Ipiranga eram umas poltronas ótimas tinha lá em cima *você* ficava bem acomodado”. De acordo com a autora, essa generalização é observada até mesmo em formas referentes à primeira pessoa. Com relação ao tratamento *o(a) senhor(a)*, os dados mostram que essas formas se reduziram à interlocução entre informante e documentador.

Baseados no mesmo *corpus* analisado por Neves (1992), Ilari *et al.* (1996) constataram que o uso do *tu* se restringia ao dialeto sulista, estando sua “sobrevivência” concentrada na variedade regional de Porto Alegre, conforme verificamos na tabela¹⁰ abaixo:

Tabela 1 – Ocorrência de formas alternantes para a segunda pessoa do singular

	TU		VOCÊ		TOTAL
DID – SP –234	-	-	31	100%	31
DID – RJ –328	-	-	65	100%	65
DID – SSA –231	-	-	26	100%	26
DID – PO – 45	2	50%	2	50%	4
DID – RE –131	-	-	-	-	-
TOTAL DID	2	1,58%	124	98,41	126
D2 – SP –360	-	-	14	100%	14
D2 – RJ –355	-	-	19	100%	19
D2 – SSA –98	-	-	97	100%	97
D2 – PO – 291	4	50%	4	50%	8
D2 – RE –05	1	0,62%	160	99,37%	161
TOTAL D2	5	1,67%	294	98,32%	299
EF – SP – 405	-	-	14	100%	14
EF – RJ – 379	-	-	5	100%	5
EF – SSA – 49	-	-	3	100%	3
EF – PO – 278	5	100%	-	-	5
EF – RE –337	-	-	43	100%	43
TOTAL EF	5	7,41%	65	9286%	70
TOTAL GERAL	12	2,42%	483	97,57%	495

Fonte: Ilari *et al.* (1996, p. 87) .

Observando a tabela, os dados mostram um número pequeno de ocorrências para a forma *tu* – 12 entre 495 realizações, sendo 11 em Porto Alegre e uma em Recife; acusando, pois, um percentual de 2,42%. Segundo Ilari *et al.* (1996), os exemplos retirados dos inquiridos mostram que o *tu* “trata-se de um uso fundamentalmente regional”.

Desta forma, para os autores há, pois, a necessidade de se observar três fatores complexos e fortemente interligados quanto à descrição do uso do *tu*. São eles:

¹⁰ Todas as tabelas extraídas dos autores pesquisados foram apresentadas segundo a atual configuração de tabelas proposta pela ABNT.

- i) “descrever estruturalmente o fenômeno, esclarecendo, por exemplo, que pessoa do verbo ocorre com o *tu*”. No *corpus* analisado, foi observado que o *tu* ocorre também com a terceira pessoa do verbo;
- ii) “delimitar com alguma precisão a área geográfica em que ocorre o uso do *tu* na fala culta”. Neste item, os autores reafirmam a necessidade de analisar outros dados além do NURC;
- iii) “estabelecer se a alternância *tu* e *você* é um caso de variação ou de mudança”. Apesar de os dados apontarem para uma frequência maior do *você* – 483 entre 495, cerca de 97,57 % –, os autores acreditam que este resultado necessita de uma resposta que leve em consideração os fatores geográficos, sociais e estilísticos.

Ainda sobre a variação observada no sistema pronominal, Ilari *et al.* (1996, p. 92) sugerem que “talvez o nosso quadro[...] devesse incluir, na segunda pessoa, *o senhor/a senhora*”. Assim, para os autores, os pronomes pessoais do PB assumem as seguintes formas: primeira pessoa (*eu, nós, a gente*); segunda pessoa (*tu, você, o senhor, a senhora*) e terceira pessoa (*ele, eles, ela, elas*). Essa configuração é interessante se observarmos que, mesmo não citando a forma plural *vocês*; os autores assumem o *você* como pronome de segunda pessoa, além de incluírem, na segunda pessoa, a forma *o senhor/a senhora*.

Menon (1996, 1997) também nos dá uma valiosa contribuição para compreendermos a alternância no uso dos pronomes de segunda pessoa. Em 1996, ao estudar dados coletados na região Sul, localidade reconhecida por preservar o uso do *tu*, a autora observou que, ao menos no Paraná, a maioria dos falantes utilizava o *você*.

Com base em resultados de trabalhos descritivos sobre o sistema pronominal nessa região, a autora observou que, em Porto Alegre, há um equilíbrio no uso dos pronomes de segunda pessoa: 49,17% para o uso do *tu* e 50% para o *você*. Ainda sobre essa localidade, Menon (1996, p. 510) observou que a concordância das formas *tu* e *você* estaria correlacionada à escolaridade do falante: “quanto maior a escolaridade, mais correção da parte dos informantes”. Já o *corpus* coletado em Florianópolis mostrou:

[...] não uma bipolarização entre o *tu* e o *você*, mas a constatação de um novo modo de o falante se dirigir ao interlocutor: *o pronome zero*. Trata-se do uso de uma forma verbal não-marcada, idêntica à usada com os pronomes *você, o(a) senhor(a)* e com o pronome *tu* quando não aparece o morfema de 2ª pessoa. (MENON, 1996, p. 510)

Apoiada nos dados de Abreu (1987)¹¹, a autora afirma que esse *tratamento zero* é um recurso utilizado pelo falante quando da dificuldade em categorizar o interlocutor conforme a idade ou o *status*, evitando, assim, a descortesia ou um (in)formalismo inadequado. Aliás, esse tratamento é de ocorrência majoritária na capital paranaense ao apresentar um peso relativo de 49%, competindo com o *você*, que acusou um percentual de 30,9%. Florianópolis também apresentou uma probabilidade de 40% para o uso do *tratamento zero*, contra 31% de *você*, 20% de *tu* e de 9% de *o senhor*. Para Menon, esses resultados indicam

[...] uma tendência de uso ou só do pronome *você*, como em Curitiba, ou da menor concordância da flexão verbal de 2ª pessoa, quando o pronome é *tu*, fenômeno que estaria mais avançado em Porto Alegre ou, ainda, de uma penetração maior do *você* nessas duas cidades. (MENON, 1997, p. 511).

Em estudo anterior, Menon (1996) afirma que a reorganização do sistema pronominal que está em curso na língua falada traz problemas ao aprendiz da norma escolar, uma vez que as normas gramaticais vigentes para o ensino dos pronomes são ditadas pelas *pessoas verbais* e não pelas situações reais de comunicação.

Para Menon (1996), “não há uma *mistura de tratamento* nesse dialeto [curitibano], mas sim uma distribuição diferenciada no uso dos pronomes em função dos papéis sociais que desempenham os falantes numa dada comunidade”. A autora ainda acrescenta:

[...] não se trata de extirpar da gramática o pronome canônico de segunda pessoa; trata-se de introduzir na norma escolar noções de funcionamento real da língua, tendo em vista as variações geográficas, pois mesmo no registro culto os falantes se diferenciam conforme essas normas regionais, condicionadas por comportamentos sociais diferenciados, que vão refletir no uso da língua. (MENON, 1996, p. 116).

Em 2002, Menon e Loregian-Penkall observaram a variação da concordância verbal com o pronome *tu* em Porto Alegre (POA), Florianópolis (FLO) e Lages (LAG), localidades que compõem o banco de dados do Projeto Variação Linguística Urbana na Região Sul – **VARISUL**. Para as autoras, a análise dessa variável, “além de demonstrar as alterações no paradigma dos pronomes pessoais e no das formas verbais, pode trazer contribuições sobre a língua portuguesa do Brasil, como a perda do parâmetro *pro-drop* ou do sujeito nulo.” (cf. MENON; LOREGIAN-PENKAL, 2002, p. 151).

¹¹ Optamos por apresentar em nota de rodapé todos os trabalhos citados em nossa pesquisa, mas aos quais não tivemos acesso, a exemplo do trabalho de Abreu, cuja referência encontra-se abaixo:
ABREU, Maria Teresa dos Santos. **Formas de tratamento**: dialeto urbano e oral de Curitiba. Florianópolis, 1987. Dissertação (Mestrado em Letras): Universidade Federal de Santa Catarina.

As autoras, ao analisarem a amostra coletada em POA, FLO e LAG, ressaltam que, ao utilizar o *tu*, o falante dessas localidades dispõe de três tipos de forma verbal, a saber:

- a) **forma canônica**, com ou sem pronome, como nos exemplos “**Tu** não viste na bera da praia” (POA 05, fbp, 0312) e “desde quando eles vieram dos Açores. Ø Não **tens** não? Ah, mas Ø **precisas** ter” (FLO 22, fbc, 0368).
- b) **forma canônica modificada**, resultante de alteração fonética, produzida pela assimilação progressiva do [s] sobre o [t], como em “Chegava em casa o pai: “onde é que tu **fosse**? Ah, eu fui na sessão das moças”. (FLO 18, mac, 1140).

Conforme as autoras, somente a transformação da 2ª pessoa do pretérito perfeito do indicativo foi considerada *forma canônica modificada*. Para elas, o segmento [se] mantém a marca de pessoa visto que se trata de uma realização fonética do morfema *-ste*.

- c) **forma não-marcada** de segunda pessoa, em que a pessoa gramatical é, necessariamente, marcada pelo pronome, uma vez que essa forma verbal é idêntica a de outras, como em “Bah! Cláudio, ah! vamo imhora sabe que **tu** já **pensô**, **tu** já **ouviu** quando **tu** **entrou** esses guri...” (POA 01, mbp, 0869).

Para as autoras, uma das características observadas nessas três localidades – o uso do *tu* acompanhado de uma forma verbal não-marcada – favorece, provavelmente, o uso do pronome junto ao verbo e vem corroborar a tendência já observada por outros autores – a de que o PB não pode mais ser enquadrado no parâmetro *pro-drop*. Acrescentam, ainda, a esse fato que alguns tempos verbais, como o imperfeito do indicativo, já não guardam as marcas distintivas de pessoa, se considerarmos a variação entre os pronomes *nós* e *a gente*: se assim fosse, teríamos, então, um sistema de concordância reduzido a duas oposições: *eu, tu, você, o senhor, ele, a gente cantava* Ø *versus vocês/os senhores, eles cantavam*.

Duarte (1997) também comunga a ideia dos autores aqui citados – a de que o português do Brasil tem sofrido várias mudanças, algumas, inclusive, já implementadas em seu sistema pronominal. Dentre elas, a autora cita a substituição dos pronomes *tu/vós* pelo tratamento *você(s)* e, mais recentemente, a substituição do *nós* por *a gente*.

Para a autora, essa última substituição, por exemplo, nos deixa com apenas três formas verbais distintas no presente e no pretérito perfeito para identificar as seis pessoas

gramaticais. Desta forma, a autora observa que tem havido “uma tendência, cada vez maior à representação fonológica do sujeito, tornando-se o sujeito nulo cada vez mais raro”, fato este que leva o português oral do Brasil a perder o *status* de língua de sujeito nulo. (cf. DUARTE, 1997, p. 505).

Com base em uma amostra coletada em 1992, no Rio de Janeiro, com 12 informantes distribuídos em três faixas etárias e com nível universitário, a autora afirma que, naquela época, os mais velhos apresentaram maior tendência a omitir o sujeito, enquanto que os mais jovens já apresentavam uma maior tendência à representação plena do sujeito.

Embora se trate de uma mudança em processo, Duarte (1997, p. 506-507) afirma que “já temos no sistema indícios do encaixamento da perda do sujeito nulo obrigatório.” Ela frisa ainda que essa mudança já atinge os sujeitos indeterminados, isto é, enquanto a gramática tradicional se limita a apontar o uso da terceira pessoa como estratégia de indeterminação, os dados “revelam uma forte tendência pelo uso de formas pronominais plenas para realizar tal referência, com nítida preferência pela forma *você*, seguida da expressão *a gente* e do pronome *eles*.”

De um modo geral, os dados da autora mostram que o sistema pronominal/flexional concentra a maior parte dos fenômenos variáveis do PB, razão por que, enfatiza ela, “estão a clamar por uma atenção especial”.

Em trabalho realizado em 2003, Paredes Silva afirma que o falante de português dispõe de pelo menos duas formas alternativas para se dirigir ao interlocutor, numa situação de informalidade: o *tu*, reconhecidamente aceito pelos estudiosos como um pronome pessoal de segunda pessoa, e a forma *você*, à qual nem sempre os estudiosos atribuem o *status* de pronome pessoal. Contudo, a autora ressalta, agora com base em descrições mais recentes do PB (cf. ILARI *et al.*, 1996), que, apesar da falta de consenso sobre o *status* do *você*, é esta a forma que é “reconhecida como pronome pessoal de segunda pessoa do singular para a grande maioria dos falantes brasileiros.” (cf. PAREDES SILVA, 2003, p. 160).

Ainda no trabalho de 2003, a autora, ao retomar seu estudo de 2000, intitulado *A distribuição dos pronomes de segunda pessoa do singular na fala carioca ao longo do século XX*¹², chama a atenção para o fato de que a análise das dezoito peças teatrais cariocas ou ambientadas no Rio de Janeiro – *corpus* de sua pesquisa – evidenciou a substituição,

¹² PAREDES SILVA, Vera Lúcia. A distribuição dos pronomes de segunda pessoa do singular na fala carioca ao longo do século XX. In: CONGRESSO NACIONAL DA ABRALIN, 2., 1999, Florianópolis. *Anais ...* Florianópolis: ABRALIN, 2000, v.2, p.1288-1296. CD ROM.

paulatina, do *tu* pelo *você*. Segundo a autora, a análise diacrônica por ela realizada permitiu ainda verificar que houve,

[...] na segunda metade do século XX, um movimento de retorno do pronome **tu**, porém desse momento em diante, acompanhado de verbo na terceira pessoa do singular, num uso não-padrão, e por isso mesmo atribuído, nas peças, à personagens de baixa condição social. (PAREDES SILVA, 2003, p.160)

Segundo Paredes Silva (2003), do ponto de vista da variação presença/ausência de sujeito, a segunda pessoa é a que tende a apresentar uma maior frequência de uso do pronome explícito, sendo esse resultado, no português carioca, atribuído ao uso da forma *você* com verbo na terceira pessoa, o que neutralizou a oposição segunda/terceira pessoa. Para a autora, essa hipótese se justifica se observarmos que:

[...] temos um pronome – **você** – que tem se desgastado, sofrendo inclusive perda de corpo fônico quando se reduz ao clítico **cê** [...]. O falante então recupera o monossílabo tônico, portanto, de expressão mais forte, como **tu**, para melhor marcar a referência ao interlocutor. (PAREDES SILVA, 2003, p.161). (grifo original).

Com vistas a analisar a variação *tu* e *você* no falar carioca atual, Paredes Silva (2003) constituiu um *corpus* com dados do Banco de Dados Interacionais – **BDI** e com dados do *Projeto Censo da Variação Linguística no Rio de Janeiro*, ambos pertencentes ao acervo do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua – **PEUL**. Esses dados foram comparados a uma amostra composta por conversas naturais, realizadas pela autora no ano de 1996, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Distribuição dos pronomes de 2ª pessoa nos *corpora* investigados

	Censo PEUL	BDI – PEUL	Paredes 1996
você	644 = 94%	168 = 97%	133 = 35%
tu	42 = 6%	5 = 3%	235 = 65%
Total	686	173	368

Fonte: Paredes Silva (2003, p.164)

Os dados mostram uma maior frequência do *tu*, com um percentual de 65%, na amostra coletada pela autora em 1996 (cf. Tabela 2), diferentemente das amostras do BDI e do PEUL, que apresentaram 3% e 6%, respectivamente. Segundo a autora, essa diferença está, certamente, ligada ao gênero de discurso, isto porque a amostra coletada em 1996 é composta de dados de fala em situações mais naturais, menos controladas.

A variável sexo, primeira selecionada pelo programa estatístico, mostrou que os homens são os que mais favorecem a ocorrência do *tu*. Nos dados coletados em 1996, a influência do sexo no uso desse pronome representou um peso relativo de 0.57, já os dados do PEUL indicaram um peso de 0.72. Segundo a autora, a comparação dos dados permitiu verificar que a influência da variável sexo condiciona uma visível mudança em curso no dialeto carioca, uma vez que o *tu* mostrou-se como um uso predominante entre os homens.

A esse respeito, a autora frisa que, em se tratando de processo de mudança, “os homens têm-se mostrado na dianteira quando se trata de uma mudança em direção de formas não-padrão”. (cf. PAREDES SILVA, 2003, p. 165).

A autora observa, ainda, que a amostra coletada em 1996 não permite considerações mais detalhadas sobre outros aspectos sociais dos falantes, mas cita como *curioso* o uso do *tu* entre os mais jovens, na faixa dos 20 anos, com um peso relativo de 0.60.

Buscando observar como o *tu* e o *você* estão em uso no Sul do país, Loregian-Penkall (2005) ampliou sua pesquisa¹³ e, nesse trabalho, analisa a fala em cinco localidades catarinenses Florianópolis, Ribeirão da Ilha, Chapecó, Blumenau e Lages. Os informantes foram distribuídos considerando as seguintes variáveis: gênero, escolaridade e faixa etária.

Os resultados da pesquisa mostram que o litoral de Santa Catarina, o de Florianópolis e o de Ribeirão da Ilha apresentam um maior peso relativo no uso de *tu*, 0.65 e 0.92, respectivamente. Já nas demais localidades, no interior do estado, o que observamos é a alternância do *tu* e do *você*.

Loregian-Penkall (2005, p. 365) observa que, em Ribeirão da Ilha, quatro informantes alternaram os pronomes *tu* e *você* ao longo da entrevista. Para a autora, esse resultado é altamente significativo, visto que se trata de “uma localidade um tanto isolada e maciçamente açoriana, em que o *você* já se infiltrou”.

Esses dados permitiram que a autora confirmasse a hipótese de que a etnia açoriana – representada por Florianópolis e Ribeirão da Ilha, é a que mais realiza o pronome *tu*.

Os resultados quantitativos mostram que o *tu* é favorecido entre as mulheres, com peso relativo de 0.84, tanto em Florianópolis quanto em Ribeirão da Ilha; ao passo que as três cidades do interior apresentam peso de 0.61, conforme tabela abaixo. Para a autora, o uso desse pronome pelas mulheres serviu para mostrar que o *tu* é uma forma prestigiada nas

¹³ Sobre a alternância entre os pronomes *tu/você*, na região Sul do país, consultar: LOREGIAN-PENKALL, Loremi. **Concordância verbal com o pronome tu no sul do Brasil**. Florianópolis, 1996. 136f. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. _____ . **(Re)análise da referência de segunda pessoa na fala da Região Sul**. Curitiba, 2004. 260 f. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

localidades investigadas, visto que, em situação de variação estável, as mulheres tendem ao uso de formas de maior prestígio.

Tabela 3 – Localidades da amostra e gênero

Rodada com Florianópolis e Ribeirão da Ilha			
Gênero	Apl./Total	%	P.R.
Masculino	366/542	67%	0,20
Feminino	664/687	96%	0,84
Total	1030/1229	84%	
Rodada com Chapecó, Blumenau e Lages			
Gênero	Apl./Total	%	P.R.
Masculino	231/1315	18%	0,42
Feminino	353/919	38%	0,61
Total	584/2234	26%	

Fonte: Loregian-Penkall (2005, p. 366)

Com a pesquisa, a autora critica as generalizações feitas sobre “a substituição do pronome tu pelo *você* no português brasileiro”, uma vez que os dados mostram que, na maioria das localidades do Sul, o pronome *tu* permanece como sendo uma forma bastante produtiva na linguagem oral.

Em 2005, Lucca analisa a variação *tu* e *você* com base em dados obtidos mediante gravações espontâneas e secretas entre jovens distribuídos na faixa etária de 15 a 19 anos, nas regiões administrativas do Distrito Federal, a saber: Brasília, Taguatinga e Ceilândia.

De um modo geral, os dados analisados por Lucca (2005) mostram um percentual de 72% com relação ao uso do *tu*, revelando, assim, uma preferência dos jovens brasilienses pelo emprego desse pronome. De acordo com a autora, entre as variáveis que condicionam o uso desse pronome temos: *o gênero do falante, o tipo de relação entre os pares, a familiaridade com o tema e a região administrativa*, além de variáveis linguísticas como *o paralelismo formal e o tipo de estrutura*.

Lucca (2005) observa que, apesar de a metade dos dados de falas femininas serem reproduções feitas pelos rapazes, o *tu* tende a ser mais usado entre falantes do gênero masculino. Segundo a autora, no Distrito Federal, homens e mulheres têm feito suas escolhas linguísticas em direções opostas:

A preferência das garotas do DF pelo *você* pode estar sendo guiada pela noção de que, se usarem o *tu* e não o *você*, incorrem na possibilidade de não fazer a concordância verbal canônica de 2ª pessoa gramatical. A preferência dos rapazes brasilienses pelo *tu*, por sua vez, obedece às regras de seu grupo social, no sentido de que usar variantes não padrão, no caso, o *tu* acompanhado de verbo na forma não

marcada, é uma espécie de passaporte para ser aceito no grupo, uma forma de marcar a identidade de seu grupo na sociedade. (LUCCA, 2005, p. 81).

Quanto à variável região administrativa, a análise de Lucca (2005) mostrou que as localidades selecionadas apresentam um comportamento linguístico diversificado com relação ao uso do *tu* e do *você*: o falante de Ceilândia demonstrou preferência pelo *tu*, ao acusar um percentual de 86% das ocorrências, já os falantes de Taguatinga e de Brasília apresentaram a mesmo percentual 66%.

Embora a incidência de uso do *tu* seja alta nas três regiões analisadas, a autora confirma sua hipótese inicial: “o falante ceilandense [usa] mais o *tu* que o falante taguatinguense, e este mais que o de Brasília.” Segundo Lucca (2005), isso se deve ao fato de Ceilândia, uma das cidades satélites do DF, apresentar um sistema linguístico diferenciado que pode ser explicado por seus aspectos sócio-históricos. De acordo com a autora, apesar de a maioria da população ser representada por nativos, é bem provável que o *tu* “não tenha entrado para o repertório linguístico dos falantes ceilandenses via falantes nativos”, devido a pouca idade dessa região. Assim, a implementação do *tu* em Ceilândia se explicaria, em grande parte, pela influência de falantes não nativos oriundos da região Nordeste que, em termos gerais, representam 65,5% da população não nativa do Distrito Federal. Convém ressaltar que os ceilandenses assim como os taguatinguenses adotaram, segundo a autora (LUCCA, 2005, p. 101), “traços que elegeram como significativos na representação de sua identidade. Essa identidade, contudo, não é tão marcada pelas raízes nordestinas”.

Em suma, o estudo de Lucca (2005) mostrou que a influência de variáveis sociais pode, entre os jovens brasilienses, ser decisiva na seleção do *tu* ou do *você*. Os dados da pesquisa apontam que a influência dos migrantes da região Nordeste foi decisiva para a entrada do *tu* no repertório brasiliense observado, sobretudo, entre falantes jovens, do gênero masculino, interagindo com pares solidários ao abordarem temas relacionados ao cotidiano. Afirma a autora que, dada a “forte influência da imigração nordestina na comunidade de fala brasiliense [...], o *tu*, marca regional em uma visão macro do português do Brasil, passa a ser marca social dentro da fala brasiliense.” (LUCCA, 2005, p. 114).

O estudo sincrônico realizado por Modesto (2006, 2007) buscou analisar o uso das formas de tratamento *tu* e *você* em Santos – SP, levando em consideração aspectos sociolinguísticos e pragmático-discursivos, que atuam na alternância destas formas.

Modesto (2006, 2007) analisa a alternância de *tu* e *você* na cidade de Santos, litoral sul de São Paulo, à luz de fatores sociais, linguísticos e discursivos. Para verificar a relevância desses fatores para explicar tal alternância, o autor analisa vinte inquéritos, controlando as

seguintes variáveis: *gênero, faixa etária, escolaridade, função sintática da forma de tratamento, referência, expressividade e monitoramento*.

Dentre os grupos de fatores controlados, apenas o gênero e a faixa etária se mostraram estatisticamente irrelevantes. Já os demais mostraram o seguinte grau de relevância: (1) monitoramento, (2) expressividade, (3) função sintática, (4) referência e (5) escolaridade. Com relação ao monitoramento, fator estatisticamente mais relevante, os falantes santistas tendem ao uso da forma *tu* em contextos de menor monitoramento, apresentando um peso relativo de 0.61 e de 0.38 para o *você*. Para o autor, isso se deve a “situações de fala que envolvam um menor monitoramento por parte dos interlocutores favorecem o aparecimento da forma de tratamento solidária e expressiva *tu*, enquanto que o mesmo contexto desfavorece a aplicação da forma *você*.”(MODESTO, 2007, p. 10).

O fator expressividade também foi um dos mais relevantes, segundo o programa estatístico. Modesto (2006, 2007) observou que, em contextos de maior expressividade, a probabilidade de a forma *tu* ser selecionada como tratamento é de 0.65, o que evidencia a preferência por essa forma. De acordo com o autor, o uso do *tu* em contextos expressivos é frequente quando se pretende fazer uma abordagem mais direta, mais contundente ao interlocutor.

A referência direta também favorece, no falar santista, o uso da forma *tu* em contextos de relações simétricas, ao contrário da forma *você*, que apresenta o peso relativo de 0.37. Em contrapartida, a referência indireta e a indeterminada são favorecedoras para a ocorrência da forma *você*, ao acusar a probabilidade de 0.52 e 0.67 nestes contextos.

Os dados de Modesto (2006, 2007) mostram que, embora a função subjetiva tenha demonstrado ser um fator que não favorece a ocorrência do *tu* como referência à segunda pessoa, a forma objetiva do pronome de segunda pessoa do singular – *te* – foi registrada, mostrando-se, pois, altamente produtiva na região santista, ao acusar uma probabilidade de 0.77. Com esse resultado, o autor afirma que não devemos negar o uso cada vez mais frequente da forma *você*; contudo, assinala que “é inegável que a forma objetiva *te* pode permanecer em uso por muito tempo, o que nos impede de dizer que *você* substituiu efetivamente a forma *tu* no português brasileiro”

Quanto à escolaridade, os dados revelam que os falantes menos escolarizados tendem ao uso do *tu*, visto que os falantes mais escolarizados tendem a evitar o uso desta forma ou a usam em situações mais específicas. É interessante observar que, ao cruzar o fator escolaridade e gênero, Modesto (2006, 2007) constata que as mulheres mais escolarizadas

tendem a evitar o uso de *tu*, talvez, segundo o autor, devido ao estigma social que essa variante carrega quando associada ao verbo na terceira pessoa.

Em suma, os falantes santistas tendem ao uso da forma *tu* em situações informais, mas, diferentemente do que imaginou o autor, seu uso não superou estatisticamente a forma *você*, apresentando como resultados 67% de usos para *você* e apenas 32% de usos para *tu*.

Observa o autor que não foi possível identificar se alternância *tu* e *você*, no falar santista, caracteriza-se como um caso de mudança em progresso, uma vez que “as variáveis gênero e faixa etária, grande indicadores de mudanças linguísticas, mostraram-se estatisticamente irrelevantes pelo programa de análise”. Para o autor, “a alternância das formas de tratamento em Santos não é aleatória, mas condicionada por um conjunto de fatores linguísticos, sociais e pragmático-discursivos” existindo, pois, uma “linha sutil que delimita um ou outro uso.” (MODESTO, 2007, p. 22-23).

Dando continuidade aos estudos sobre a realidade dialetal de Brasília, Dias (2007) buscou verificar quais fatores sociais condicionam a variação *tu* e *você* em diferentes faixas etárias, visando a observar se tal alternância se trata de mudança em curso ou de gradação etária. Para tanto, a autora analisou a fala de informantes pertencentes a três faixas etárias – 13 a 19 anos; 20 a 29 anos e com mais 30 anos –, obtida por intermédio de gravações espontâneas.

Os resultados quantitativos mostram que o *tu* é mais favorecido entre os mais jovens de 13 a 19 anos, ao apresentar peso relativo de 0.76. Enquanto essa faixa etária tem efeito maior sobre esse favorecimento, a faixa etária com mais 30 anos tem efeito desfavorecedor, com peso relativo de 0.28. Ao comparar as diferentes faixas etárias, Dias (2007) observa que a diferença de 0.48 entre os pesos relativos mostra o quão essa variável é importante para o entendimento desse fenômeno em Brasília.

Assim como os dados de Lucca (2005), os dados de Dias (2007) também revelam que os falantes do gênero masculino são os que mais usam o *tu*, com peso relativo de 0.60, enquanto que as mulheres, com peso relativo de 0.41, apresentam forte efeito desfavorecedor. Ao cruzar as variáveis gênero e faixa etária, a autora observa ainda que os falantes do gênero masculino da faixa etária de 13 a 19 anos apresentam os índices mais altos de uso do *tu*, ao acusarem uma frequência de 41,5% de uso por essa forma.

Outro dado interessante foi observado por Dias (2007, p. 87) quando do cruzamento dessas duas variáveis: não foi registrada a ocorrência de *tu* entre os falantes do gênero feminino da faixa etária acima dos 30. Para a autora, esse dado revela traços de uma gradação etária tendo em vista que o *tu*, também desfavorecido entre os falantes do gênero masculino

pertencentes a essa mesma faixa etária, diminui à medida que esses falantes se inserem no mercado de trabalho.

Em relação ao estilo de vida, outra variável observada por Dias (2007), os dados mostram que o *tu* é mais frequente entre os falantes com estilo *alternativo*, com peso relativo de 0.73; ao passo que os *conservadores* têm efeito desfavorecedor ao apresentarem um peso relativo de 0.25. Para a autora, a análise desses dois estilos de vida permite-nos ainda observar a importância da aspiração social nas escolhas linguísticas individuais dos falantes (cf. DIAS, 2007, p. 80).

De um modo geral, os resultados de Dias (2007) demonstram que o uso do *tu* em Brasília revela comportamento tanto de gradação etária quanto de mudança em curso, sendo condicionado, nas diferentes faixas etárias, por fatores como sexo, estilo de vida do falante, tipo de diálogo e em contextos de deboches/ironias/brincadeiras até contextos mais gerais em situações íntimas e solidárias.

Em 2008, Mota observa a variação *tu* e *você* no português oral do Norte de Minas, especificamente na cidade de São João da Ponte. A pesquisa, que tem como objetivo identificar se há tendência de mudança na localidade pesquisada e qual a razão sócio-histórica de manutenção desse tratamento, conta com uma amostra de 24 entrevistas sociolinguísticas e testes de produção realizados com informantes do Ensino Fundamental, de ambos os sexos, agrupados em quatro faixas etárias de 7 a 14 anos, 15 a 25 anos, 26 a 49 anos e acima dos 50 anos.

Os dados referentes à aplicação dos questionários mostram que, das 509 realizações, o falante tende a selecionar mais o *você*, representado um total de 89% das ocorrências. Segundo a autora, apesar de os dados terem acusado um índice de 10% para o uso do *tu*, esse índice já se mostra suficiente para revelar um traço até então “inexistente no dialeto mineiro”, tornando, pois, “o município de São João da Ponte uma ilha linguística em Minas Gerais”. (MOTA, 2008, p. 60).

Comparando esse resultado ao da amostra referente à aplicação dos testes de produção, Mota (2008) observa que o *você* também é a forma predominante, ao apresentar um percentual de 75% da amostra.

Em relação à amostra coletada por meio de entrevistas, a autora obteve a seguinte seleção: *grau de intimidade, estatuto do interlocutor na interação*. Já na amostra composta pelos testes de produção, foram selecionadas as variáveis: *tipo de discurso, área geográfica de atuação profissional do falante, estatuto do locutor na interação*. Já os fatores *função sintática e faixa etária* se mostraram estatisticamente significativos em ambos os *corpus*.

Os dados da autora mostram que o *tu*, apesar de estar presente em todas as faixas etárias, é uma marca do grupo de falantes entre 15 e 25 anos, ao apresentar um peso relativo de 0.72 e 0.77, no total das amostras. Segundo Mota (2008, p. 84), o uso frequente do *tu* entre os mais jovens é favorecido ainda pelo nível de intimidade entre os falantes, o que proporciona o uso de um estilo mais informal. Para a autora, a análise dessa variável indica que a variação *tu* e *você* trata-se de uma gradação etária, sendo o *tu* “uma estratégia linguística utilizada pelos jovens para a construção de uma identidade de grupo”.

Ainda sobre uso do *tu* na variedade linguística no município de São João da Ponte, a autora conclui: o *tu* é “um vestígio de um modo de falar rural” e sua manutenção se justifica pelo fato de o município ter sido marginalizado face ao desenvolvimento industrial dos municípios vizinhos que, com a urbanização e o desenvolvimento, perderam tal forma (cf. MOTA, 2008, p. 83).

3.3 O uso da segunda pessoa no português falado no Maranhão

Na tentativa de compor a fotografia geo-sociolinguística do português falado no Maranhão, recorreremos ao nosso passado sócio-histórico e linguístico-cultural. Encontramos várias pesquisas realizadas, a partir da década 50, sob o aspecto da dialetologia rural, registrando apenas as diferenças fono-lexicais.

Entretanto, recuando um pouco mais no tempo encontramos a declaração de Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres Maranhão¹⁴ que, em 1819, ao escrever a obra *Porandunba Maranhense*, afirma que aqui se falava um português “com um certo metal de voz, que o faz muito agradável ao ouvido.” (MARANHÃO, 1946, p. 148).

A declaração de Frei Francisco merece destaque se observarmos que o autor revela o perfil diastrático dos falantes maranhenses, ao afirmar ainda que “os instruídos a [língua portuguesa] falam muito bem; porém entre os rústicos ainda corre um certo dialeto, que, emquanto, a mim, é o resultado da mistura das línguas das diversas nações, que tem habitado no Maranhão”¹⁵. (MARANHÃO, 1946, p. 148). Para o autor, esse “certo dialeto” pode ser observado conforme a carta abaixo:

¹⁴ Aqui citado pela edição de 1946.

¹⁵ Optamos por utilizar a ortografia vigente à época.

Meu Fio: estimarei que tu já esteja mió das tua cezão: eu e tua comade Quitaja não passamo tão má. Ahi ti mando um cofô, e deu delle duas garrafas d'agoa arden, bai dellas vão duas faca e treis cuié de prata, embriadas nuas fôia. Não te remmetto agora o moleque Cazuzza, porque o vejo ainda muito columim: elle cá nos vai servindo para i ó má pescá com o Totó. [...]. Meu fio, eu ti dou a minha bençam, e Deus nosso Sinhô ti dê a sua por seu infinito amo. Asseita muitas lembrança do nhô Mão, e do Quinquim. Tua May Polúcia”. (MARANHÃO, 1946, p. 148) (grifo nosso)

Trazer o testemunho de Frei Francisco nos faz perceber um valioso registro da realidade dialetal do Estado: o *tu*, já naquela época, era utilizado com o verbo na terceira pessoa, forma presente na fala coloquial daqueles que não tinham “um bom português”.

No que concerne aos estudos dialetológicos do Maranhão, vemos que estes já eram, desde o século XIX, estudos que visavam a um conhecimento acerca da realidade linguística regional do Estado. Autores como Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres Maranhão (1819/1820), e ainda Vieira Filho (1958), Azevedo (1973, 1981, 1982, 1984), Melo et al (1986), nos deram contribuições valiosas e bastante significativas para a compreensão dos falares maranhenses. Contudo, é somente nos trabalhos de Ramos (1996) e Herenio (2006), que encontramos um estudo sistematizado sobre a alternância do *tu* e do *você* no Maranhão.

Em 1996, buscando observar o comportamento dos pronomes pessoais na posição de sujeito, Ramos analisa uma amostra sincrônica colhida em língua oral, no período de março e abril de 2006. Para tanto, foram selecionados informantes residentes em São Luís, de ambos os sexos, pertencentes a quatro faixas etárias – 13 a 19 anos; 16 a 25 anos, 26 a 55 anos e com mais 55 anos, distribuídos em três níveis de escolaridade – 1º grau incompleto, 2º grau incompleto e 3º grau completo e incompleto.

Os dados da pesquisa mostram que, em São Luís, *locus* da pesquisa, já àquela época, observa-se uma nítida preferência pela realização plena do pronome sujeito, conforme tabela abaixo.

Tabela 4 – Presença/Ausência dos pronomes pessoais na posição de sujeito

Pessoa	Presença	%	Ausência	%	Total
Eu	224	65,1	120	34,9	344
Tu	4	80,0	1	20,0	5
Você	60	98,5	1	1,6	61
Ele/Ela	138	65,5	76	35,5	214
Nós	39	40,2	58	59,8	97
A gente	136	87,2	20	12,8	156
Vocês	4	100,0	-	-	4
Eles/Elas	65	45,1	79	54,9	144

Fonte: Ramos (1996, p. 10)

Analisando a ocorrência do *tu* e do *você*, a autora observa que o *tu* acusou um percentual de 80% na posição de sujeito, já o *você* apresentou 98,5% de uso nessa posição. Mas, frisa a autora que, das 61 ocorrências de *você*, 57 delas foram usadas como recurso de indeterminação, como observado no exemplo: “[...] porque tudo que *você* produz tem que ter alguma coisa comercialmente falando então hoje *você* tá num plano [...]”. (cf. RAMOS, 1996, p. 10)

Ainda sobre a ocorrência do *você*, Ramos observa que as quatro ocorrências restantes foram empregadas, como forma de tratamento, no momento em que um informante se dirigiu diretamente a seu interlocutor, como no exemplo: “*você* conhece o diretor RP, não conhece?”

Segundo Ramos (1996), se considerarmos os pronomes *tu* e *você*, como opções de tratamento para a segunda pessoa do singular, os dados dão indícios de que o *tu* é usado como forma de intimidade entre pessoas próximas enquanto que o *você* é usado como forma de cortesia e/ou respeito para pessoas mais distantes ou dada a situação formal, contudo, frisa a autora que:

no plural essa oposição é anulada, visto que o Maranhão acompanhou a evolução do paradigma flexional e substituiu também o *vós* por *vocês*. Em face dessa mudança, o maranhense passou a usar o *vocês* tanto como forma de intimidade quanto como forma de respeito e/ou cortesia. Nos casos em que a hierarquia requer um distanciamento mais evidente, a opção passou a ser o uso da forma os senhores/as senhoras. (RAMOS, 1996, p. 11).

Por fim, a autora afirma que, mesmo com a ampla disseminação do *você* no país, a análise dos dados mostra que o *tu*, como forma própria de intimidade, tem resistido a essa pressão, principalmente, entre os mais jovens, mas acrescenta “é preciso investigar atentamente [...] para que um quadro mais adequado à realidade da língua, no que diz respeito ao pronome de segunda pessoa, possa ser traçado.” (cf. RAMOS, 1996, p. 12).

Outro trabalho que busca observar a alternância do *tu* e do *você*, no Maranhão, foi realizado em 2006. Na pesquisa, Herenio (2006) analisa e compara dados coletados em duas regiões distintas: Imperatriz, localizada ao sul do Maranhão e Uberlândia, localizada a oeste de Minas Gerais. Ao todo, foram entrevistados 86 informantes, distribuídos por faixa etária (20 a 30 anos, 31 a 45 anos e acima de 45) e classe social (alta, média e baixa).

A comparação dos dois *corpora* aponta o *você* com grande frequência de uso tanto em Imperatriz quanto em Uberlândia, com percentual de 73% e 100%, respectivamente. Os dados apontam que a região geográfica tem efeito favorecedor sobre o uso do *tu*: em Imperatriz, observamos um percentual de 27% de uso desse pronome, enquanto que em Uberlândia não foi registrada qualquer ocorrência.

Segundo Herenio (2006), embora o índice de ocorrência do *tu* seja de apenas 27% em Imperatriz, esse percentual se mostra relevante quando do cruzamento da região geográfica com outros fatores, conforme tabela abaixo:

Tabela 5 – Paradigma número-pessoal do verbo x Região geográfica x Variável Dependente – Leitura vertical

Paradigma número-pessoal do verbo	Região geográfica		Imperatriz TU		Imperatriz VOCÊ		Uberlândia VOCÊ	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
verbo na 3ª p.s	132	92,3	387	100	529	100		
verbo na 2ª p.s	11	7,6	0	0	0	0		
Total	143	100	387	100	529	100		

Fonte: Herenio (2006, p. 118)

A análise revela que, de todas as referências à segunda pessoa registradas em Imperatriz, 92,3% das ocorrências são com o *tu* sem a concordância típica de segunda pessoa. Sobre a concordância verbal com o *tu*, a autora frisa que, embora menos frequente, esse pronome acompanhado da forma verbal canônica de segunda pessoa representa “uma marca linguística de Imperatriz”¹⁶. (cf. HERENIO, 2006, p. 81).

Observando o efeito da faixa etária sobre a concordância com o *tu*, os dados apontam para um efeito desfavorecedor da concordância canônica nas três faixas etárias, apesar de os falantes com idades entre 30 e 45 anos fazerem mais concordância que os demais, com percentual de 1.7%. De modo geral, os dados quantitativos de Herenio (2006) apontam que, em Imperatriz, o *você* é a forma mais frequente já a forma *tu*, quando utilizada, vem geralmente acompanhada da forma verbal de terceira pessoa.

Em síntese...

Ao traçar o percurso histórico dos pronomes pessoais da segunda pessoa no português, podemos observar o quão interessante é a distinção que se dá entre o PB e PE com relação ao uso do *tu* e do *você*. Esse percurso histórico evidenciou ainda que o sistema de

¹⁶ Vale ressaltar que a autora em nenhum momento explicita porque considerou o *tu* com a concordância verbal canônica como “uma marca linguística de Imperatriz”.

tratamento do Brasil é mais simplificado que em Portugal¹⁷, principalmente se observamos os diferentes usos que os pronomes pessoais da segunda pessoa apresentam nas variedades do PB.

Entretanto, esse comportamento diferenciado nas diversas regiões do país, parece não ter sido suficiente para que formas como o *você* fossem incluídas nos manuais normativo-prescritivos¹⁸. A esse respeito, Lopes (2007, p. 106) afirma que o quadro de pronomes pessoais que ainda vigora nesses manuais “está longe de ter uma coerência interna e de dar conta da realidade concreta do português do Brasil”, pois além de não incluírem as formas amplamente utilizadas na linguagem coloquial, raramente as explicam.

Buscamos também observar os resultados empíricos de análises sociolinguísticas e dialetológicas sobre a alternância do *tu* e do *você*. Apesar de ser categórica a afirmação de alguns autores de que o *tu* já desapareceu ou está desaparecendo do PB, sendo seu uso restrito às regiões Sul e Norte do país, observamos que o *tu* está presente em todo o Brasil, embora apresente um uso diferenciado em cada região.

Por fim, face à preocupação de alguns pesquisadores sobre a falta de uma descrição mais detalhada dessa variação na região Nordeste, fomos em busca de trabalhos que nos ajudassem a delinear o uso do *tu* e do *você* no Maranhão. Os resultados dessas pesquisas já indicam que o português falado no Estado apresenta as mesmas mudanças que vêm ocorrendo no quadro do sistema pronominal do PB. A propósito, o uso expressivo do *você* já nos permite questionar até que ponto o uso do *tu* pode/deve ser considerado como um elemento característico do falar maranhense.

Em suma, nesse capítulo buscamos mostrar que os trabalhos e as pesquisas aqui citados nos fornecem fortes evidências a favor da relevância de fatores linguísticos e sociais a serem analisados. Desta forma, tais pesquisas – por serem um testemunho valioso da variedade e da oscilação que hoje observamos na língua portuguesa, no que se refere à escolha dos pronomes e tratamentos usados para a segunda pessoa – serão retomadas posteriormente para uma comparação com os resultados aqui obtidos.

¹⁷ cf. nota 3

¹⁸ cf. nota 6

3 A DIALETOLOGIA E A SOCIOLINGUÍSTICA: um diálogo possível

Ao aliarmos dois enfoques teóricos da variação regional – a dialetologia e a sociolinguística –, faz-se necessário descrevermos, neste capítulo, os suportes teórico-metodológicos que nortearam a pesquisa.

Assim, na primeira seção, apresentamos o caminho percorrido pelos estudos dialetais, ressaltando sua contribuição para a compreensão da realidade linguística regional do país. Na segunda seção, apresentamos o aparato teórico-metodológico da sociolinguística variacionista. Essa teoria vai nos permitir lidar com a variação do *tu* e do *você*, observando em que medida essas formas variam e que fatores as condicionam.

Ressaltada a contribuição dessas duas teorias variacionistas enfocamos, no terceiro item, a constituição da Geo-sociolinguística, tendência metodológica que norteia a nossa pesquisa e atualmente tem interessado e caracterizado os estudos geolinguísticos.

3.1 A Dialetoлогия/Geolinguística no Brasil

Coube ao Visconde de Pedra Branca, em 1826, dar início aos estudos dialetais no Brasil, com a publicação de um capítulo sobre as diferenças entre o PE e o PB, no *Atlas etnográfico do globo*. Mas é com os estudos dialetológicos de Amaral, em 1920, que a dialetoлогия e a geolinguística linguística ganharam novos rumos no Brasil. Na obra *O Dialeto caipira*, primeira tentativa de descrever um falar regional, Amaral já se mostrava preocupado com a descrição da realidade linguística do PB:

Fala-se muito num “dialeto brasileiro”, expressão já consagrada até por certos autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialeto, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados. (AMARAL, 1976, p. 43)

Tal preocupação é estendida, sobretudo, à necessidade de observarmos fenômenos comuns a todas as regiões brasileiras, pois, segundo o autor, “só então se saberia com segurança quais os caracteres gerais do dialeto, ou dos dialetos brasileiros, quantos e quais os subdialetos, o grau de vitalidade, as ramificações, o domínio geográfico de cada um.” (cf. AMARAL, 1976, p. 44).

Sobre a importância de estudos que configurem a realidade dialetal brasileira, Marroquim, em 1943, manifestou as mesmas observações de Amaral (1976):

Não está ainda feito o estudo do dialeto brasileiro. A enorme extensão geográfica em que o português é falado no Brasil dá a cada região peculiaridades e modismos desconhecidos nas outras, e exige, antes da obra integral que fixe e defina nossa diferenciação dialetal, trabalhos parcelados, feitos com critério e honestidade, sobre cada zona do país. (MARROQUIM, 1996, p. 9)

Os estudos de Amaral, Marroquim e, ainda, de Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Celso Cunha e Nelson Rossi revelam a importância e a necessidade de trabalhos dessa natureza que, como pudemos observar, já era consenso entre os pesquisadores. A partir daí, os estudos com enfoque na dialetoлогия e geografia linguística vão ganhando espaço no

cenário nacional e, em 1952, com a publicação do Decreto n.º 30.643, de 20 de março, o Governo Brasileiro, ao definir as finalidades da Comissão de Filologia da Casa Rui Barbosa, assegura como objetivo principal a elaboração do atlas linguístico do Brasil.

Para Ferreira e Cardoso (1994, p. 44), a publicação desse decreto solidifica os estudos dialetológicos e geolinguísticos no país, o que só foi possível dado “o trabalho relevante e pioneiro dos que com ela [a geografia linguística] se sentiam comprometidos”. Esses trabalhos marcam, pois, o desenvolvimento e a implantação de uma nova metodologia de trabalho – a *geografia linguística*, técnica que

[...] pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unitária numa rede de pontos de um determinado território, ou que, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados. (COSERIU, 1982, p. 79)

Dentre os pioneiros na implantação desses estudos, merece destaque o trabalho de Nelson Rossi que, em 1963, publica em co-autoria com Carlota Ferreira e Dinah Isensee o *Atlas prévio dos falares baiano - APFB*, dando início, a partir daí, aos estudos que têm a geografia linguística como ferramenta *sine qua non* para a elaboração de atlas linguísticos regionais. Sobre a importância dos atlas linguísticos Silva Neto, em 1957, já afirmava que esses nos oferecem:

- a) o instantâneo do panorama linguístico de um dado território;
- b) a possibilidade de reconstruir, em base firme e com dados concretos, a história da língua;
- c) registrando formas periféricas, de regiões isoladas, menos expostas às comunicações com os grandes centros e que por isso, não acompanharam a evolução neles operada, a carta não nos oferece, apenas cortes sincrônicos, porém vários cortes sincrônicos;
- d) a distribuição geográfica atual proporciona, em consequência, a reconstituição de áreas outrora vivas e hoje desaparecidas, submersas por outras camadas, devidas quer a empréstimos vindos de fora, quer as novas criações;
- e) oferece-nos, assim, um quadro sinótico da história da língua, pois nos evidencia viagens de palavras, centros de inovação e expansão, cruzamentos, regressões e falsas regressões, colisões e atrações homônimas, pressão constante da língua comum sobre os falares. (SILVA NETO, 1957, p. 39).

Ainda sobre a importância dos atlas linguísticos Alvar¹⁹, em 1958, afirma que:

¹⁹ ALVAR, M. Diferencias en el habla de hombres y mujeres. **Revista do Livro**. Rio de Janeiro 121, 1958, p.85.

[...] o grande interesse do atlas está na grande massa de materiais que oferece agrupados; mas, ainda, penso sobretudo nas múltiplas surpresas que oferece [...]. A descoberta de novos motivos de investigação e o levantamento incessante de problemas são dados que depõem em seu favor. As descobertas feitas por um atlas são como brechas numa muralha: através das fendas será possível penetrar no ignorado. (ALVAR, 1958 apud FERREIRA;CARDOSO, 1994, p. 20).

E Rossi, um dos grandes pioneiros, acrescenta, em 1967:

Hoje não precisa de mais do que bom senso e isenção para compreender que eles [os atlas] permanecem como uma das maiores conquistas da Linguística do século XX, mas padecem, como qualquer outro instrumento de trabalho resultante de qualquer outro método, das suas limitações. Dizem muito, dizem mais do que seria possível dizer por outro processo conhecido, valem pelo que permitem dizer a partir deles com segurança e objetividade, mas não dizem tudo. Permitem ver muito em extensão, mas com o sacrifício da profundidade e do pormenor, embora como inventário preliminar constituam o ponto de partida mais seguro para o aprofundamento dos estudos mais exaustivos de áreas menores [...] com dados [...] colhidos ao vivo, que frequentemente contrariam todos os pressupostos apriorísticos. (ROSSI, 1967, p. 93).

Com vistas a viabilizar a elaboração do atlas, Nascente, em 1958 e 1961, publica *Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil*. Nas bases, o autor aponta a vastidão do Brasil como uma das dificuldades em se organizar um atlas em âmbito nacional e para tanto, sugere que se focalizem os atlas regionais. A obra, como o próprio nome indica, traz orientações sobre a pesquisa dialetal, dando indicações sobre pontos fundamentais para a pesquisa de campo tais como a escolha dos informantes e das localidades e a elaboração do questionário a ser aplicado. (cf. FERREIRA, CARDOSO, 1994, p. 45).

Assim, desde a publicação do *APFB*, vários atlas linguísticos regionais foram surgindo: o *Atlas Linguístico de Sergipe – ALS*, o *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais – EALMG*, o *Atlas Linguístico da Paraíba – ALPb*, e o *Atlas Linguístico do Paraná – ALPr*.

O trabalho liderado por Rossi e as orientações de Nascentes renderam frutos e, em 1996, durante o *Seminário Nacional Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil* foi criado um Comitê Nacional, com a incumbência de concretizar o projeto *Atlas Linguístico do Brasil – ALiB*, que tem, como um de seus objetivos “descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas, consideradas na perspectiva da Geolinguística.” (cf. CARDOSO;MOTA, 2003, p. 41).

Atualmente, os passos do ALiB²⁰ refletem o crescimento dos estudos geolinguísticos no Brasil, que se veem concretizando em publicações, comunicações, congressos, trabalho de pós-graduação e, principalmente, em projetos de atlas linguísticos regionais que, ao oferecerem subsídios para o conhecimento da realidade dialetal de cada região, possibilitarão uma visão mais geral do PB.

Esse breve percurso mostra que os últimos cinquenta anos foram decisivos para a solidificação dos estudos dialetais e geolinguísticos no Brasil. Parece-nos que a preocupação de Serafim da Silva Neto – a criação de uma “mentalidade dialetológica” no país – faz-se perceber com o desejo de muitos pesquisadores que, desde 1952, se propõem concretizar essa proposta, ao promoverem e incentivarem as pesquisas relacionadas a esse campo da ciência.

3.2 A Sociolinguística

A sociolinguística se consolidou a partir da década de 60, com os estudos de Labov, que fixou um modelo que descreve e analisa sistematicamente diferentes falares, ao eleger a variedade linguística como seu objeto de estudo. Surgida como uma reação à ausência do componente social no modelo gerativo, a perspectiva laboviana busca entender a língua em seu contexto social. Assim,

O ponto de vista do estudo é o de que não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo. (LABOV, 2008, p. 21).

Dessa forma, ao buscar a língua inserida contexto social da comunidade de fala²¹, a sociolinguística tem como objeto de estudo o vernáculo, isto é, o estudo da fala natural, não-monitorada, em situações normais de interação social.

Assim, partindo do pressuposto de que para estudar uma comunidade torna-se indispensável investigar a língua por ela usada, uma vez que esta é fruto de uma construção

²⁰ Para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil, a Universidade Federal da Bahia, sede do Comitê Nacional do ALiB, firmou convênio com várias instituições de ensino superior, que também estão trabalhando na elaboração de atlas estaduais, como é o caso, por exemplo, da Universidade Federal do Maranhão, e que muito têm contribuído para o crescimento dos estudos geolinguísticos entre nós.

²¹ Segundo Labov (2008) uma comunidade linguística ou comunidade de fala não pode ser definida como um grupo de falantes em que todos usam as mesmas formas, mas como um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e compartilham um conjunto de normas da mesma língua.

social, a sociolinguística observa a influência das diversas variáveis que, dentro de uma mesma comunidade, ao se relacionar tanto com fatores linguísticos como com fatores sociais, refletem os diferentes modos de falar de uma comunidade.

Essas formas em variação encontradas nas comunidades são conhecidas como variantes linguísticas que, no dizer de Tarallo (2006, p. 08) ao ler/comentar o texto de Labov (1978)²², se caracterizam como “[as] diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade” e o conjunto das variantes, que pode ser de natureza interna ou externa ao sistema linguístico, constitui o que chamamos de variável linguística. No grupo das variáveis internas encontramos os fatores de ordem fono-morfo-sintáticos, semânticos, discursivos e lexicais. Já no grupo das variáveis externas, encontramos fatores inerentes ao indivíduo como sexo, idade, etnia, os de ordem social como escolarização, nível de renda, profissão e classe social, e os contextuais como grau de formalidade e tensão discursiva. (cf. MOLLICA, 2003, p. 11).

Entretanto, como nem todos os fatos da língua estão sujeitos à variação, Labov (2008) estabeleceu três condições que devem, a priori, ser observadas quando da seleção de uma variável linguística:

Primeiro, queremos um item que seja frequente, que ocorra tão reiteradamente no curso da conversação natural espontânea que também possa ser mapeado a partir de contextos menos estruturados e em entrevistas breves. Segundo, deve ser estrutural: quanto mais integrado o item estiver num sistema mais amplo de unidades funcionais, maior será o interesse linguístico intrínseco do nosso estudo. Terceiro, a distribuição do traço deve ser altamente estratificada, ou seja, deve sugerir uma distribuição assimétrica num amplo espectro de faixa etárias ou outros estratos ordenados da sociedade. (LABOV, 2008, p. 26)

Tarallo (2006) também observa que para se sistematizar a variação é necessário: i) fazer um levantamento de dados que refletem fielmente o vernáculo da comunidade; ii) descrever a variável e as variantes que a constituem; iii) analisar os condicionamentos linguísticos e sociais; iv) encaixar a variável nos sistema linguístico e social da comunidade; e v) projetar historicamente a variável no sistema sociolinguístico da comunidade em estudo.

Vimos que, em qualquer comunidade de fala, toda língua apresenta variações apesar de observarmos variedades mais prestigiadas que outras. A esse respeito, Tarallo (2006, p. 12) observa que as formas variantes – padrão *versus* não-padrão, conservadoras *versus* inovadoras, de prestígio *versus* estigmatizadas – estão sempre em concorrência. O autor observa que, em geral, a variante padrão, ao mesmo tempo, é conservadora e goza do

²² O texto *Sociolinguistics Patterns* de autoria d Labov foi publicado em 1978, mas só em 2008 contou com uma tradução brasileira. As citações que ora fazemos são todas dessa tradução.

prestígio sociolinguístico na comunidade; enquanto as variantes inovadoras são quase sempre não-padrão e estigmatizadas. Entretanto, frisa que, dependendo da situação de variação, nem sempre verificamos a coincidência entre esses pares.

A esse respeito, Paiva e Duarte (2006) observam que a proposta de Weinreich, Labov e Herzog (1968)²³, ao estabelecerem uma estreita relação entre variação e mudança, abre caminho para:

[...] a compreensão dos estágios intermediários entre dois momentos temporais, permitindo, assim, captar a instalação contínua e gradativa da mudança. Velhas e novas formas variantes rivalizam num mesmo momento de tempo e essa alternância pode representar uma transição para o outro estado de língua. Essa transição pode ser percebida principalmente pelo controle social da variação, na sua distribuição pelos diferentes estratos sociais analisados. (PAIVA; DUARTE, 2006, p. 139)

Sobre o mecanismo de mudança linguística, Labov (2008, p. 192) observa que há cinco questões centrais que norteiam a evolução linguística:

1. Existe uma direção geral para a evolução linguística?
2. Quais são os condicionantes universais da mudança linguística?
3. Quais as causas do surgimento contínuo de novas mudanças linguísticas?
4. Por meio de que mecanismos as mudanças ocorrem?
5. Existe uma função adaptativa na evolução linguística?

Para Labov (2008, p. 192), algumas dessas questões podem ser analisadas com base num estudo sincrônico detalhado da mudança linguística em “tempo aparente”. Também definido como estudo da mudança em “progresso”, esse método observa as variantes de acordo com a faixa etária dos falantes, isto é, “refere-se ao padrão de distribuição do comportamento linguístico através de vários grupos etários num determinado momento do tempo”. (cf. MONTEIRO, 2000, p. 132; LABOV, 2008, p. 163).

Já a mudança em “tempo real” relaciona-se ao aspecto diacrônico da língua ao analisar a evolução linguística em um determinado período de tempo. De acordo com Monteiro (2000), é possível observar a mudança em tempo real a partir de dois parâmetros: o primeiro consiste na procura de textos que no passado registraram variantes em estudo, a fim de compará-las com registros mais recentes; o segundo método consiste no retorno do

²³ WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Yakov (eds). **Directions for Historical Linguistics: A Symposium**. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95-195.

pesquisador à comunidade de fala investigada, após um intervalo de tempo de vinte anos, para repetir a pesquisa e realizar novas gravações.

Na tentativa de responder às questões acima levantadas, Labov (2008, p. 193) sugere que sejam observados três problemas que circundam o estudo empírico da mudança em progresso: problema da transição (*transition problem*), encaixamento (*embedding problem*), problema da avaliação (*actuation problem*).

O problema da transição (*transition problem*) “é encontrar o caminho pelo qual um estágio de uma mudança linguística evoluiu a partir de um estágio anterior”. Essa estratégia permite observar o percurso pelo qual a mudança se realiza, ou seja, a análise de estágios intermediários permite observar como determinada variante passa a ser utilizada nos mais diversos segmentos sociais.

O problema do encaixamento (*embedding problem*) “é encontrar a matriz contínua de comportamento social e linguístico em que a mudança é levada a cabo”. Segundo Lucchesi (2004), ao percebermos que uma análise estritamente linguística seria incapaz de dar conta do processo de mudança, essa estratégia foi subdividida em dois campos complementares – o encaixamento na estrutura linguística e o encaixamento na estrutura social. Para o autor, a iniciativa de explicar a variação inerente ao sistema linguístico por meio da covariação com fatores sociais, além de representar um dos mais importantes avanços do modelo sociolinguístico, conduz a uma visão mais abrangente e adequada do processo histórico de constituição da língua.

O problema da avaliação (*avaluation problem*) “é encontrar os correlatos subjetivos (ou latentes) das mudanças objetivas (ou manifestas) que foram observadas”. Essa estratégia permite indicar possíveis efeitos das mudanças correlacionadas a atitudes sobre a estrutura linguística, sobre a eficiência comunicativa e sobre um amplo conjunto de categorias não representacionais (inclusive interacionais, discursivas e pragmáticas) envolvidas na fala.

Segundo Lucchesi (2004), essa estratégia levanta uma importante discussão acerca do papel do indivíduo frente à mudança e à própria língua, uma vez que vai de encontro ao princípio saussureano de que o indivíduo aceita passivamente o processo de estruturação da língua. Para a sociolinguística laboviana, os testes de avaliação subjetiva²⁴ revelam que, em

²⁴ No âmbito da avaliação subjetiva, Labov (1974, p. 82) classifica as variáveis linguísticas em três categorias básicas: i) *indicadores*, “variantes que mostram a variação social, mas geralmente não são estilísticas e têm pouco efeito sobre o julgamento do ouvinte quanto ao *status* do falante”; ii) *marcadores*, “[...] que mostram tanto a variação social quanto estilística, e têm efeitos conscientes sobre o julgamento consciente ou inconsciente do ouvinte sobre o *status* do falante”; iii) *estereótipos*, “[...] que são tópicos externos de impacto social na comunidade de fala, e podem ou não corresponder ao comportamento linguístico real.” Contudo, é importante

estágios iniciais da mudança, “a maior parte dos fatores que influenciam o desempenho da fala estão abaixo do nível da percepção consciente” (cf. LABOV, 1974, p. 50). Nos estágios seguintes, afirma Labov (1982)²⁵:

[...] desvios estilísticos começam a aparecer, bem com a estratificação social. Testes de reação subjetiva revelam a avaliação social [...]. Nos estágios finais das mudanças há um reconhecimento social aberto, e os estereótipos podem aparecer. Com a extraordinária consciência, essas reações são negativas. [...] Parecem que, sempre que as pessoas tomam consciência de qualquer mudança sistemática na língua, elas a rejeitam somente nos estágios finais da mudança. (LABOV, 1982 apud LUCCHESI, 2004, p. 178)

Para Weinreich, Labov e Herzog (2006), qualquer teoria de mudança deve determinar o conjunto de mudanças e condições possíveis para a mudança, por isso precisa responder questões cruciais que envolvem a instalação de uma nova variante. Dessa forma, ao estudo empírico da mudança linguística foram acrescentadas questões como: o problema das restrições (*constraints problem*), que remete às condições que favorecem ou não a ocorrência da mudança em dada estrutura, e o problema de implementação (*actuation problem*) que indica quais fatores de causa e efeito são responsáveis pela implementação da mudança.

Como podemos ver, a mudança é concebida como uma consequência inevitável da dinâmica interna das línguas naturais, e a proposta de Weinreich, Labov e Herzog (2006) ajuda a explicitar os mecanismos envolvidos nesse processo. Assim, o avanço da sociolinguística nos permite compreender que a variação e a mudança são contextualizadas, uma vez que esse avanço nos permite entrecruzar e correlacionar fatores intra e extralinguísticos, isto é, investigar quais fatores estruturais e fatores sociais, como – classe, sexo, idade, etnia, escolaridade, estilo – têm “efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático”. (cf. MOLLICA, 1994, p. 11).

3.3 A Geo-sociolinguística: velha discussão, novo olhar

ressaltar que os estereótipos, variantes socialmente marcadas por receber uma forte estigmatização, podem adquirir certo prestígio ou até mesmo ser imitadas se se constituírem como símbolo de identificação de um grupo.

²⁵ LABOV, W. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W.P.; MALKIEL, Y. (eds.). **Perspectives on Historical Linguistics**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1982, p.17-92.

Da união que extrapola a variável diatópica ao buscar outras variáveis sociais, conjugando os pressupostos teórico-metodológicos da dialetologia/geolinguística e da sociolinguística, surge a *geo-sociolinguística* – termo cada vez mais utilizado no Brasil por pesquisadores como Razki (2003) e Cunha (2006)²⁶ –, “cujo nome de batismo ainda não se fixou, mas que, com certeza, ampliou horizontes da área e vem norteando os atlas de última geração” (cf. CUNHA, 2006, p. 14).

Embora a preocupação com outras variáveis, que não apenas a diatópica, se mostre como uma tendência metodológica atual, observar quais variáveis devem caracterizar os estudos geolinguísticos há muito se faz presente no âmbito da Dialetologia.

López Blanch²⁷, em 1978, reconheceu a importância de outras metodologias para o estudo da variação, ao afirmar que:

A dialectologia pode, evidentemente, beneficiar-se com as contribuições da Sociolinguística como de fato já tem se estado beneficiando. O progresso que tem estabelecido a sociolinguística com seu rigor e minuciosas considerações de fatores sociológicos, antes só superficialmente atendidos pela dialetologia, é contribuição de primeira magnitude, que a atividade dialetologica haverá de ter agora em muita consideração (BLANCH, 1978 apud ARAGÃO, 2001, p. 12)²⁸.

Em 1988, Silva-Corvalán²⁹, também observa:

Sociolinguística e dialetologia se tem considerado até certo ponto sinônimas uma vez que ambas as disciplinas estudam a língua falada, o uso linguístico e estabelecem as relações que existem entre certos traços linguísticos e certos grupos individuais. Assim como a sociolinguística, a dialetologia reconheceu desde cedo a existência da heterogeneidade linguística. (SILVA-CORVALÁN, 1988 apud FERREIRA, CARDOSO, 1994, p. 19).

Ainda sobre a interface entre as duas disciplinas, Ferreira e Cardoso (1994) afirmam:

Na verdade, definir objetivo e metas dos vários ramos da ciência da linguagem, como, aliás, em qualquer ciência, é sempre muito difícil porque são fluidos ou pouco nítidos esses limites, mais fluidos e pouco nítidos se tornam quando se fala em dialetologia e sociolinguística que têm – ambas – como objetivo maior o estudo da diversidade da língua dentro de uma perspectiva sincrônica e concretizada nos atos da fala. (FERREIRA; CARDOSO, 1994, p. 19).

²⁶ Cunha (2006, p. 14), ao enfocar a fusão da geolinguística com a sociolinguística, emprega também o termo *socio-geolinguística*.

²⁷ BLANCH, J. L. La sociolingüística y la dialectología hispánica. In: **En torno a la sociolingüística**. México, Instituto de Investigaciones Filológicas, 1978, p. 33-58.

²⁸ La dialectologia puede, evidentemente, beneficiarse mucho com las aportaciones de la sociolinguística, como de hecho ya se há estado beneficiando. El progreso metodológico que há esbalecido la sociolinguística com su rigurosa y detenida consideración de factores sociológicos antes sólo superficialmente atendidos por la dialectologia, es aportación de primera magnitude, que la actividade dialectológica habrá de tener ahora muy em consideración.

²⁹ SILVA-CORVALÁN, C. **Sociolingüística**: teoría y análisis. Madrid: Alhambra, 1988.

Como podemos ver, esse temática tem promovido constantes discussões entre os pesquisadores. A esse respeito, Callou³⁰, em 1996, frisa que a questão central não seria a escolha de uma ou de outra teoria que melhor descrevesse a comunidade linguística, mas de um aparato teórico-metodológico que aliasse a sociolinguística à dialetologia. Para a autora, “a grande vantagem desta prática é que ela permite uma avaliação mais precisa, menos impressionística, obrigando-nos a buscar caracterizações mais objetivas e permitindo traçar, de forma eficaz, um quadro das variedades geográficas dialetais.” (cf. CALLOU, 2004, p. 102).

Callou (2004, p.100), por sua vez, observa que a dialetologia foi a área de conhecimento que primeiro chamou atenção sobre os estudos com enfoque na variação linguística, embora a geografia linguística, enquanto método da dialetologia, tenha ficado durante muito tempo no estágio descritivo. Para Aragão (1997), a falta de uma metodologia adequada fez com que os estudos dialetológicos e a geografia linguística não tivessem, até a década de sessenta, uma tradição firmada no Brasil, fato esse que impediu o registro dos nossos falares regionais. A esse respeito, Cardoso (2004) lembra que

O desenvolvimento de outros ramos do saber linguístico, muito próximos ou até mesmo paralelos às trilhas da dialetologia, fez com que o impulso que se imaginara poder tomar esta em território brasileiro não correspondesse à expectativa, pelo menos esperada ou suposta. Quero referir-me, mais claramente, ao avanço dos estudos sociolinguísticos, nos seus mais diferentes aspectos, que, por poderem ter perspectiva também diatópica, pareciam substituir de forma definitiva o que caberia à Dialetologia fazer. (CARDOSO, 2004, p. 108).

Ou seja, do ponto de vista metodológico, a fase que inaugurou no Brasil os estudos e pesquisas no campo da dialetologia e da geografia linguística coincidiu com a incorporação dos princípios implementados pela sociolinguística que, na década de 60, abandonou a visão monodimensional – monoestrática, monogeracional, monogenérica, monofásica – proposta pela geolinguística de base estrutural.

Cardoso (1999, 2002, 2004), ao comungar a mesma ideia de Callou (2004), acredita que não se trata da substituição de uma teoria por outra, mas do redimensionamento e da revisão dos novos rumos metodológicos dos estudos dialetais e, para tanto, propõe que

A Geolinguística hoje [...] deve continuar a priorizar a variação diatópica, abrindo espaço para o controle de outras variáveis como sexo, idade e escolaridade, sem a busca obcecante da quantificação, mas tomando-as, de forma exemplificativa e não

³⁰ Aqui citada pela edição de 2004.

exaustiva, de modo a complementar os próprios dados. [...] Tomar diferentes tipos de falantes, diversificados socialmente, significa, por outro lado, ampliar o espectro da fotografia. (CARDOSO, 1999, p. 152).

Recorrendo aos estudos sobre os falares regionais, percebemos que a fusão entre essas duas correntes metodológicas há muito tempo tem norteado os estudos linguísticos até então voltados exclusivamente para as questões diatópicas. É o caso dos *Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB*, *Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais – EALMG*, *Atlas Linguístico da Paraíba – ALPB*, *Atlas Linguístico de Sergipe – ALS* e *Atlas Linguístico do Paraná – ALPR*.

Apesar de adotarem como método os preceitos da geolinguística e da sociolinguística, cada atlas regional seguiu metodologias próprias, a exceção dos Atlas da Bahia, de Sergipe e de Sergipe II. (cf. CARDOSO, 2002, p. 13; AGUILERA, 2006, p. 222). Entretanto, é no ALS e no ALPR que, de fato, se observa o caráter pluridimensional somado ao aspecto diatópico, conforme afirma Cardoso (2002), ao citar a observação de Thun³¹:

Esse fato levou Thun [...], ao se referir a atlas pluridimensionais, a comentar que “os primeiros representantes de um atlas linguístico sistematicamente pluridimensional são o Atlas Linguístico de Sergipe [...] o microatlas arariano integrante da monografia de Otto Wilkelmann (1989) e o Atlas Linguístico do Paraná”, informando que os dois atlas brasileiros acrescentam à dimensão diatópica “la variable diasexuelle”. (cf. THUN 2000 apud CARDOSO, 2002)

Logo, desde que Thun associou critérios sociolinguísticos aos estudos geolinguísticos, os atlas ganharam uma feitura pluridimensional ao incluir, dentre outros fatores, gênero, sexo, escolaridade, faixa etária. Assim, temos o ALiB, de caráter nacional, que estabeleceu a Geografia Linguística pluridimensional contemporânea como princípio metodológico e com ele, outros atlas regionais, como o Atlas Linguístico Sonoro do Pará e os projetos em andamento como o Atlas Geo-sociolinguístico do Pará, o Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul e o Atlas Linguístico do Maranhão. (cf. MOTA; CARDOSO, 2010).

Ancorados na geolinguística pluridimensional contemporânea, os atlas de última geração buscam, além do diatópico, contemplar os parâmetros diageracional, diagenérico ou diassexual, diastrático e diafásico. Desde então, os fatores sociais – idade, gênero, escolaridade, profissão, renda familiar – vêm ocupando lugar nos estudos dialetais.

³¹ THUN, Harald. La géographie linguistique romane à la fin du XXe. siècle. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOLOGIE ROMANES, 22. 1998, Bruxelles. **Acte du Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes**. v. 3. Vivacité et diversité de la variation linguistique. Tubingen: Niemeyer, 2000. p. 367-388.

A preocupação com a idade – ou variação diageracional – dos informantes já chamava a atenção dos dialetólogos desde 1891, quando Pop³² (1950 apud Cardoso 2002) afirmou que “o conhecimento da idade dos falantes observados é indispensável para que se possam comparar as divergências existentes entre o falar dos jovens e aquele dos idosos, e determinar o seu ponto de origem.”

Cardoso (2002) também afirma que a variação diagenérica ou diassexual, variável relacionada ao sexo do falante, também é uma preocupação e interesse dos dialetólogos desde os primórdios dos estudos dialetológicos. É o caso de Gauchat que, em 1905, já observava o papel das mulheres na constituição das línguas:

Uma vez que a mulher aceitou a inovação, é do seu uso que passará à linguagem da juventude, porque as crianças seguem, principalmente, o exemplo das mulheres que passam muito mais tempo em casa, em sociedade, a cozinhar, a lavar, e que falam mais do que os homens, envolvidos com o trabalho do campo, no meio dos quais se apresentam taciturnos e muitas vezes isolados durante toda a jornada. (GAUCHAT, 1905 apud CARDOSO, 2002)

A variação diastrática, outro tipo de variável relevante para os estudos dialetológicos, se relaciona com um conjunto de fatores que têm a ver com a identidade dos falantes e também com a organização sociocultural da comunidade de fala. Estão relacionadas a esta variação fatores como classe social, escolaridade, idade, sexo e situação ou contexto social.

Cardoso (2002) lembra, ao citar Abbé Rousselot³³ e Gilliéron³⁴, que o aspecto social também se mostrou importante para os estudos dialetológicos: o primeiro “por reconhecer poderem existir, em um mesmo lugar, dois usos diferenciados o do *povo* e o dos *senhores*”, enquanto o segundo elegeu a profissão e as condições do seu exercício como elementos definidores. Entretanto, foi com inserção sistemática na seleção dos informantes pelo Linguistic Atlas of New England – LANE, que essa variável foi levada aos estudos dialetológicos. Segundo a autora:

[...] embora tenha a sua escolha confiada aos inquiridores, foi selecionado segundo critérios pré-estabelecidos. Assim, [...] em quase todas as localidades foi inquirida uma pessoa proveniente “da classe baixa, que era muitas vezes melhor conhecedora do verdadeiro falar do país”; um segundo informante de idade mediana e de instrução escolar superior em relação aos do primeiro grupo foi registrado em “quatre cinquième des localités”; e em 38 localidades foi interrogado um terceiro

³² POP, Sever. La dialectologie. **Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques**, v. 1 e 2. Louvain: Chez l'Auteur; Gembloux, Duculot, 1950.

³³ Abbé Rousselot apud POP (POP, Sever. **La dialectologie. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques**, v. 1 e 2. Louvain: Chez l'Auteur; Gembloux, Duculot, 1950).

³⁴ GILLIÉRON, Jules; EDMONT, Edmond. **Atlas Linguistique de la France**. 35 fasc. Paris: Honoré Champion, 1902-1910.

informante, com instrução escolar superior, tipo identificado como intelectual. (CARDOSO, 2002, p. 61-62).

A variação diafásica também foi trazida aos estudos dialetológicos uma vez que se percebeu que um mesmo falante diversifica sua fala, usa estilos ou registros distintos, em função das circunstâncias em que ocorrem suas interações verbais. (cf. CARDOSO, 2002, p. 62-63).

Assim, por estar vinculada ao contexto em que o falante usa estilos ou registros distintos, a investigação dialetal recorreu a formas diferenciadas de recolha de dados. Segundo Cardoso (2002), como o ato de fala está intrinsecamente vinculado ao momento de sua realização, à situação em que é produzido, à postura do falante em relação ao instante da elocução e ao tipo de uso que faz da língua, a Dialectologia adotou, na sua metodologia, o registro de conversa espontânea, a resposta a perguntas dirigidas, exposição de fatos, narrativa, leitura. Comprovando a importância desse tipo de variação, o Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay – **ADDU** (2000, p. 11 apud CARDOSO, 2002, p. 64) observa que “[...] levar em consideração a variação diafásica significa poder seguir com mais precisão os caminhos da propagação de uma inovação e, simultaneamente, os processos de fixação ou de repulsa da inovação”.

Diante do exposto, acreditamos que os estudos dialetológicos e sociolinguísticos se mostram como ferramentas importantes para o conhecimento e o aprofundamento das variedades linguísticas, uma vez que “as barreiras entre o dialetal e o sociolinguístico ficam cada vez mais tênues, ficando difícil, muitas vezes, dizer onde termina uma e começa a outra.” (cf. ARAGÃO, 2001, p.12-13).

Considerando essa realidade da geolinguística e da sociolinguística e os objetivos de nossa pesquisa, a conjugação das metodologias dialetológica e sociolinguística se faz necessária uma vez que: i) as duas bases teóricas são de grande importância para a caracterização de áreas dialetais brasileiras; ii) as variáveis selecionadas se mostram relevantes para a pesquisa, já que se revelam impulsoras da variação linguística entre as duas formas em estudo e iii) tal interface nos permite configurar o atual sistema pronominal no português falado no Brasil e, notadamente, no Maranhão. Assim, esta pesquisa, de natureza descritiva, ao aliar esses dois enfoques teóricos da variação, constitui-se, pois, em um estudo de natureza geo-sociolinguística.

Em síntese...

Como vimos, os fatores sociais – idade, gênero, escolaridade, profissão – vêm ocupando lugar nos estudos dialetais. Desta forma, a variação diageracional, diagenérica, diastrática e diafásica se configuram como importantes fatores a serem observados, principalmente em estudos que se desenvolvem sob a metodologia geo-sociolinguística.

Já a teoria da variação, que nos dará suporte para a análise sociolinguística das variáveis, poderá indicar se o fenômeno que observamos constitui um caso de variação estável – coexistência mútua no sistema linguístico – ou de mudança em progresso – disputa entre as variantes até que apenas uma delas permaneça no sistema, afinal, variação não implica mudança, mas mudança pressupõe variação.

Em suma, os estudos dialetológicos e sociolinguísticos nos dão ferramentas importantes para compreendermos a variação linguística. A geografia linguística, como método da dialetologia, foi se aperfeiçoado e, atualmente, extrapola a variável diatópica ao buscar outras variáveis sociais, conjugando os pressupostos teórico-metodológicos da dialetologia/geolinguística e da sociolinguística.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa, de natureza descritiva, constitui-se em um estudo de natureza geo-sociolinguística, ao aliar dois enfoques teóricos da variação regional, conforme verificado no capítulo anterior. Neste capítulo, descrevemos os critérios metodológicos que nortearam a pesquisa.

Na primeira seção, apresentamos a constituição do *corpus* da pesquisa, bem como os critérios para a seleção da amostra e o perfil dos informantes. Na segunda seção, descrevemos as variáveis selecionadas. Na terceira seção, descrevemos o suporte estatístico do programa computacional utilizado, uma vez que faremos uma análise quantitativa com os dados coletados. Na última seção, apresentamos os critérios para confecção das cartas linguísticas.

4.1 A constituição do *corpus* da pesquisa

No intuito de examinarmos o comportamento do *tu* e do *você*, escolhemos o *corpus* do Atlas Linguístico do Maranhão – Projeto ALiMA, a fim de verificar como essas formas se encontram atualmente distribuídas no falar maranhense.

O *corpus* do ALiMA é constituído por materiais resultantes da recolha de dados realizada em uma rede de pontos³⁵ composta por 18 municípios, que foram selecionados tendo em vista sua distribuição geográfica, densidade populacional, processo de povoamento e desenvolvimento sócio-político-econômico.

Entretanto, o comportamento do *tu* e do *você* foi observado somente nos inquéritos já realizados, fato esse que nos levou a delimitar um *corpus* mínimo, isto é, um conjunto de dados extraído do *corpus* do ALiMA que foram considerados relevantes para a pesquisa³⁶.

Para tanto, escolhemos dados resultantes da aplicação de vinte e oito inquéritos que, distribuídos equitativamente em três mesorregiões do Estado, nos permitiram fazer uma observação mais sistemática sobre o fenômeno linguístico estudado, a saber: **São Luís e Pinheiro** – Mesorregião Norte (cf. carta geográfica 02, p. 132), **Bacabal e Tuntum** – Mesorregião Centro (cf. carta geográfica 03, p. 133) e **Alto Parnaíba e Balsas** – Mesorregião Sul (cf. carta geográfica 04, p. 134).

Dessa forma, nosso *corpus* mínimo é composto por 28 informantes estratificados de acordo com os seguintes critérios: homens e mulheres em número igual, distribuídos em duas faixas etárias – faixa etária I, de 18 a 30 anos, e faixa etária II, de 50 a 65 anos, residentes nas localidades selecionadas. Vale ressaltar que, exceto em São Luís onde foram considerados 8

³⁵ cf. ANEXO A (p. 136).

³⁶ Além dos dados resultantes da aplicação do Questionário Morfossintático - QMS, com ênfase nas questões de natureza morfossintática que tratam do uso dos pronomes pessoais, foram considerados dados referentes às questões metalinguísticas e aos discursos semidirigidos e, ainda, todo e qualquer relato que, de uma forma ou de outra, evidenciasse o uso das formas em estudo.

informantes dos quais 4 possuem curso superior completo, nas demais localidades foram considerados apenas quatro informantes escolarizados que cursaram, no máximo, até a 6ª série do Ensino Fundamental.

O quadro abaixo dá uma visão geral da amostra que compõe nosso *corpus*.

Quadro 2 - Caracterização da amostra da pesquisa

MESORREGIÃO	LOCALIDADE	INFORMANTE	SEXO	FAIXA ETÁRIA	ESCOLARIDADE
NORTE	São Luís	MA26/1	M	I	Ens. Fundamental
		MA26/2	F	I	
		MA26/3	M	II	
		MA26/4	F	II	
		MA26/5	M	I	Ens. Superior
		MA26/6	F	I	
		MA26/7	M	II	
		MA26/8	F	II	
	Pinheiro	MA3/1	M	I	Ens. Fundamental
		MA3/2	F	I	
		MA3/3	M	II	
		MA3/4	F	II	
CENTRO	Bacabal	MA16/1	M	I	Ens. Fundamental
		MA16/2	F	I	
		MA16/3	M	II	
		MA16/4	F	II	
	Tuntum	MA18/1	M	I	Ens. Fundamental
		MA18/2	F	I	
		MA18/3	M	II	
		MA18/4	F	II	
SUL	Balsas	MA9/1	M	I	Ens. Fundamental
		MA9/2	F	I	
		MA9/3	M	II	
		MA9/4	F	II	
	Alto Parnaíba	MA10/1	M	I	Ens. Fundamental
		MA10/2	F	I	
		MA10/3	M	II	
		MA10/4	F	II	

4.2 As variáveis selecionadas

Foram selecionadas, como variantes da variável dependente, as formas *tu* e *você* (*ocê* + *cê*). A seguir, apresentamos as variáveis independentes que, conforme visto no capítulo 2,

têm se mostrado significativas para os estudos da variação entre as formas pesquisadas. Dessa forma, entre os fatores linguísticos foram considerados:

- a) Concordância verbal: concordância ou não-concordância³⁷;
- b) Tipo de referência: genérica ou específica³⁸;
- c) Tipo de relato: discurso relatado próprio ou de terceiro³⁹.

E, entre os fatores extralinguísticos⁴⁰ foram considerados:

- a) Localidade: São Luís, Pinheiro, Bacabal, Tuntum, Alto Parnaíba e Balsas;
- b) Faixa etária: faixa etária I (18 a 30 anos) e faixa etária II (50 a 65 anos).
- c) Sexo: masculino e feminino;
- d) Escolaridade: ensino fundamental e ensino superior.

No próximo capítulo, veremos como os fatores acima elencados atuam no comportamento dos falantes com relação ao uso do *tu* e *você*, bem como as hipóteses consideradas para a pesquisa.

4.3 O suporte estatístico

Como visto no item 4.1, constituímos um *corpus* mínimo com vistas a observar como a variação do *tu* e do *você* se apresenta nas áreas dialetais investigadas. Assim, após essa

³⁷ Para verificarmos as ocorrências de concordância verbal com o *tu*, levamos em consideração a classificação de Menon (2002, p. 152). Assim, entendemos por **concordância** “aquela prevista tradicionalmente para a segunda pessoa *tu*; por exemplo, na flexão *cantas*, aparece o morfema *-s*, marca de 2ª pessoa do singular do presente do indicativo”. Já por **não-concordância** entendemos como a “forma verbal desprovida de morfema específico de pessoa, como em *tu canta*∅”.

³⁸ Para testar essa variável, foram considerados como referência específica os dados em que o informante usou a segunda pessoa para se referir ao seu interlocutor, como em “óh, meu irmão, essa bicicleta aqui, a hora que tu quisé”. Já para a referência genérica foram considerados os dados em que o informante usou a segunda pessoa para se referir a qualquer pessoa, como em “aí eu vô enrolando até a quantia que você qué fazê [...] aí quando termina, você faz o molho”.

³⁹ Para testar essa variável, foram considerados como *discurso próprio* aqueles produzidos pelo falante, no ato da interlocução, como em “J., ele pediu pra tu fazê”; ao passo que para o *discurso relatado de terceiro* foram considerados aqueles se referem tanto à fala do próprio informante quanto à de outrem, como em “Assim, eu chego e digo: *Ah, rapaz, tu casô, não me convidô*” e “Aí a minha mãe sempre dizia: óh, cê não mata aula!”

⁴⁰ Para observarmos as variáveis extralinguísticas – localidade, faixa etária, sexo e escolaridade – foram considerados, além do questionário, os instrumentos de pesquisa utilizados pelo ALiMA como ficha da localidade (cf. ANEXO B, p. 137) e ficha do informante (cf. ANEXO C, p.139) .

seleção, submetemos esse *corpus* ao GoldVarb⁴¹, um programa computacional específico para a análise de regras linguísticas variáveis.

A utilização do programa para a análise estatística dos dados se justifica por partimos do pressuposto básico da sociolinguística que, baseado numa concepção de língua como sistema heterogêneo, assume que a variação observada na língua não é aleatória, mas condicionada por um conjunto de regras, seja por fatores internos ou externos à língua. Logo, esse aparato/recurso metodológico é, segundo Sherre e Naro (2010, p. 24):

[...] apropriado para a análise de fenômenos variáveis, quando é possível identificar um dado fenômeno linguístico que se realize por meio de mais de uma variante (a variável dependente), com algum grau de aleatoriedade na distribuição, e que possa ser explicado/interpretado/entendido por meio de variáveis independentes ou grupos de fatores.

Conforme exigido pelo programa, atribuímos códigos às variáveis linguísticas e extralinguísticas selecionadas, conforme verificado no item 4.2. Feita a codificação dos dados, o programa gerou os pesos relativos e a frequência de cada variável, bem como a sua distribuição e relevância estatística.

Por se tratar de uma análise binária – *tu* e *você* –, os pesos relativos foram considerados como i) favorecedores, quando acima do nível de significância de 0,5 ou próximos de 1,0; ii) neutros, quando próximos ou iguais a 0,5 e iii) desfavorecedores, quando inferiores a 0,5 ou próximos a 0,0. (cf. NARO, 2003, p. 24). Contudo, o autor frisa que é preciso ter cautela ao afirmar que um peso relativo menor que 0,5 desfavorece a aplicação da regra ou mesmo ao compararmos valores numéricos de pesos calculados para diversos grupos.

Para Naro (2003, p. 25), “o progresso da ciência da linguística não está nos números em si, mas no que a análise dos números pode trazer para nosso entendimento das línguas humanas” e, em co-autoria com Scherre, o autor completa “os números não falam por si. São eles, sim, apenas exímios auxiliares do pesquisador”. (cf. SHERRE; NARO, 2010, p. 25):

4.4 As cartas linguísticas

⁴¹ O pacote de programas *Variavel Rules* foi desenvolvido por David Sankoff e Pascale Rousseau (1998) e, desde então, passou por diversas atualizações. Assim, para esta pesquisa, foi utilizada a versão mais recente, o *GoldVarbX* que, desenvolvida por Sankoff, Tagliamonte e Smith (2005), possui interface direta com o windows. Para maiores informações sobre o programa, consultar Guia Rápido do *GoldVarbX* em Sherre e Naro (2010) ou, ainda, o site <<http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/Goldvarb/GV_index.htm>>

Com vistas a delinear a realidade dialetal do Maranhão, os dados investigados foram representados em cartas linguísticas de modo a permitir uma identificação mais perceptível da distribuição da variação *tu* e *você* no espaço.

Sobre a representação cartográfica de fatos morfossintáticos, Vieira e Vieira (2006, p. 101) ressaltam que a carta linguística se constitui como uma das formas possíveis de se investigar/registrar qualquer fenômeno, por oferecer uma noção da distribuição espacial dos fatos e propiciar uma visualização panorâmica. Para as autoras, ao oferecer uma visualização panorâmica/espacial do fenômeno abordado, as cartas linguísticas permitem “interpretações de ordem histórica (sobre o caráter conservador ou inovador de um dialeto, e sobre os centros irradiadores da inovação) e de ordem comparativa (sobre as relações – semelhanças e diferenças – entre dialetos, nos níveis sincrônico e diacrônico).”

Uma vez que nossa pesquisa alia dois enfoques teóricos da variação – a dialetologia e a sociolinguística –, as cartas linguísticas contemplam, assim como os atlas de última geração, tanto o aspecto diatópico como os parâmetros diageracional, diagenérico ou diassexual e diastrático, isto é, os fatores sociais – idade, gênero e escolaridade. Essas cartas encontram-se distribuídas ao longo do capítulo 5, dedicado à análise.

Além das cartas linguísticas, há um conjunto de cartas geográficas que inclui o mapa do Maranhão (na escala 1:4.8000.000) e sua localização no Brasil, as mesorregiões e as localidades investigadas, organizadas segundo o eixo horizontal – norte, centro e sul. (cf. APENDICE B, p. 131). Os critérios abaixo dão uma ideia geral de como as cartas foram organizadas:

- a) parte superior – título;
- b) parte superior direita – número da carta;
- c) parte inferior direita – por convenção, utilizamos formas gráficas para representar as formas *tu*, *você*, *ocê* e *cê*;
- d) parte inferior direita – gráfico com informações sobre a frequência das variantes, destacada em áreas coloridas.

Ainda em relação à composição das cartas, os registros seguem a mesma convenção utilizada no ALiMA, no que diz respeito ao sexo e à faixa etária do informante. Vale ressaltar que, em São Luís, os registros estarão dispostos da esquerda para a direita, conforme esquema abaixo:

	1	2		5	6
Faixa I					
Faixa II					
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres

Informante 1	sexo masculino	primeira faixa etária (18 - 30 anos)	ensino fundamental
Informante 2:	sexo feminino	primeira faixa etária (18 - 30 anos)	ensino fundamental
Informante 3:	sexo masculino	segunda faixa etária (50 - 65 anos)	ensino fundamental
Informante 4:	sexo feminino	segunda faixa etária (50 - 65 anos)	ensino fundamental
Informante 5:	sexo masculino	primeira faixa etária (18 - 30 anos)	ensino superior
Informante 6:	sexo feminino	primeira faixa etária (18 - 30 anos)	ensino superior
Informante 7:	sexo masculino	segunda faixa etária (50 - 65 anos)	ensino superior
Informante 8:	sexo feminino	segunda faixa etária (50 - 65 anos)	ensino superior

Acreditamos que os dados dispostos em cartas linguísticas permitirão, de imediato, a visualização da distribuição diatópica e a visão quantitativa do fenômeno observado, fornecida pelos gráficos de controle percentual.

5 TU x VOCÊ: o que dizem os dados

Neste capítulo, serão apresentados os resultados da análise quantitativa da variável dependente – *tu* e *você/cê/ocê* no português falado no Maranhão, bem como as variáveis independentes consideradas para a pesquisa.

Assim, na primeira seção, descrevemos os resultados obtidos com todos os dados coletados. Em seguida, na segunda seção, apresentamos os fatores linguísticos e sociais selecionados pelo programa como estatisticamente relevantes para a compreensão da variação do *tu* e do *você*, bem como algumas considerações sobre aqueles que, mesmo não tendo sido selecionados, são importantes para a compreensão do fenômeno em estudo. Na seção seguinte, apresentamos a comparação dos nossos dados com os das pesquisas aqui citadas.

5.1 As variáveis dependentes

Para a rodada estatística geral⁴², incluímos apenas as formas na posição de sujeito, sendo, pois, desconsiderados dados sem a realização plena do sujeito visto a dificuldade em recuperarmos a intenção do falante, no momento da interlocução, a partir da desinência verbal de terceira pessoa, conforme exemplos abaixo:

- (1) “Ei cara tu vai viaja? Onde é que tu vais? Onde é que **Ø vai** com essa mala?” (INF. MA26/3)
- (2) “Aí eu diria: Hoje **Ø vai** tê alta. Cê vai saí hoje.” (INF. MA26/1)

Não foram, ainda, consideradas outras formas sintáticas – vocativo, pronome objeto e possessivo –, bem como casos em que as formas apareceram isoladamente, conforme exemplos abaixo:

- (3) “Ou então, “Ei, **você**, volte! Caiu... a sua bolsa”. (INF. MA26/1)
- (4) “Carol, essa tarefa é de **você**.” (INF. MA9/2)
- (5) “Essa tarefa não é pra mim, pertence a **você**” (INF. MA9/3)
- (6) “Piolho de peixe é um bichinho também que penetra, dói, coça, **você**... às vezes é comum na praia.” (INF. MA26/7)
- (7) “**Tu**, Tigre Paraguaio, tu estás pescando, né?” (INF. MA26/7)
- (8) “**Você**... você fazê” (INF. MA16/2)

⁴² Entende-se como rodada estatística geral, o arquivo contendo dados de todos os informantes do *corpus* mínimo. (cf. CAPÍTULO 4, p. 56).

Uma vez organizado o critério de seleção dos dados, podemos verificar, na tabela abaixo, como as formas *tu* e *você*, *cê* e *ocê* se distribuem no *corpus* analisado.

Tabela 5. 1 – Distribuição geral das formas *tu* e *você*, *ocê* e *cê* nas localidades investigadas

	TU	VOCÊ	CÊ	OCÊ	TOTAL
Bacabal	13 56.5%	9 39.1%	1 4.3%	0 0%	23
Balsas	17 56.7%	13 43.3%	0 0%	0 0%	30
Alto Parnaíba	5 15.2%	20 60.6%	4 12.1%	4 12.1%	33
Tuntum	15 35.7%	18 42.9%	6 14.3%	3 7.1%	42
Pinheiro	31 36.9%	46 54.1%	7 8.2%	0 0%	84
São Luís	45 38.8%	61 52.2%	10 8.6%	0 0%	116
Total	126 38.8%	168 51.1%	27 8.5%	7 2.1%	328 100%

Ao todo, foram registrados 328 dados sendo 126 ocorrências de *tu*, 168 de *você*, 27 da forma reduzida *cê* e 7 da forma *ocê*. Apesar de nosso estudo se tratar de uma análise binária – *tu* e *você* –, faz-se necessário comentar um dado importante observado quando da distribuição geral das formas registradas.

Mesmo não tendo sido possível o cruzamento da variável dependente com o fator localidade, uma vez que a rodada estatística geral apresentou nocautes, observamos que, com exceção de Balsas, todas as localidades apresentaram a forma reduzida *cê*, sendo Tuntum e Alto Parnaíba as que apresentaram a maior ocorrência para essa forma, sendo 6 ocorrências (14.3%) e 4 ocorrências (12.1%), respectivamente.

A princípio, esses dados nos permitiriam afirmar que a área urbana⁴³, neste caso, São Luís, capital do Estado, favorece o uso da forma plena *você*, sendo a forma reduzida *cê* preferência dos falantes da área rural, neste caso os demais municípios investigados.

Entretanto, ao compararmos a ocorrência de *cê* dessas localidades com a de São Luís (8.6%), vemos que a diferença percentual de 5.7% não nos permite afirmar que a área rural

⁴³ Considerando que São Luís permaneceu, durante muito tempo, isolada dos demais municípios, o contraste rural-urbano, neste caso a oposição da capital às demais localidades, leva em consideração a proposta de Bortoni-Ricardo (2004). Isto é, se pensarmos num *contínuo de urbanização*, os falares rurais são característicos das comunidades mais isoladas geograficamente “pelas dificuldades geográficas de acesso, como rios e montanhas, e pela falta de meios de comunicação”, se comparadas à variedade urbana que, com o desenvolvimento sócio-econômico, sofreu desde cedo a influência de agências padronizadoras da língua, como a imprensa, indústrias, comércio e repartições civis e militares. (BORTONI-RICARDO, 2004, p.52).

favorece o uso de *cê*, sobretudo se observarmos que em São Luís, 7 (sete) das 10 (dez) ocorrências foram registradas na fala dos informantes de nível superior, pertencentes à segunda faixa etária, sendo um do sexo masculino e outro do sexo feminino, conforme exemplo abaixo:

- (9) **Cê** teria que pegar, mas salve engano, eu tô tentando me lembrar quando eu era criança, tinha esse lance da pessoa correr, e aí chegava e gritava “ganzola”, quer dizer ele estava naquele ponto que você não tinha mais como.

(INF. MA26/7)

- (10) [...] aqui o nosso arroz, eh, coloca a água pra ferver e um pouco de sal, depois lava o arroz, põe na água, **cê** põe um pouco de... de óleo, só um pouquinho para num, que ele num queime muito [...].

(INF. MA26/8)

Quanto à forma reduzida *ocê*, verificamos a ocorrência somente em duas localidades: Tuntum e Alto Parnaíba, com frequência de 7.1% e 12.1%, respectivamente. É interessante observar que essa forma se apresentou, nas duas localidades, na fala dos informantes do sexo masculino, segunda faixa etária:

- (11) Mas a gente enfrentou, a gente encarô... **Pr’ocê** vê, a gente não tinha estrada, pra começá não tinha estrada, era massapé brabo.”

(INF. MA18/3)

- (12) “**Ocê** vai me pagá. [...]. Porque **ocê** tá me devo tem que pagá.”

(INF. MA10/3)

Uma vez que observamos as possibilidades de variação entre o *tu* e *você* e que esta última apresentou frequência mais alta que as formas reduzidas (*cê* e *ocê*), optamos por agrupá-las em um só variante – a forma *você* (*cê* + *ocê*), chegando ao seguinte panorama:

Tabela 5.2 – Ocorrências das formas *tu* e *você/ocê/cê* na amostra geral

TU	VOCÊ/OCÊ/CÊ	TOTAL
38.4 %	61.6 %	100 %
126	202	328

Assim, no *corpus* analisado, das 328 formas em referência à segunda pessoa, registramos 126 ocorrências de *tu* e 202 ocorrências de *você*, o que representa, respectivamente, uma frequência de 38.4% e 61.6%. A carta linguística a seguir mostra a representação dessas ocorrências.

FIGURA 1 – Carta linguística 01

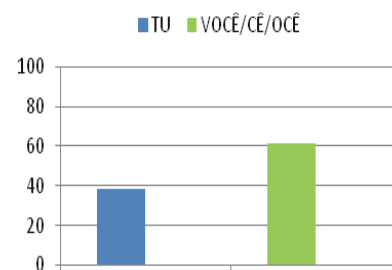


TU e VOCÊ/CÊ/OCÊ
Distribuição geral na amostra

01



Escala 1:4.800.000



A princípio, os dados contrariam a hipótese geral formulada para a pesquisa: a de que o português falado no Maranhão apresenta uma difusão bastante maior do *tu* sobre o *você*.

Assim, na tentativa de observarmos se, de fato, o *você* é a forma mais utilizada pelos falantes maranhenses, fizemos uma rodada separada⁴⁴, perfazendo um total de 249 dados:

Tabela 5.3 – Ocorrências das formas *tu* e *você/ocê/cê*

TU	VOCÊ/OCÊ/CÊ	TOTAL
40.2 %	59.8 %	100 %
100	149	249

A tabela acima nos mostra que, mesmo baseados em um *corpus* estratificado equilibradamente por localidade, o *você* também se mostra como uma forma de preferência geral pelos falantes maranhenses, com 59.8% de ocorrência.

Em termos gerais, a distribuição do fenômeno ora observado mostra que o português falado no Maranhão apresenta uma alternância entre o *tu* e o *você*, sendo esta última a forma mais utilizada pelos falantes para representar a segunda pessoa do singular, conforme verificado na tabela 5.2 e 5.3.

A seguir, veremos em que medida os fatores linguísticos e sociais influenciam a alternância do *tu* e do *você* no Maranhão.

5.2 As variáveis independentes

Para testar que grupos de fatores seriam relevantes no que concerne ao uso de *tu* e *você*, utilizamos a rodada estatística geral, na qual foram agrupadas as formas *cê* e *ocê* em uma só variante, conforme verificado na tabela 5.2. Assim, dentre os cinco grupos de fatores considerados, a saber – localidade, faixa etária, sexo, tipo de relato e tipo de referência – somente três foram selecionados pelo programa, sendo 1 (um) fator linguístico e 2 (dois) extralinguísticos. Entre os fatores linguísticos, somente o tipo de relato foi considerado pelo programa como estatisticamente relevante. Já entre os fatores extralinguísticos, foram considerados a localidade e a faixa etária.

⁴⁴ Para essa rodada, foram considerados apenas 24 informantes, da qual foram excluídos quatro informantes de nível universitário, naturais de São Luís. É válido ressaltar que será considerada, na análise, a diferença no *corpus* no que diz respeito ao número de informantes, quando analisado o fator escolaridade e concordância.

Ainda nesse primeiro momento, foi feita uma rodada em separado só com dados de São Luís para verificar o efeito da escolaridade sobre a alternância *tu* e *você*. Em um segundo momento, foram feitas duas rodadas para verificar os casos de concordância verbal com o *tu*: uma geral com todos os dados e uma em separado com os dados só da capital. Por fim, foi feita uma rodada separada com os todos os informantes, na tentativa de observar como as formas *tu* e *você* estão distribuídas, em cada localidade, entre os informantes.

A seguir, apresentamos a análise e os pesos relativos gerados em todas as rodadas estatísticas, bem como aqueles que, mesmo não tendo sido selecionados, se mostram como fatores importantes para a compreensão do fenômeno observado, conforme evidenciam as pesquisas apresentadas no capítulo 2.

5.2.1 Tu x Você: variação diageracional

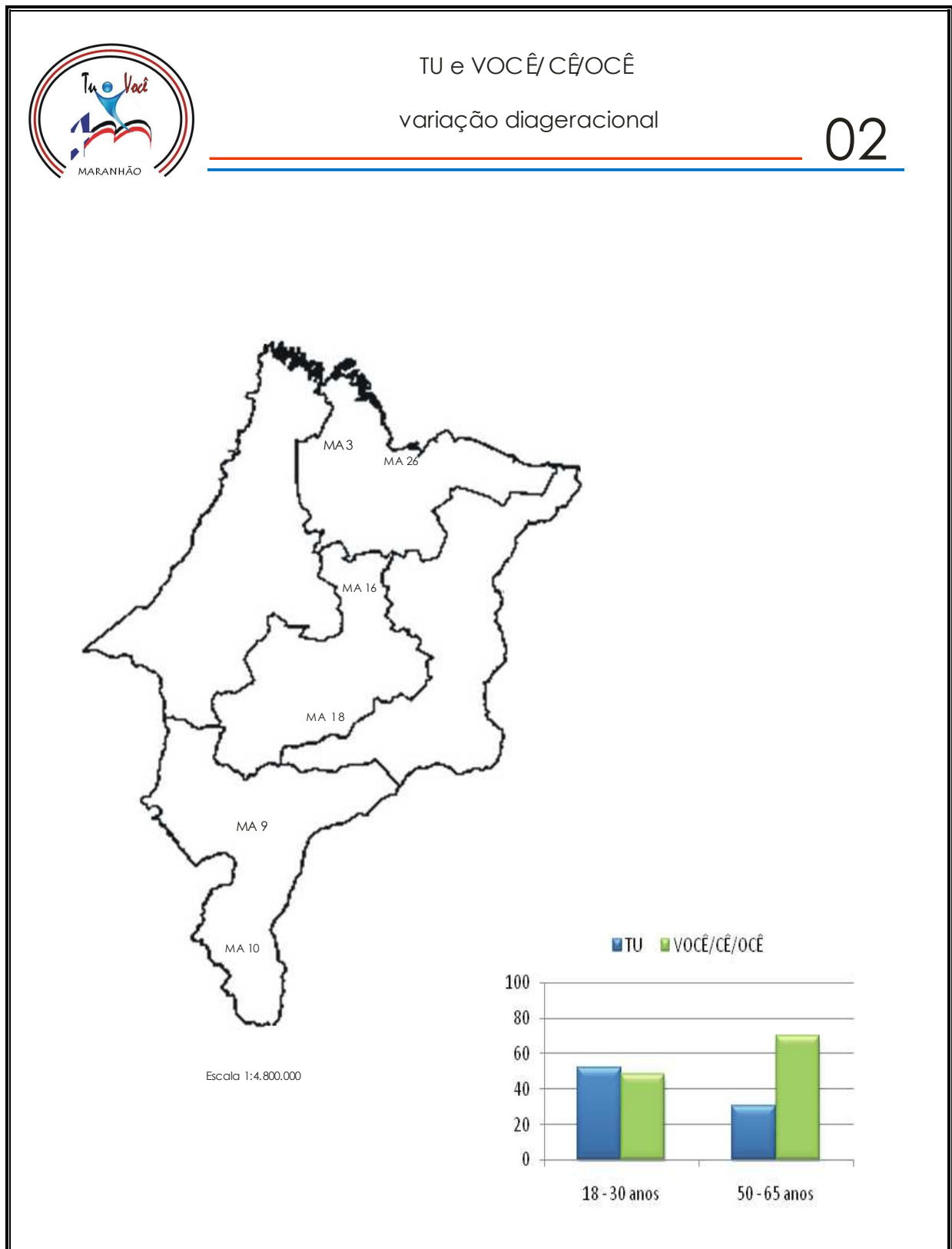
Como esperado, o fator faixa etária se mostrou o mais relevante, pois, dentre os grupos considerados, este foi o primeiro a ser selecionado pelo programa para análise da variação *tu* e *você*, revelando também que esse fenômeno é, em grande parte, explicado sob o aspecto diageracional. A tabela 5.4 expõe os resultados da pesquisa relacionados aos índices percentuais de variação de *tu*, de acordo com a faixa etária do falante.

Tabela 5.4 – Ocorrências de *tu* de acordo com a faixa etária

FAIXA ETÁRIA	Aplicação/Total		Peso relativo
	N	%	
18-30 anos	64/123	52.0	0.63
50-65 anos	62/205	30.2	0.41
Total	126/328		

Dada a importância de investigarmos se a frequência do uso de *tu* e *você* diminui ou não à medida que a idade do falante aumenta, no sentido de verificar se essa alternância se trata de um processo de mudança linguística ou de variação estável, partimos do pressuposto de que os falantes mais idosos tendem a empregar com maior frequência a forma conservadora *tu*, ao passo que os mais jovens utilizam a forma inovadora *você*. A carta linguística a seguir mostra a representação dessas ocorrências.

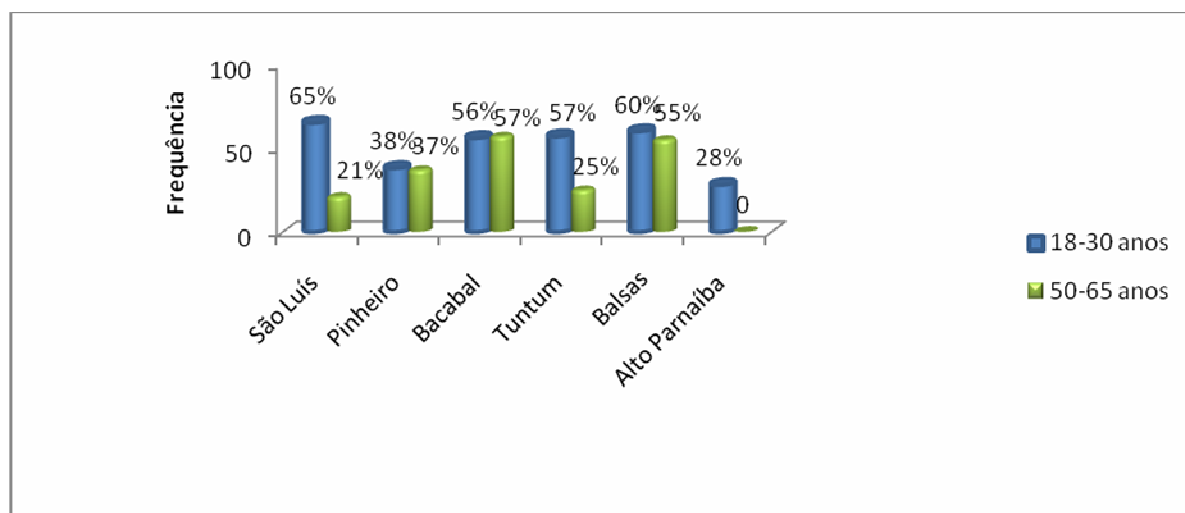
FIGURA 2 – Carta linguística 02



Os dados contrariam em parte nossa hipótese, uma vez que são os mais jovens que favorecem o uso de *tu*, com peso relativo de 0.63. Essa frequência nos leva a afirmar que, de um modo geral, a influência da idade indica um processo de mudança em curso. Como a

localidade foi um dos fatores selecionados pelo programa, cruzamos a variável idade e localidade para verificar se essa tendência se aplica em todas as localidades investigadas. O gráfico abaixo dá uma visualização melhor de como o *tu* está distribuído por faixa etária e localidade.

Gráfico 1 – Ocorrências de *tu* de acordo com a faixa etária e localidade



De acordo com os percentuais, em São Luís e Tuntum são os mais jovens que favorecem o uso de *tu*, com 65% e 57% das ocorrências respectivamente. É interessante observar que os nossos dados apontam a mesma tendência observada por Ramos (1996)⁴⁵: em São Luís, capital do Estado, a forma *tu* resiste à pressão do *você*, principalmente entre os mais jovens. Assim, parece-nos que, nessas localidades, estamos diante de um processo de mudança linguística.

Nos municípios de Pinheiro, Bacabal e Balsas, os dados revelam que, em termos percentuais, jovens – 38%, 56% e 60% – e idosos – 37%, 57% e 55% – apresentam praticamente o mesmo comportamento linguístico. Considerando que o *tu* tem frequência elevada nessas duas faixas etárias parece-nos que, nessas localidades, a alternância *tu* e *você*

⁴⁵ Ao comparar dos dados da nossa pesquisa com a de Ramos (1996) nos deparamos com um dado, a princípio, curioso: em pesquisa realizada na década de 90, em São Luís, a autora afirma que a forma *tu* resistia à pressão do *você*, mesmo entre os mais jovens. Dessa forma, parecia procedente supor que a correlação entre idade e uso de *tu*, em São Luís, se trata não de uma mudança em curso mas de gradação etária, isto é, um comportamento linguístico característico de certa idade, que se repete a cada geração e que não pode, portanto, caracterizar a comunidade de fala como um todo. Entretanto, tal suposição foi descartada tendo em vista que os informantes jovens, naquela época, tinham entre 13 e 15 anos e, portanto, refletem muito mais a fala dos falantes jovens atualmente observados, que pertencem à faixa etária de 18 a 30 anos, do que a fala dos informantes mais idosos que pertencem à faixa etária de 50 a 65 anos.

se trata de um fenômeno em variação estável, apesar de não termos investigado os falantes de idade intermediária, o que nos permitiria uma melhor visualização dessa variação que costuma apresentar um padrão curvilíneo⁴⁶.

Nesse sentido, acreditamos que os dados não nos permitem chegar a um resultado conclusivo, sobretudo se observarmos que os mais jovens favorecem o uso de *tu* em Alto Parnaíba visto a não ocorrência dessa forma entre os informantes da segunda faixa etária. Dessa forma, acreditamos que a interação entre idade e demais variáveis independentes pode ser mais confiável para verificar que tipo de variação encontramos no português falado no Maranhão.

5.2.2 Tu x Você: variação diatópica

Este foi grupo selecionado pelo programa para análise da variação *tu* e *você*, revelando que esse fenômeno é, em grande parte, explicado sob o aspecto diatópico. A tabela 5.5 expõe os resultados da pesquisa relacionados com os índices percentuais de variação de *tu* nas localidades investigadas.

Tabela 5.5 – Ocorrências de *tu* de acordo com a localidade

LOCALIDADE	Aplicação/Total		Peso relativo
	N	%	
Alto Parnaíba	5/33	15.2	0.18
São Luís	45/116	38.8	0.48
Tuntum	15/42	35.7	0.48
Pinheiro	31/84	36.9	0.54
Bacabal	13/23	56.5	0.67
Balsas	17/30	56.7	0.72
Total	126/328		

Para a variável localidade, partimos das seguintes hipóteses:

i) A zona urbana, neste caso São Luís, capital do Estado, apresentaria um número maior de ocorrências para o *você*, dado o contato linguístico de pessoas vindas de outras

⁴⁶ Naro (2004), ao considerar o modelo laboviano, observa que, em casos de variação estável, as variantes tendem a apresentar um padrão curvilíneo, isto é, uma curva em que há uma redução no uso das variantes entre os falantes de meia-idade em oposição aos grupos extremos como – jovens e idosos – que, por sua vez, apresentam o mesmo comportamento.

localidades. Nossa hipótese se sustenta, sobretudo, no estudo de Azevedo (1973) que afirma que o dialetalismo observado na Ilha de São Luís se deve, em grande parte, pela expansão da cidade, aumento da população, penetração maciça de rurícolas na cidade e da entrada de nordestinos oriundos, sobretudo, de Pernambuco e do Ceará. (cf. AZEVEDO, 1973, p. 276).

Em grande parte, a nossa hipótese se confirma, pois os dados revelam que São Luís aponta um efeito desfavorecedor sobre o uso de *tu*, com peso de 0,48. Considerando os percentuais, podíamos afirmar, a princípio, que o falante ludovicense tende a selecionar mais o *você* que o *tu*, dada a capital ser a região mais sujeita a inovações linguísticas.

ii) A zona rural, neste caso os municípios mais distantes da capital, conservariam o *tu*, como marca de identidade regional, principalmente na fala dos mais idosos.

Observamos que, quanto mais distante for o município da capital, maior a incidência de *tu*. É o caso de Pinheiro, com peso relativo de 0.54; Bacabal, com 0.67; e Balsas, com 0.72. Em contrapartida, Tuntum apresentou percentual próximo ao verificado em São Luís, com peso relativo de 0.48; e Alto Parnaíba, com peso de 0.18, descartou, em parte, nossa hipótese inicial. A carta 03, a seguir, evidencia essa realidade.

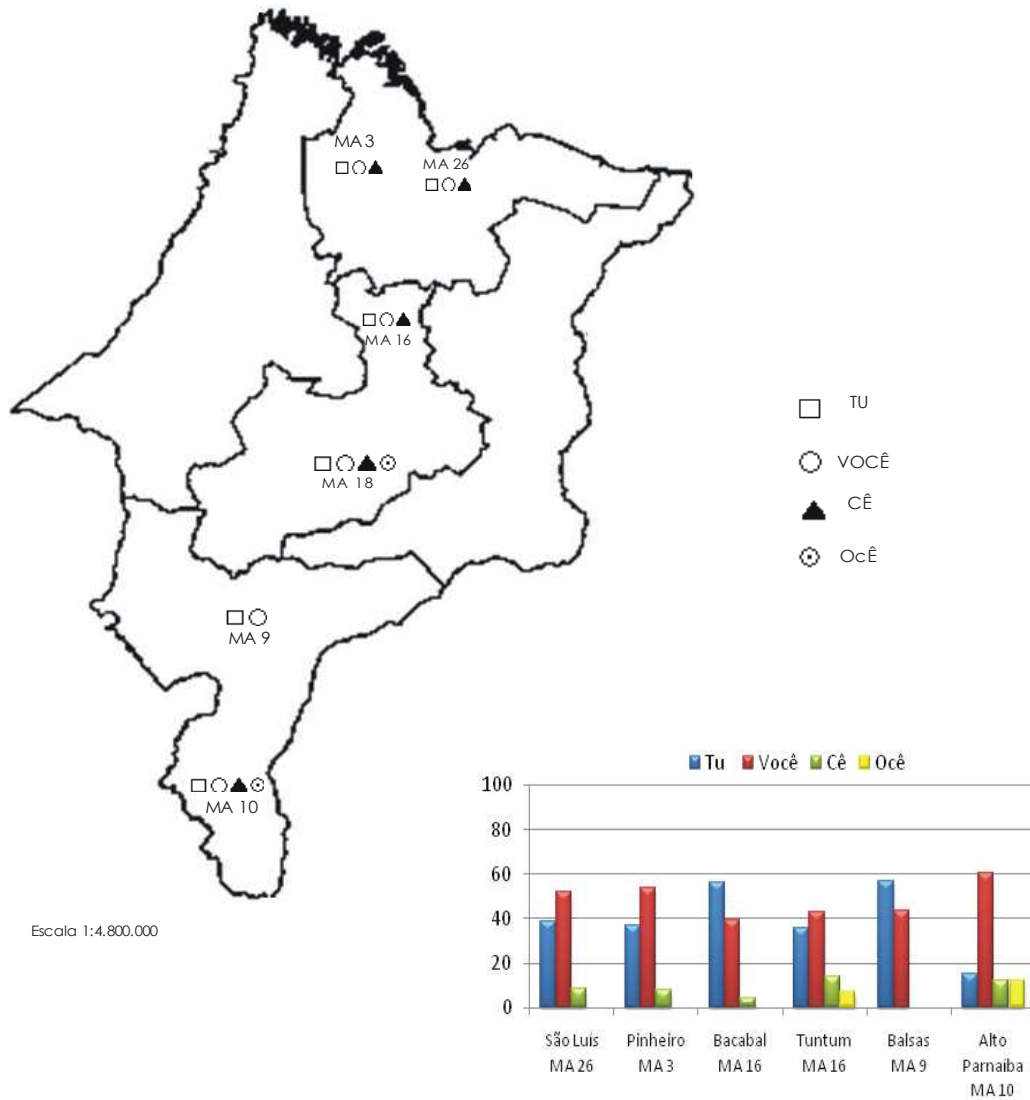
FIGURA 3 – Carta linguística 03



TU, VOCÊ, OCÊ e CÊ

Distribuição geral nas localidades investigadas

03



Na tentativa de melhor explicarmos a distribuição de *tu* e *você* nas localidades, tendo em vista que, em todas as rodadas executadas para a pesquisa, esse grupo se mostrou

estatisticamente relevante, fizemos uma rodada separada por informante⁴⁷. Assim, para uma melhor visualização, os dados foram organizados por mesorregião, como evidenciada na carta a seguir que contempla a variação *tu*, *você*, *ocê* e *cê*, segundo distribuição geral por informantes.

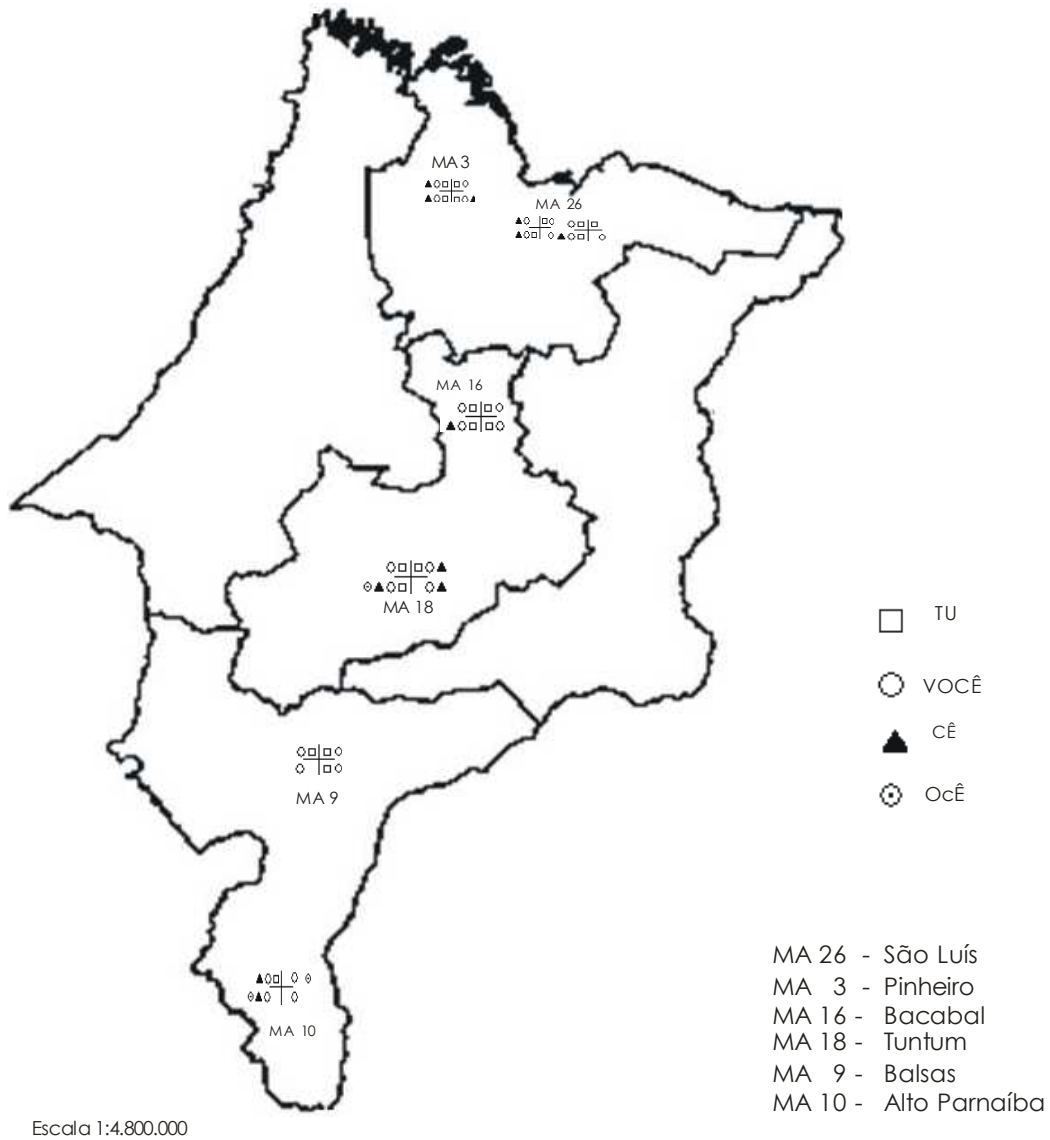
FIGURA 4 – Carta linguística 04

⁴⁷ Agradecemos a sugestão da professora Odete Menon que, em conversa mantida durante o I Congresso Internacional de Linguística Histórica – ROSAE (Salvador, 2009), nos orientou a observar as ocorrências de *tu* e *você* por informante. Para ela, a variação no indivíduo pode ajudar a esclarecer as diferenças entre as localidades que, se analisadas no todo, podem desaparecer.



TU, VOCÊ, OCÊ e CÊ
Distribuição geral por informante

04



5.2.2.1 Mesorregião Norte

A tabela 5.6 permite-nos rastrear as diferenças observadas entre os municípios de São Luís e Pinheiro, fato esse que nos levou a recorrer aos dados. Assim, ao retomar as entrevistas de São Luís, observamos um dado importante: não registramos a ocorrência de *tu* na fala de três informantes.

Tabela 5.6 – Uso de *tu* por informante em São Luís e Pinheiro⁴⁸

LOCALIDADE	INFORMANTE	SEXO	FAIXA ETÁRIA	APL.TOT	%
São Luís	MA026/1	M	I	0/13	0.0
	MA026/2	F	I	8/9	88.9
	MA026/3	M	II	11/14	78.6
	MA026/4	F	II	0/1	0.0
	MA026/5	M	I	9/12	75.0
	MA026/6	F	I	14/14	100
	MA026/7	M	II	3/37	8.1
	MA026/8	F	II	0/16	0.0
Pinheiro	MA03/1	M	I	7/19	36.8
	MA03/2	F	I	2/5	40.0
	MA03/3	M	II	21/39	53.8
	MA03/4	F	II	1/21	4.8

O trecho a seguir, extraído das entrevistas de São Luís, mostra a fala monitorada de uma informante do sexo feminino, segunda faixa etária, nível superior:

- (13) Olha, geralmente **eu uso** seu, **você**, **pra pessoa** que está um pouco **mais distante**, até um certo ponto.

(INF. MA26/8)

Em (13), observamos que o falante declara, já no final da entrevista, utilizar o *tu* para pessoas mais próximas. É interessante observar que ao tomar o *tu* como forma de intimidade, a informante, ao se referir ao inquiridor, também declara:

- (14) Por exemplo, **você já não é mais tão você, já é tu**.

(INF. MA26/8)

No trecho abaixo, também observamos que o grau de conhecimento/intimidade e a situação hierárquica entre os interlocutores condiciona o uso das formas em estudo:

- (15) INQ.– Agora, se você quer saber se alguém vai sair hoje, né. Como é que você pergunta. Então, você vai perguntar, (inint) **digamos**

⁴⁸ Apenas nas tabelas em que distribuímos os informantes por mesorregião, não organizamos os pesos relativos em ordem crescente de valores.

que a professora Conceição é esteja na sua casa e você quer saber se ela vai sair hoje, né. Pergunte a ela!

INF.– Aí eu: “**Professora Socorro, você vai sai hoje?**”.

(INF. MA26/1)

Em (15), observamos que o fato de o *tu* não ter tido nenhuma ocorrência, na fala desse informante, deve-se, sobretudo, à situação hierárquica estabelecida entre os interlocutores. Acreditamos que o fato de ter marcado o status social do inquiridor, nesse caso a profissão, tenha sido decisivo para a escolha da forma *você*. Vemos, pois, essa confirmação nos dados de fala de um informante do sexo feminino, segunda faixa etária, nível fundamental:

(16) INQ.– Então, aí se eu... se eu dissesse, assim, a... a... eh... faz-de-conta que você... eu tivesse deixado isso aqui, né? Aí, a senhora diz, assim: eh.... eh.... “**Esse, professor**, esse lápis, aqui, é...”? Não dizia o meu nome, mas, dizia: “é...”? (Mostra)

INF.– De... **de dona**, da pessoa que deixô, aí.

INQ.– Certo. Mas, aí, a senhora, como é que a senhora diria pra não di.... dizer o nome da pessoa, né? “Isso, assim, é...”?

INF.– Deixa eu vê... **Da professora**.

(INF. MA26/4)

Esses dados permitem observar que, em São Luís, a forma *tu* é empregada entre os iguais, isto é, em um contexto que permite o uso de um estilo mais informal, nesse caso o *tu*, e o *você* é a forma de respeito e/ou cortesia, utilizada em um contexto formal. Tendo em vista essas considerações, acreditamos que São Luís, apesar de apresentar um percentual de 38.8% na amostra, apresenta um uso de *tu* e *você* em (quase) igualdade de condições, uma vez que o peso relativo de 0.48 ficou muito próximo ao ponto neutro de 0.5.

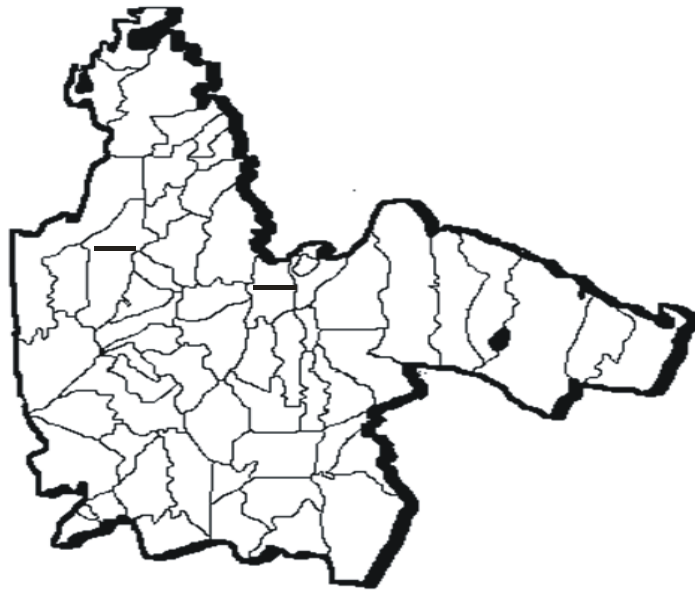
Na tabela 5.5 observamos que Pinheiro, ao apresentar peso relativo de 0.54, favoreceu o uso de *tu* na localidade. Mas, ao observarmos esses dados distribuídos na amostra por informantes (cf. TABELA 5.6), vemos que, das 31 (trinta e uma) ocorrências de *tu*, 21 (vinte e uma) foram registradas na fala de um único informante da segunda faixa etária, sexo masculino, com percentual de 53.8%. A princípio, nossa hipótese se confirmaria: os mais idosos conservam o a forma *tu*, entretanto verificamos que o outro informante pertencente à segunda faixa etária, sexo feminino, apresentou frequência muito próxima ao uso de *você*. Assim, os dados revelam que, nesse grupo de falantes, são os mais jovens que tendem a favorecer o emprego de *tu*, conforme nos mostra a carta a seguir.

FIGURA 5 – Carta lingüística 05

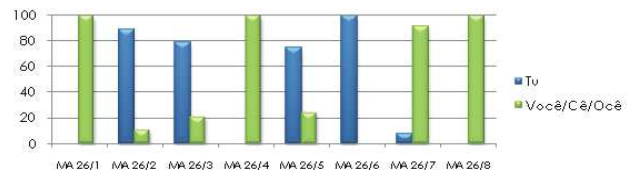


TU e VOCÊ/CÊ/OCÊ
informante e messorregião norte

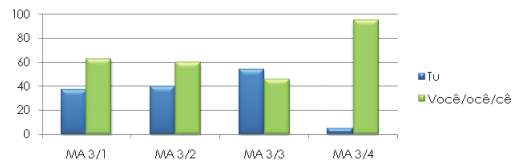
05



MA 26 - São Luís



MA 3 - Pinheiro



Mas, antes de prosseguirmos nossa análise, cabe ressaltar que a informante da segunda faixa etária só usou o *tu* quando reproduziu uma conversa que teve com o filho, fato que revela um uso dessa forma em um contexto mais íntimo:

(17) INF. – [...] um momento muito importante pra mim foi quando meus eu, meus filho estudavam que se formaro, né? E que ele conseguiu um emprego, estava desempregado, conseguiu emprego, aí eu fiquei muito contente, foi uma coisa muito importante pra mim, né?

INQ. – E como foi que aconteceu pra ele conseguir esse emprego, como é que foi pra conseguir esse emprego?

INF. – Ah, foi que surgiu aí a iscrição, e eu garrei, aí eu dei o dinhêro pra ele: “Meu filho vai fazê tua iscrição”. Aí ele foi, fez a iscrição, aí diz: “Oh mamãe...” Eu digo: “Não meu filho, vai, a gente tem fé em Deus que **tu** vai passá, tudo.

(INF. MA3/4)

Considerando que os dados revelam que os mais idosos apresentam ambas as formas e que os mais jovens favorecem o uso de *tu*, parece-nos mais procedente afirmar que, em Pinheiro, a alternância de *tu* e *você* não se trata de uma variação estável, conforme verificado inicialmente no item 5.2.1 desta pesquisa, mas de uma mudança em curso, sendo o *tu* a forma mais conservadora.

5.2.2.2 Mesorregião Centro

Como já citado, os dados observados nesta mesorregião contariam, em parte, nossa hipótese inicial: acreditávamos que essas localidades apresentariam um predomínio maior do *tu*, sobretudo se considerássemos a formação sócio-histórica da região. Historicamente, essas localidades são o resultado da maciça penetração de migrantes oriundos do Nordeste, região que, em oposição ao eixo Sudeste e Centro-Oeste, apresenta maior difusão do *tu* sobre o *você*, conforme afirma Duarte (1996). Nossa hipótese se sustentava, sobretudo, na observação de Melo et al (1986), em trabalho sobre a dialetologia rural do Estado. Segundo os autores, a zona dos cocais⁴⁹ “apresenta um falar caracteristicamente nordestino sob influência de grupos

⁴⁹ Além da “zona dos cocais”, o Maranhão apresenta um encontro de vários ecossistemas, a saber: floresta equatorial, manguezais, campos, cerrados e dunas. É válido ressaltar que, para este trabalho, não levamos em consideração a nova regionalização do Estado que, por Lei Complementar n.º 108 de 21 de novembro de 2007,

humanos provindos do Piauí e Ceará, principalmente. Outrossim, essa fala nordestina mostra surpreendentes estruturas linguísticas mais ligadas a uma língua arcaica” (MELO et al. 1986, p. 53).

Tabela 5.7 – Uso de *tu* por informante em Bacabal e Tuntum

LOCALIDADE	INFORMANTE	SEXO	FAIXA ETÁRIA	APL.TOT	%
Bacabal	MA16/1	M	I	4/7	57.1
	MA16/2	F	I	1/2	50.0
	MA16/3	M	II	7/9	77.8
	MA16/4	F	II	1/5	20.0
Tuntum	MA18/1	M	I	1/2	50.0
	MA18/2	F	I	7/12	58.3
	MA18/3	M	II	7/25	28.0
	MA18/4	F	II	0/3	0.0

Os dados mostram que somente os falantes bacabalenses favorecem o uso de *tu*, com peso relativo de 0.67, ao passo que os tuntenses desfavorecem o uso dessa forma, ao apresentar frequência de 0.48, conforme verificado na tabela 5.5. Entretanto, essas localidades apresentam um comportamento interessante, conforme verificado na tabela 5.7: são os mais jovens que favorecem o uso de *tu*, também contrariando a hipótese de que os mais idosos conservariam o uso dessa forma.

Apesar de nossa hipótese não ter sido comprovada em termos percentuais, encontramos na fala de uma informante tuntense da primeira faixa etária, sexo feminino, o depoimento de que o *tu* era preferência geral entre os falantes:

(18) INQ. – E no passado falavam diferente aqui?

INF. – Não... só que **aqui, antigamente, chamava mais era de tu** né, chamava mais era **tu**, nós, eu, aí **agora tá todo mundo chamando é você... você, vocês, nós.**

(INF. MA18/2)

Vemos em (18) a consciência linguística da mudança, fato esse nos leva a inferir que, em Tuntum, a forma mais antiga, neste caso o *tu*, está sendo substituída pela forma mais recente, neste caso o *você*. Outro dado importante pode ser observado: as informantes mais idosas da mesorregião apresentam baixa ocorrência de *tu*. Em Tuntum, a informante (MA

dividiu o Maranhão em 32 regiões de planejamento (cf. MARANHÃO, 2007). Consideramos, pois, a divisão em áreas linguísticas proposta por Azevedo (1973): 1) área de São Luís, 2) área litorânea, 3) área da baixada, 4) área dos cocais, 5) área do baixo sertão e 6) área gurupirana.

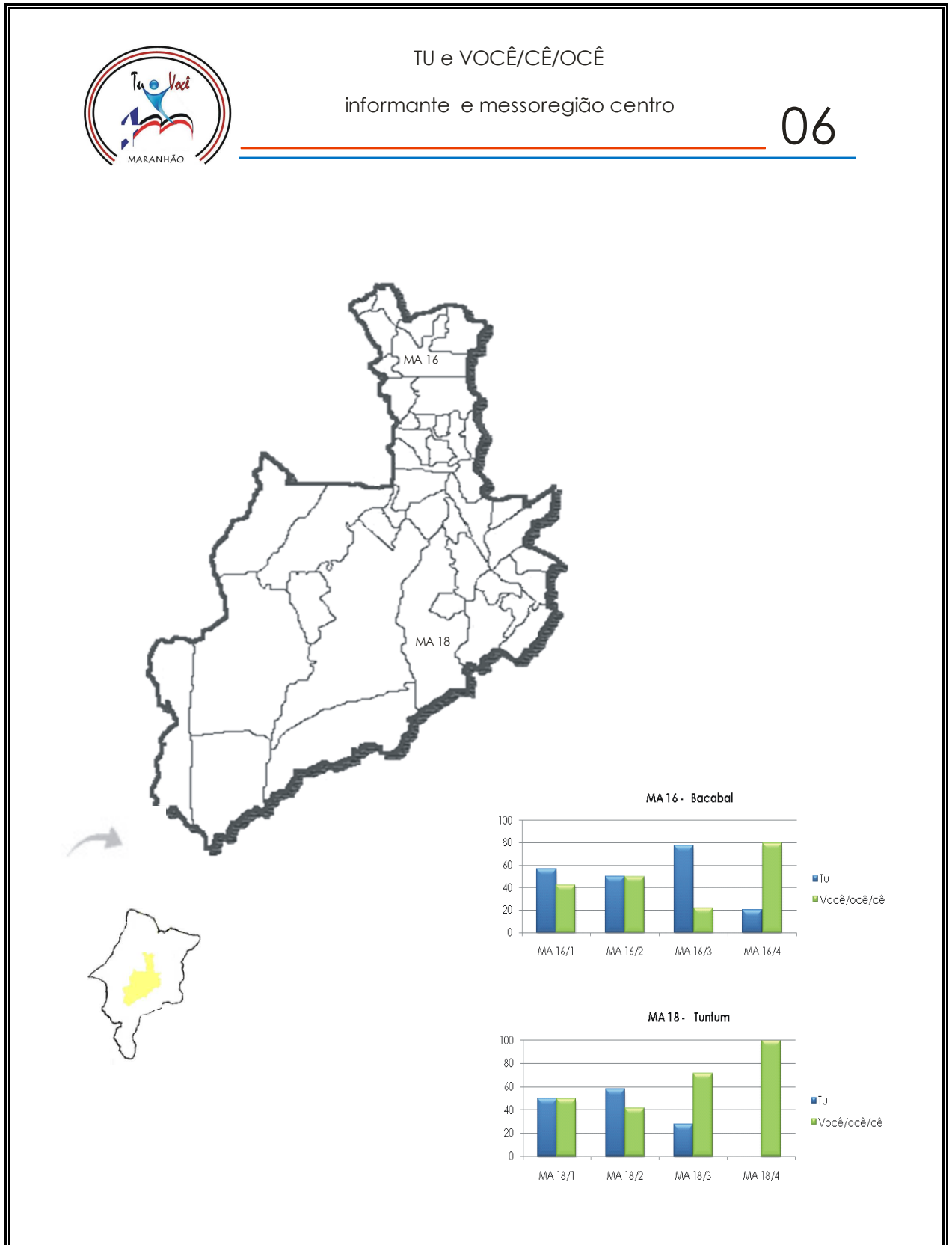
18/4) apresentou uso categórico de *você*, ao passo que a única ocorrência de *tu* na fala de uma informante bacabalense (MA16/4) aparece em uma situação de intimidade:

- (19) INQ. – Quando se vê **um amigo** com uma mala e se quer saber para onde ele vai, como é que se pergunta?
INF. – “Fulano, **tu vai** viajá pra onde?”

(INF. MA16/3)

Assim como observado em Pinheiro, acreditamos que, em Bacabal, a alternância de *tu* e *você* se trata de uma mudança em curso, sendo o *tu* a forma mais conservadora, visto que os dados revelam que os mais jovens favorecem o uso de *tu*. Já a análise do grupo de falantes de Tuntum revela que, mesmo apresentando um peso relativo próximo ao ponto neutro (cf. TABELA 5.5), a co-ocorrência entre as duas formas mostra que o *tu* pode terminar sendo substituído pelo *você*, forma que, segundo depoimento da informante (MA18/2), vem adquirindo certa regularidade entre os falantes, conforme evidencia a carta 06, a seguir.

FIGURA 6 – Carta linguística 06



5.2.2.3 Mesorregião Sul

Os dados da mesorregião Sul também apontam em direções opostas: enquanto Alto Parnaíba desfavorece o uso de *tu* com peso relativo de 0.18, Balsas tem efeito favorecedor, com peso relativo de 0.72 (cf. TABELA 5.5).

Observando a distribuição por falantes, os dados revelam que em Alto Parnaíba três informantes apresentam uso categórico da forma *você*. No entanto, se os dados nos permitem classificar esses indivíduos como favorecedores do uso de *você*, não podemos deixar de observar que um informante da primeira faixa etária, sexo masculino (MA10/1), apresentou o *tu* em 41,7% das ocorrências, como evidencia a tabela a seguir.

Tabela 5.8 – Uso de *tu* por informante em Alto Parnaíba e Balsas

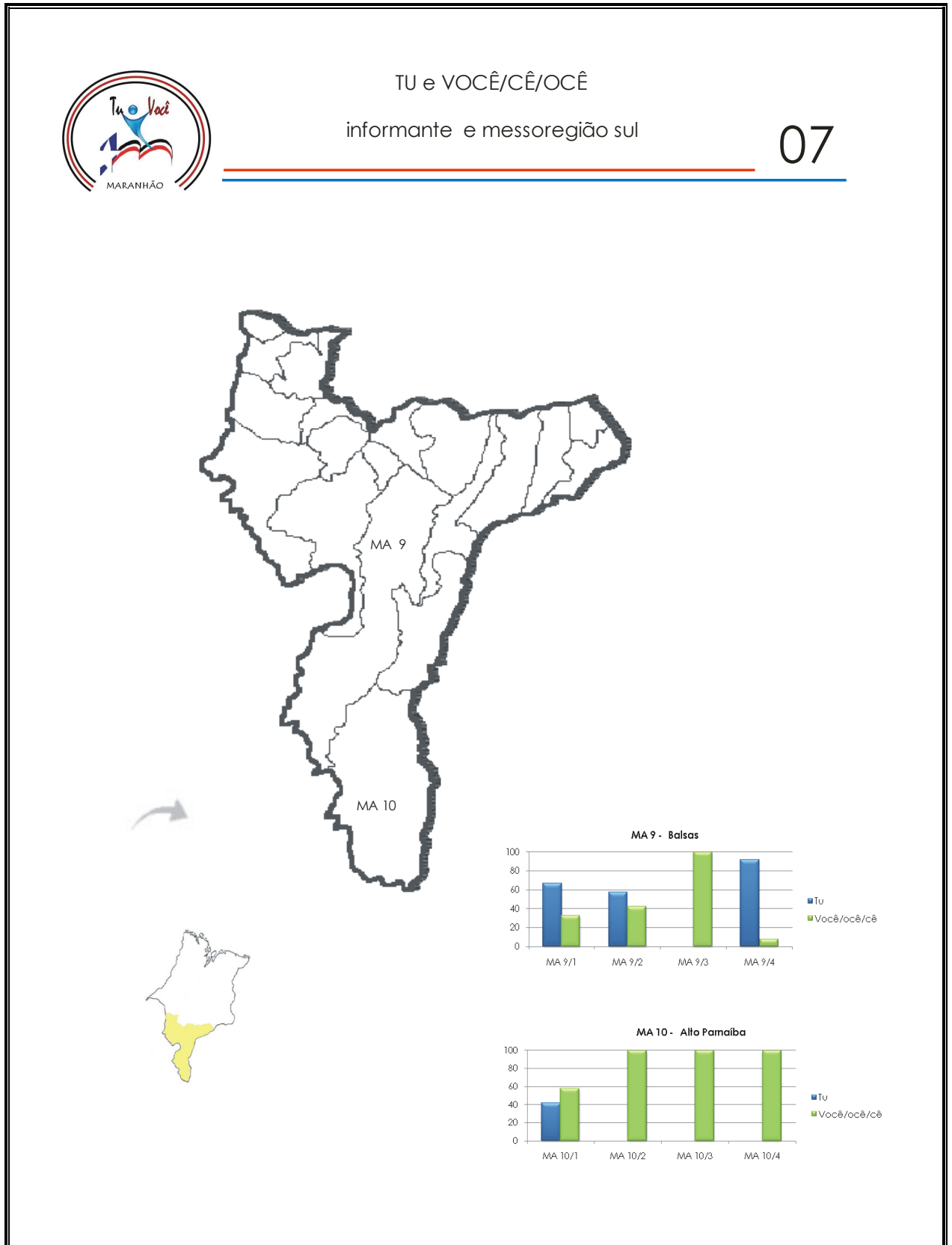
LOCALIDADE	INFORMANTE	SEXO	FAIXA ETÁRIA	APL.TOT	%
Alto Parnaíba	MA10/1	M	I	5/12	41.7
	MA10/2	F	I	0/6	0.0
	MA10/3	M	II	0/8	0.0
	MA10/4	F	II	0/7	0.0
Balsas	MA09/1	M	I	2/3	66.7
	MA09/2	F	I	4/7	57.1
	MA09/3	M	II	0/8	0.0
	MA09/4	F	II	11/12	91.7

Na tentativa de entender o porquê de o informante apresentar esse percentual em uma região, a princípio, reduto de *você*, retornamos aos instrumentos de pesquisa utilizados na pesquisa de campo. Analisando as fichas dos informantes, observamos que todos os outros informantes (MA10/2, MA10/3 e MA10/4) exercem ou têm contato mais próximo com atividades relacionadas com o campo, enquanto o informante (MA10/1) tem atividade profissional voltada para o comércio. Nesse sentido, supomos que a atividade profissional do informante, talvez, seja um fator que explique o uso de ambas as formas em seu repertório linguístico. O exemplo abaixo mostra que esse indivíduo interage com pessoas em diferentes domínios sociais:

- (20) INQ. – O que você / o(a) senhor(a) faz durante o dia?
 INF. – Eu faço um bucado de coisa, eu vendo, recebo contas, faço entregas, durante o dia né, vou no banco depositar um dinheiro, fico no comércio ali, atendendo o pessoal que vai chegando.
 (INF. MA10/1)

Por fim, vemos que Balsas é a localidade que mais favorece o uso de *tu*, ao apresentar diferença percentual de 0.54 quando comparada ao menor peso relativo da amostra geral. A distribuição por informantes mostra o favorecimento de *tu* entre os mais jovens. Já os mais idosos apresentam um dado importante: um apresenta percentual muito próximo ao uso categórico de *tu*, ao passo que, no outro extremo, o outro informante apresenta uso categórico de *você*. A carta 07 evidencia essa realidade.

FIGURA 7 – Carta linguística 07



Retornando a entrevista, acreditamos que a não ocorrência do *tu* se deva, talvez, ao fato de o *você* ser usado como forma de cortesia e/ou respeito para pessoas com as quais os informantes não têm contato, ou quando em uma situação formal. O que observamos é, pois, uma alternância entre o *você* e a *senhora*, sendo esta última uma forma também utilizada em casos em que a hierarquia requer um distanciamento mais evidente, conforme mostra o exemplo abaixo:

- (21) A panelada... a panelada, lá onde **a senhora** tem as pessoas que tira a buchada do gado como chamam, ou bucho do gado...tratam, aí **a senhora** pega ela, escalda, com água fervendo
 [...] Eu vou falá um negócio aqui... como **a senhora** falô, pode ser novidade.
 [...] Ah.. agora, isso aí, é uma coisa que eu falando **a senhora** não acredita.

(INF. MA9/03)

Em suma, os dados da mesorregião Sul ratificam, em parte, nossa hipótese. Fundamentados nas observações de Azevedo (1982), acreditávamos que essa região conservasse o *tu* visto, que a experiência de campo nos cerrados⁵⁰ maranhenses, possibilitou ao pesquisador observar frases como “Tu não vai não? Tem um homem aí na porta, mulher!”. Para o autor, a zona dos cerrados condicionava etnogeograficamente o homem rural, dada a influência linguística dos migrantes do Piauí que com eles trouxeram “um mundo prolativo e morfo-sintático-semântico considerável”. (cf. AZEVEDO, 1982, p. 8).

Assim, considerando a afirmação de Azevedo (1982) e a proximidade geográfica dessa localidade com um município piauiense, supomos que Alto Parnaíba segue a tendência observada por Cardoso (2008)⁵¹: a preferência pelo uso de *você* em 87% das ocorrências, tendo sido o *tu* registrado em apenas 13% das ocorrências na fala dos informantes mais jovens, do sexo masculino, conforme verificado em nossos dados.

Quanto à alta frequência de *tu* em Balsas, supomos que esta se deva, sobretudo, a forte migração populacional, desde a década de 70, de pessoas advindas do Rio Grande do Sul

⁵⁰ Como já esclarecido na nota 49, não levamos em consideração a nova regionalização maranhense. Porém, acreditamos que a observação de Azevedo sobre a zona dos cerrados pode nos ajudar a caracterizar os municípios de Balsas e Alto Parnaíba, visto que essa vegetação tem maior extensão no sul do Estado, mesma mesorregião em que esses municípios estão localizados.

⁵¹ Ao analisar o efeito da variação diageracional e diagenérica, Cardoso (2008) citou como curioso o fato de, em Teresinha, capital piauiense, as únicas ocorrências de *tu* terem sido registradas na falas dos homens mais jovens.

e Paraná. Abaixo, um trecho do inquérito do informante (MA9/3) pode exemplificar nossa suposição.

- (22) dentro do Brasil...dentro do Brasil...tem...tem gente que...**as vezes sai daqui...** só porque ele vai pra São Paulo passa seis ano, sete ano, oito ano em São Paulo ele chega embrulhando falando diferente do sotaque daqui que ele era acostumado, eu conheço isso... **otros vai pra Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina passa empregado lá dos Gaúchos,** trabalhando lá uma temporada... **quando chega aqui quer falá o mesmo ritmo dos gaúchos... aí fica feio...se ele é maranhense legítimo, filho de Balsa, o ritmo dele... é um,** e ele vai se empregá... às veze, com um gaúcho, ou com paranaense, pernambucano, cearense, paraibano e pega o ritmo lá...

(INF. MA9/3)

Entretanto, essas informações também não são suficientes para estabelecermos um parâmetro de análise em Balsas, visto que, conforme nos mostram as pesquisas de Menon (1996, 1997, 2002) e Loregian-Penkall (2005), as localidades que compõem a região do Sul do Brasil apresentam um comportamento linguístico diferenciado em relação ao uso de *tu* e *você*. Acreditamos, pois, que somente um estudo mais aprofundado possa nos dar uma resposta mais pontual sobre a variação *tu* e *você* nessa localidade.

5.2.3 Tu x Você: variação diastrática

A princípio, não esperávamos que a variação diastrática revelasse alguma diferença significativa que nos ajudasse a compreender o emprego das formas em estudo, uma vez que, nos municípios investigados, todos os informantes têm o mesmo grau de escolaridade – indivíduos alfabetizados que cursaram, no máximo, até a quarta série do Ensino Fundamental, como já observado no capítulo 4 desta pesquisa.

Em contrapartida, a introdução desta variável na pesquisa se justifica por São Luís, capital do Estado, possuir maior densidade populacional e grande diversidade de estratos sociais. Assim, com a inclusão de informantes com escolarização universitária para o *corpus* dessa localidade, nossa hipótese inicial era que os resultados nos permitiriam observar se o *tu*

havia resistido às pressões da variante *você*, entre os falantes com maior escolarização, visto a atuação da escola diante da dialeção observada em São Luís, desde a década de 70.

Essa hipótese se sustenta, mais uma vez, nas considerações de Azevedo (1973). Conforme vimos no item 5.2.2, o autor afirma que o dialetalismo observado na Ilha de São Luís se deve, além dos fatores já citados, à “não-escolarização” e à “força-intrínseca da língua portuguesa entregue as massas menos favorecidas”, embora “a Ilha [apresentasse] em seu centro social e econômico impressionante estabilidade centrípeta em torno da língua de norma culta e nacional, [...] os falantes de São Luís [mantinham] razoável coesão fonêmica.” (cf. AZEVEDO, 1973, p. 276)

Ainda segundo o autor, a tentativa de a escola “frear” essa dialeção se justifica, sobretudo, por São Luís ter mantido, há décadas, um falar característico de “uma comunidade pequena e fortemente lusitana e isolamento ‘sui-generis’ com alto padrão-literário” (cf. AZEVEDO, 1973, p. 276).

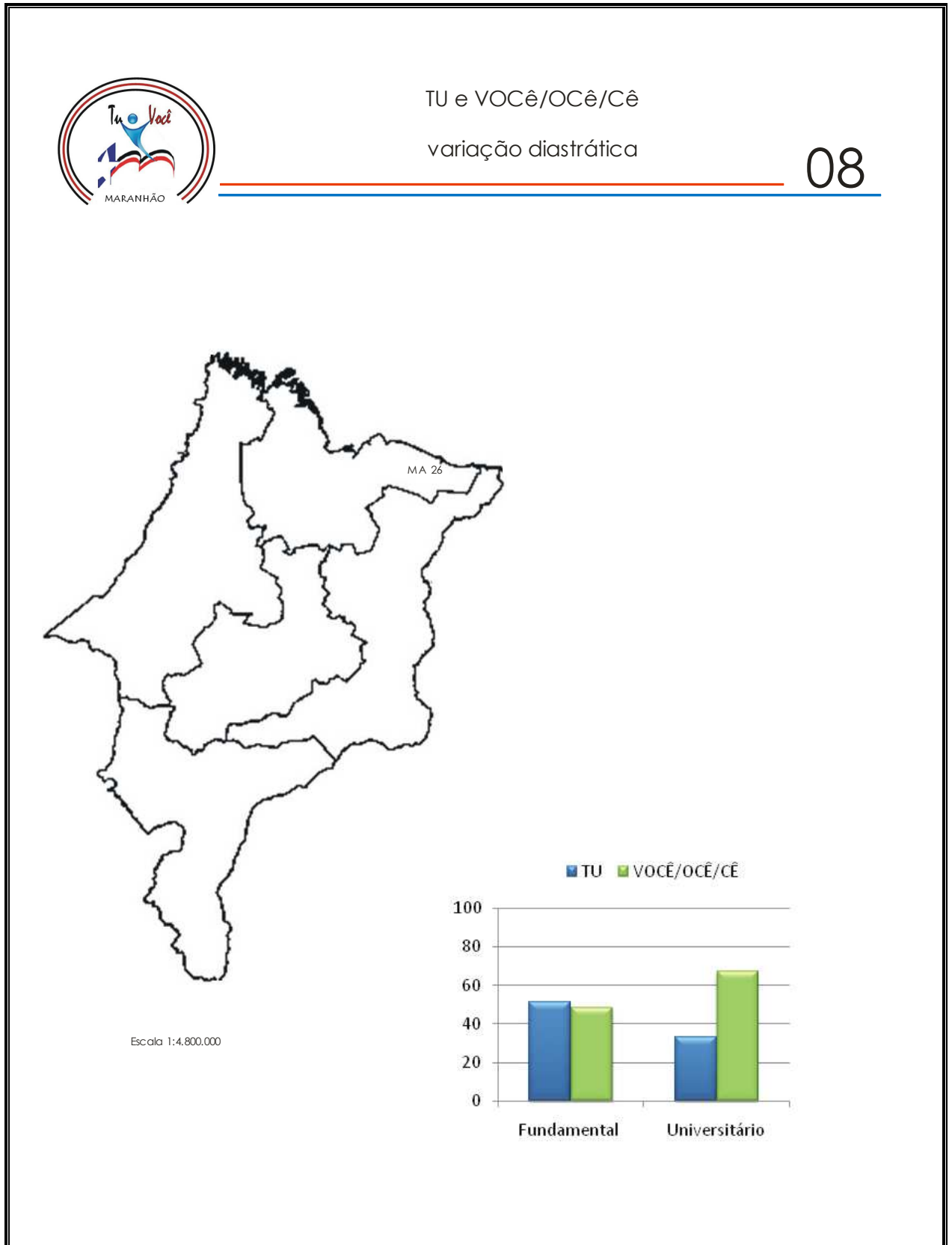
Dessa forma, foi feita uma rodada em separado com os dados de São Luís. Entretanto, os resultados gerados não confirmaram nossa hipótese: as frequências de *tu* e *você* foram elevadas em todos os graus de escolarização, fato esse que levou o grupo a não ser relevante na aplicação dessa regra variável, conforme observamos na tabela a seguir.

Tabela 5.9 – Ocorrências de *tu* e *você/ocê/cê* de acordo com a escolaridade

Escolaridade	TU		VOCÊ/OCÊ/CÊ	
	N	%	N	%
Fundamental	19/37	51.4	18/37	48.6
Universitário	26/79	32.9	53/79	67.1
Total	45/116	38.4	71/116	61.2

Embora esse fator não tenha sido selecionado pelo programa, acreditamos que a variação diastrática tem um efeito favorecedor ao uso de *tu*. Veremos, pelos resultados gerados no item 5.5, que esse fator social foi relevante para a aplicação da concordância verbal. Mas, de uma forma geral, a probabilidade de o falante menos escolarizado usar uma ou outra forma é muito aproximada. Já o falante mais escolarizado atua fracamente para a aplicação de *tu*, contrariando nossa hipótese inicial. A carta 08 evidencia essa realidade.

FIGURA 8 – Carta linguística 08



5.2.4 Tu x Você: variação diagenérica ou diassexual

A importância da variação diagenérica ou diassexual já é há muito tempo objeto de estudo entre dialetólogos e sociolinguístas. Vimos no capítulo 3, que Gauchat, em 1905, mencionou a importância dessa variável ao afirmar que as mulheres são mais sensíveis ao uso de formas inovadoras.

Estudos como o de Fischer (apud MOLLICA; BRAGA, 2004) também seguiram a mesma tendência observada por Gauchat. Para Fischer, o fator gênero/sexo pode ser considerado um grupo significativo para o processo de variação em diferentes níveis e, dentre estes, no morfossintático, pois as mulheres demonstram maior preferência pelas variantes linguísticas mais prestigiadas.

Labov (2003), por sua vez, afirma que, em geral, as mulheres são mais sensíveis ao padrão, daí usarem mais formas prestigiadas que os homens⁵², isto é, para o autor, as mulheres são mais sensíveis aos padrões de prestígio, e cabe a elas o papel fundamental na promoção da mudança linguística. Entretanto, frisa o autor que seria um erro considerar que, em geral, as mulheres lideram a promoção de mudança linguística (cf. LABOV, 2008, p. 345).

Considerando os estudos acima, incluímos esse grupo de fator para verificar o comportamento linguístico de homens e mulheres, no que concerne ao uso de *tu* e de *você* no Maranhão, uma vez que, segundo Labov (2008), o mais coerente que observar se as mulheres lideram ou não os casos de mudança linguística, é observar que a diferenciação sexual desempenha um papel importante no mecanismo de evolução linguística. Vejamos os resultados na tabela abaixo:

Tabela 5.10 – Ocorrências de *tu* e *você* de acordo com o sexo

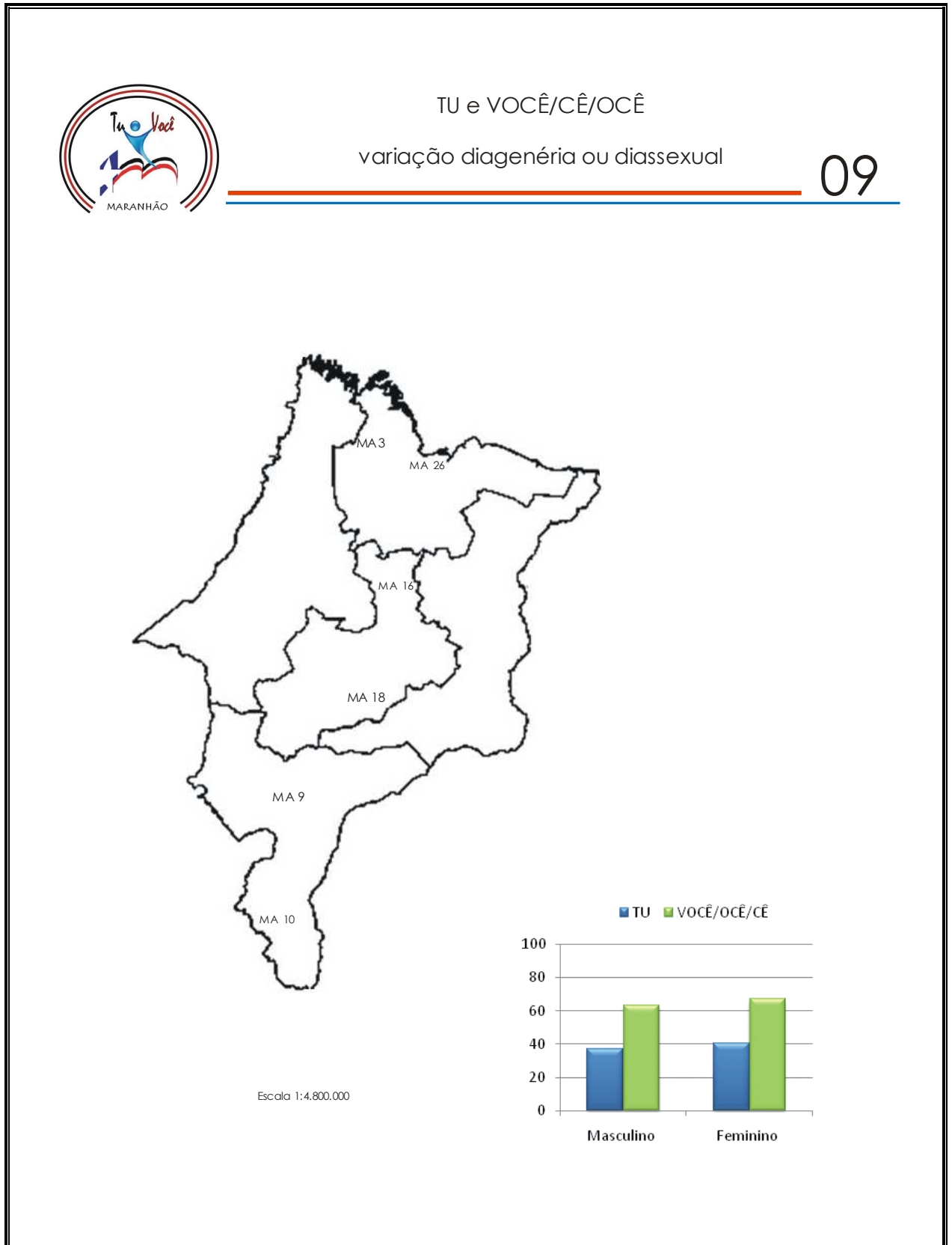
SEXO	TU		VOCÊ/OCÊ/CÊ	
	N	%	N	%
Feminino	49/120	40.8	71/120	59.2
Masculino	77/208	37	131/208	63
Total	126/328	38.4	202/328	61.6

Pelos percentuais, observamos uma aplicação de *tu* muito aproximada entre homens, com 37% das ocorrências, e mulheres, com 40.8% das ocorrências. Retomando os estudos

⁵² In general, women are more sensitive to overt social correction and use more prestige forms than men. (LABOV 2003, p. 245).

acima, não há como desprezar a participação decisiva do sexo feminino em relação a fenômenos de mudança. Entretanto, a variação diagenérica não nos permite observar se a alternância *tu* e *você*, no português falado no Maranhão, se trata de uma variação estável ou de um processo de mudança em curso, já que essa variável foi considerada estatisticamente irrelevante para explicar a seleção das formas em estudo, como evidencia a carta 09.

FIGURA 9 – Carta linguística 09



5.2.5 Tipo de relato

Entre as três variáveis linguísticas testadas, o fator tipo de relato mostrou-se estatisticamente relevante para explicar a seleção do *tu*. A tabela abaixo mostra as ocorrências de *tu*, de acordo com essa variável.

Tabela 5.11 – Ocorrências de *tu* de acordo com o tipo de relato

TIPO DE RELATO	Aplicação/Total		Peso relativo
	N	%	
Próprio	93/275	33.9	0.44
Terceiro	33/54	61.1	0.76
Total	126/328		

Conforme tabela acima, a totalização dos dados mostra que 33.9% eram de *relatos próprios* e 61.1% de *falas relatadas de terceiro*.

A diferença de 0.32 entre o maior e o menor peso relativo indica que parte do fenômeno observado pode ser explicado pelo tipo de relato. Os resultados dos cálculos probabilísticos, gerados a partir da amostra geral, confirmam a hipótese inicial: o *tu* é favorecido pelo *discurso relatado*, pois, ao relatar um acontecimento, o falante se afasta do fato narrado e, portanto, do seu envolvimento direto com o discurso, ao apresentar peso relativo de 0.76. Abaixo, apresentamos um trecho extraído do nosso *corpus*:

- (23) INQ. – É... o senhor conhece alguma simpatia pra... por exemplo pra tirar verruga ou pra outra coisa qualquer?
 INF. –É, é simpatia pra tirar berruga né? INQ. – Ou outra que o senhor conheça.
 INF. – Outra coisa. Eu pelo menos tinha uma berruga no meu... no meu dedo aqui do pé e o rapaz me ensinou uma vez eu tava... Eu fazia era cortar assim com estilete e ele disse: “Ah cara quanto mais **tu** corta mais... aí cresce. Mas sabe o que que **tu** faz? **Tu** pega um... um... pedaço de... de... tomate, **tu** corta um pedacinho assim bota e amarra pra não caí, né!”. Olha pois eu botei isso uma semana e acabou. Eu disse: “Rapaz teu remédio é bom mesmo”. Tomate. Eu também tinha muito isso. Esse negócio tinha uns pano branco que aparecia em mim aí o rapaz disse assim: “Olha, **tu** como sabe o quê? Enxofre”. **Você** conhece enxofre?
 INQ. – Uhn, rã, conheço.

(INF. MA26/3)

Em (23), o informante usa o *tu* quando reproduz uma conversa que teve com uma pessoa conhecida. Neste caso era esperado o uso do *tu*, visto que, diante da possibilidade de criar situações de fala que envolvam um menor monitoramento, o falante dá menos atenção à forma linguística padrão⁵³, que nesse caso é o *você*. Essa nossa suposição se justifica, pois, na sequência o informante usa o *você* para se dirigir ao seu interlocutor.

Levando em consideração que esse resultado apresenta a variação *tu* e *você* seguido sempre de morfema zero, fizemos uma rodada em separado para verificar como se dá a construção da imagem de usos linguísticos daqueles informantes que também têm, em sua gramática, a forma *tu* seguida da concordância típica de segunda pessoa. Para checar essa indagação, selecionamos as ocorrências de *tu* codificadas na rodada geral e fizemos uma rodada em separado tendo como regra de aplicação o *tu* com a concordância. Mas ao constarmos que 50 ocorrências davam nocaute⁵⁴, retiramos esses dados e, ao rodar novamente, observamos que o tipo de relato foi o segundo fator selecionado pelo programa.

Tabela 5.12 – Ocorrências de *tu* com concordância em *relato próprio* e *relato de terceiro*

TIPO DE RELATO	Aplicação/Total		Peso relativo
	N	%	
Terceiro	1/23	4.3	0.17
Próprio	13/53	24.5	0.66
Total	14/76		

Os dados mostram que em *falas próprias* há um favorecimento maior de *tu* com a concordância que em *falas retomadas*, com peso relativo de 0.66, resultado esse que nos permite supor que essa forma é mais conservadora, visto que o falante põe no outro a

⁵³ Considerando que na análise da variável tipo de relato foram utilizadas duas rodadas, fez-se necessária a adoção dos critérios a seguir. Em relatos do próprio informante, o discurso é mais monitorado e, portanto, a forma linguística padrão é o *você*; já nos relatos de terceiros, o discurso é menos monitorado, logo o *tu* é a forma linguística não padrão. Assim, considerando essa realidade da língua, para a rodada geral – variação *tu* e *você* –, levamos em conta a variação entre essas duas formas. Ainda com o mesmo tipo de relato – próprio e de terceiro –, mas considerando, agora, a variável concordância verbal, constatamos que a forma linguística padrão é o *tu* seguido da desinência verbal de segunda pessoa do singular, enquanto que a forma não padrão é o *tu* com a desinência verbal de terceira pessoa do singular.

⁵⁴ De acordo com o programa Varbrul, ocorre *nocaute* quando, em um dado momento da análise estatística, observamos uma frequência de 0% e 100% para os valores da variável dependente (cf. GUY; ZILLES, 2007 p. 158). É o caso, por exemplo, em nosso trabalho, dos valores observados quando da rodada em separado em que foram considerados somente os dados de *tu* (com e sem concordância verbal). Nessa rodada, de um total de 126 dados, obtivemos o valor de 0% de apagamento para a aplicação do *tu* seguido da concordância, na fala de informantes de quatro municípios e, conseqüentemente, o valor de 100% de aplicação do *tu* sem a concordância. Tendo em vista que a análise estatística considera que o valor do peso é 0,0 e 1,0 se as percentagens de aplicação forem de 0% e 100%, respectivamente, decidimos não incluir os dados que ocorreram nesse contexto. Dessa forma, foram considerados apenas os dados de São Luís e Pinheiro, que perfizeram um total de 76 ocorrências, conforme verificado na tabela 5.12.

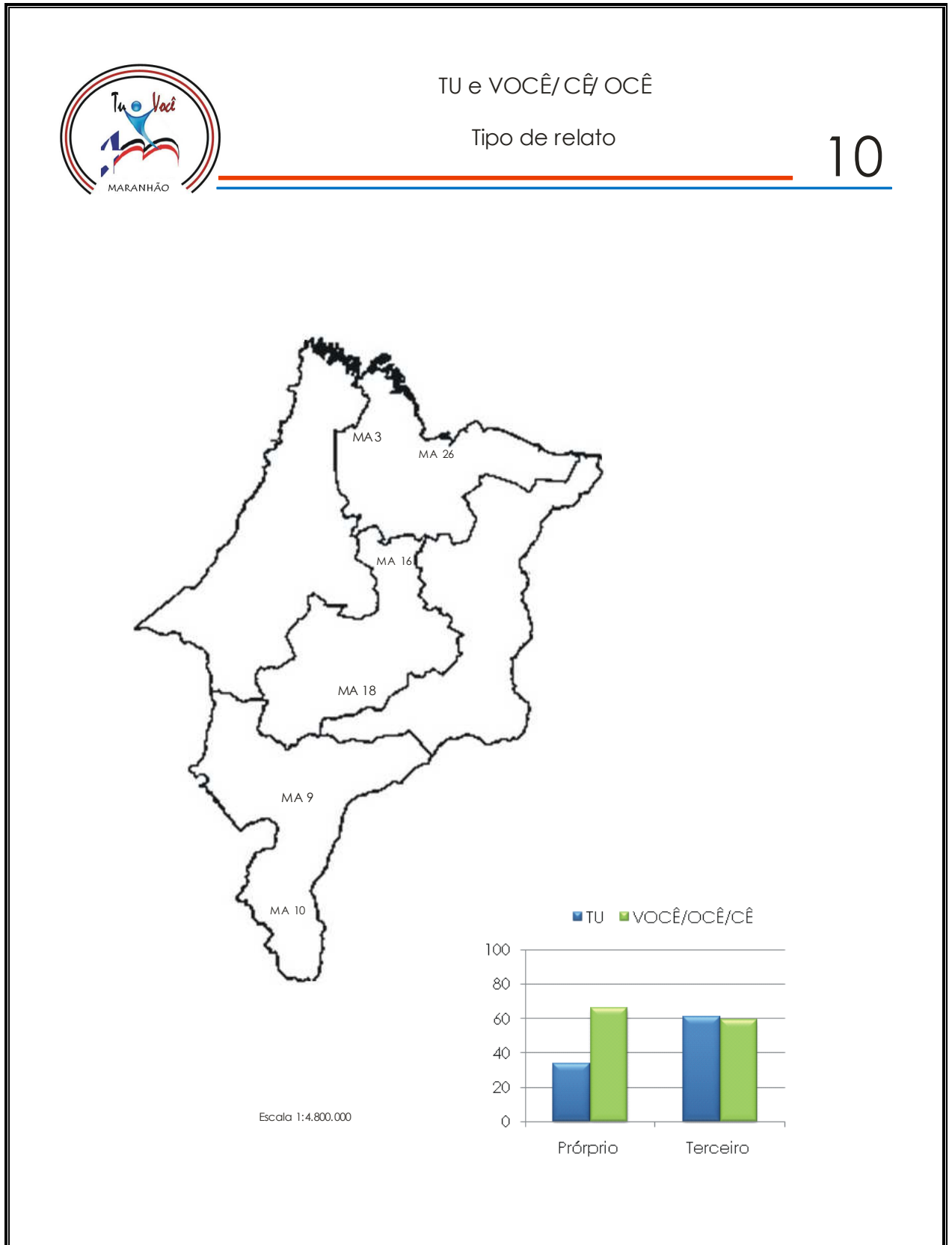
responsabilidade de usar uma forma não-padrão, neste caso o *tu* sem a flexão verbal de segunda pessoa, como no exemplo abaixo:

- (24) Cheguei lá na ALUMAR: “Ó, tô saindo”. [...] Me dava muito bem com todo mundo lá, até hoje, mais não quero ficá aqui. Todo mundo levô um susto: “Rapaz, N... que todo estagiário que chega lá, qué ficá”. Eu queria, também, mas depois... “Rapaz, N., que que **tu tá** fazendo?”. Eu digo: “Não, eu num vô ficá, num quero ficá aqui e tal. Na boa, não tem nada a ver com vocês, é uma opção minha...” Aí, fui. Fiz o concurso e não passei. [...] Mas não me arrependo. E, aí, o que que tá acontecendo, o que que aconteceu: eu me formei, tô a esse um ano estudando, só que eu já estô... tô com minha carteira do conselho do contadô e, de vez em quando, eu faço uma perícia contábil, judicial ou extra-judicial. O juiz me nomeia perito... por exemplo, **tu entras** com uma ação contra ela e, aí, **tu alegas** um valô e ela... ela alega que vai recebê um valô e ela alega que... que ela tem que te pagá outro menó [...]

(INF. MA26/5)

A esse respeito Menon e Loregian-Penkall (2002, p. 183) afirmam que “no discurso relatado de terceiros, ele [o falante] “culpabiliza” o outro na ocorrência do pronome; como ele reproduz a fala do outro, pode estar aí a consciência linguística da mudança, mas sempre na boca do outro, não na sua”. Considerando a afirmação das autoras e tomando como base nossos resultados, podemos concluir que: i) na reprodução da *fala de terceiro*, o falante opta pelo *tu*, dado o contexto permitir o uso de um estilo mais informal, já que o *você* é a forma de respeito e/ou cortesia; ii) na reprodução da *fala própria*, o informante opta pelo *tu* seguido da concordância, pois o contexto favorece uma maior atenção à forma linguística considerada padrão. A carta 10 ratifica nossas conclusões.

FIGURA 10 – Carta linguística 10



5.2.6 Tipo de referência

Considerando o estudo de Neves (1992), ao afirmar que é notável o emprego do *você* como um recurso para forte indeterminação do sujeito, partimos da hipótese de que a referência específica favorecesse o *tu*. Entretanto, conforme tabela abaixo, os resultados revelam que essa variável se mostra estatisticamente irrelevante para explicar a variação *tu* e *você*, contrariando, pois, nossa hipótese.

Tabela 5.13 – Ocorrências das formas de *tu* e *você*, *ocê*, *cê* de acordo com o tipo de referência

TIPO DE REFERÊNCIA	TU		VOCÊ/OCÊ/CÊ/	
	N	%	N	%
Específico	100/232	43.1	132/232	56.9
Genérico	26/96	27.1	70/96	72.9
Total	126/328	38.4	202/328	61.6

Os percentuais acima mostram a tendência já observada por Neves (1992) e confirmada nos estudos de Duarte (1997) de que, em relação à indeterminação, há nítida preferência pelo uso da forma *você*, seguido da forma *a gente* e do pronome *eles*. O exemplo abaixo nos dá uma visão geral de como a referência genérica atua nos dados coletados:

- (25) INF. – O cal é uma substância, é um pó branco, né...
 INQ. – Se usa geralmente para quê?
 INF. – Se usa geralmente prá, como base quando **você** vai fazer uma pintura de uma parede, principalmente de em paredes né, aí **você** usa como uma base para depois colocar a tinta só que é uma coisa, que eu saiba está em desuso, não é muito, (inint) **a gente** compre aí com, aí com outro nome, mas o, o cal que **a gente** conheceu... uma das utilizações, tem outras utilizações pra cal
 (INF. MA26/7)
- (26) INQ.– Diga, como é que você falaria comigo pra dizer assim? Faça assim ou assado, né?
 INF.– Corta uma batata, sabe como é... Eu falaria: Sabe como é que **tu** faz? **Tu** corta uma batata e deixa a parte de dentro, cortada, na testa, grudada na testa. Pronto.
 (INF. MA 26/5)

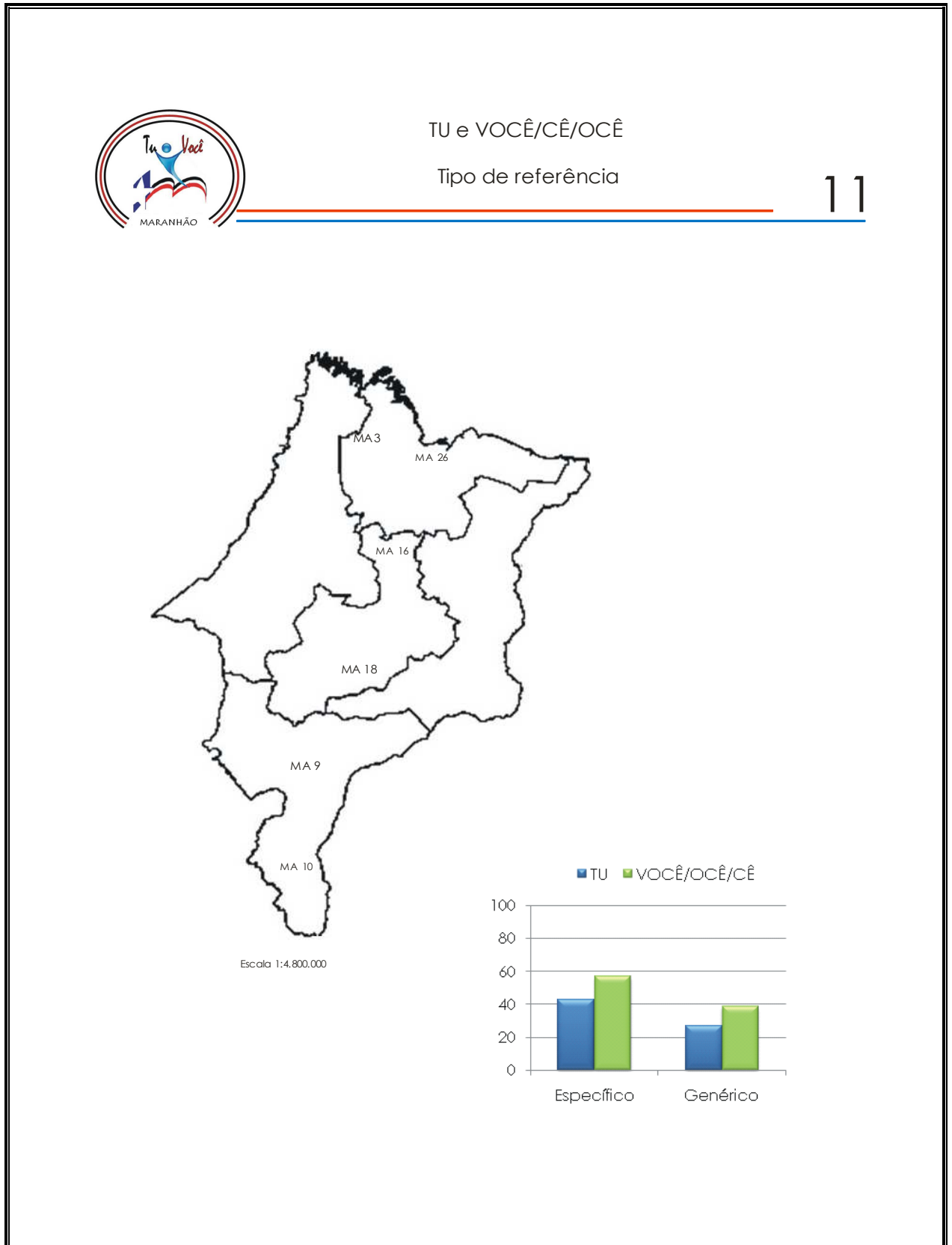
Embora os dados apontem que a referência genérica favorece o uso de *você* em detrimento do *tu*, convém ressaltar que, em 27.1% das ocorrências, o *tu* também está sendo usado em processo de indeterminação, conforme vimos no trecho acima. A princípio, pensávamos que o *tu* como referência genérica fosse usado apenas nos discursos que propiciassem a aplicação da indeterminação como *receitas*, *procedimentos*, como verificado no exemplo (26). Porém, retornando as entrevistas, observamos que o *tu* como referência genérica também é usado em contextos mais amplos, como o observado no exemplo a seguir:

- (27) Agora nós pensa assim que ali no aeroporto ali, ele via muita coisa mal feita sabe, diz queria abi o bico. **Tu** sabe, essas coisa quando sai... que aqui tá assim, aqui tem de vê, **a gente** não vê as coisa, ele vê **a gente**, num é! **Você** vê nada! Ele num vê **a gente**. Aí por isso mataram ele, dexaru quato filho.

(INF. MA9/4)

Por hora, não temos como chegar a um resultado conclusivo sobre que fatores possam estar atuando na seleção de *tu* e *você* quando o falante deseja indeterminar o sujeito. Neste momento, os dados só nos permitem afirmar que o *você* é a forma mais frequente em casos de referência genérica e observar que, no português falado no Maranhão, o caráter indefinido já se estende a outras pessoas gramaticais, como mostra a carta 11, a seguir.

FIGURA 11 – Carta linguística 11



5.2.7 Concordância verbal com o *tu*

A análise do fator concordância pode nos ajudar a esclarecer se o *tu*, seguido da concordância típica de segunda pessoa, ainda pode/deve ser considerado como um elemento característico do falar maranhense. Para tanto, fizemos uma rodada geral só com as ocorrências de *tu*, conforme tabela abaixo.

Tabela 5.14 – Ocorrências de *tu* de acordo com a concordância nas localidades

LOCALIDADE	CONCORDÂNCIA		NÃO-CONCORDÂNCIA	
	N	%	N	%
São Luís	13/45	28.9	32/45	71.1
Pinheiro	1/31	3.2	30/31	96.8
Bacabal	0/13	0.0	13/13	100
Tuntum	0/15	0.0	15/15	100
Balsas	0/17	0.0	17/17	100
Alto Parnaíba	0/5	0.0	5/5	100
Total	14/126	11.1	112/126	89.9

Foram registradas 126 ocorrências de *tu*, sendo 14 formas seguidas da concordância típica de segunda pessoa e 112 formas desprovidas da marca de concordância. Como podemos observar, esse número representa a frequência geral de todas as ocorrências de *tu* na amostra selecionada para a pesquisa, porém acreditávamos que a marca de concordância fosse mais favorecida nos dados, sobretudo na capital.

Nesse sentido, esperávamos que São Luís, capital do Estado, favorecesse o uso de *tu* seguido da forma verbal de típica de segunda pessoa, ao passo que os demais municípios favorecessem a não-concordância.

Pelos percentuais vemos que, em parte, nossa hipótese foi confirmada: todos os municípios favorecem a não-concordância. Os dados mostram, ainda, um dado importante: a concordância verbal com o *tu*, em 3.2% das ocorrências, no município de Pinheiro. Retornando às entrevistas, observamos que essa ocorrência foi registrada na fala de um informante da primeira faixa etária, sexo masculino:

(28) INQ. – E quando tu tomas conhecimento de que um amigo casou, como comentas com esse amigo essa novidade?

INF. – Ah, se eu encontrei ele, eu digo assim: “Ah, meu amigo, tu já tá casado, cê casô, desejo boa sorte, felicidade...”

INQ. – É, mas imagina que ele casou, mas na época ele nem te convidou, como é que tu dizes pra ele?

INF. – Ah, sim, eu chego e digo: “Ah, rapaz, tu casô, não me convidô pro teu casamento”.

INQ. – É, mas eu... Tu queres dizer para ele que outra pessoa te disse?

INF. – É, é , “Tu me, tu não me convidô, **tu casaste**, mas outra pessoa me disse que **tu casô**, que **cê tá** casado.” (INF. MA3/1)

Em (28) observamos a ocorrência do morfema *-ste*, marca de segunda pessoa do pretérito perfeito indicativo. A princípio, supomos que essa ocorrência se deve ao fato de o falante tentar exibir o comportamento do inquiridor por imaginar/considerar essa a forma “correta” e mais apropriada à situação formal. Porém, fica difícil sustentar essa hipótese, pois não temos como recuperar se esse uso foi feito de forma consciente, sobretudo se considerarmos que, no mesmo turno, temos a ocorrência de *tu* e de *você* seguida da forma verbal de terceira pessoa.

Já os dados observados entre os falantes ludovicenses contrariam nossa hipótese: a forma *tu* está acompanhada da forma verbal de terceira pessoa em 71.1 % das ocorrências. Mas, apesar de os resultados evidenciarem uma maior probabilidade de não-concordância, São Luís foi a única localidade que apresentou maior frequência de uso da forma verbal típica de segunda pessoa.

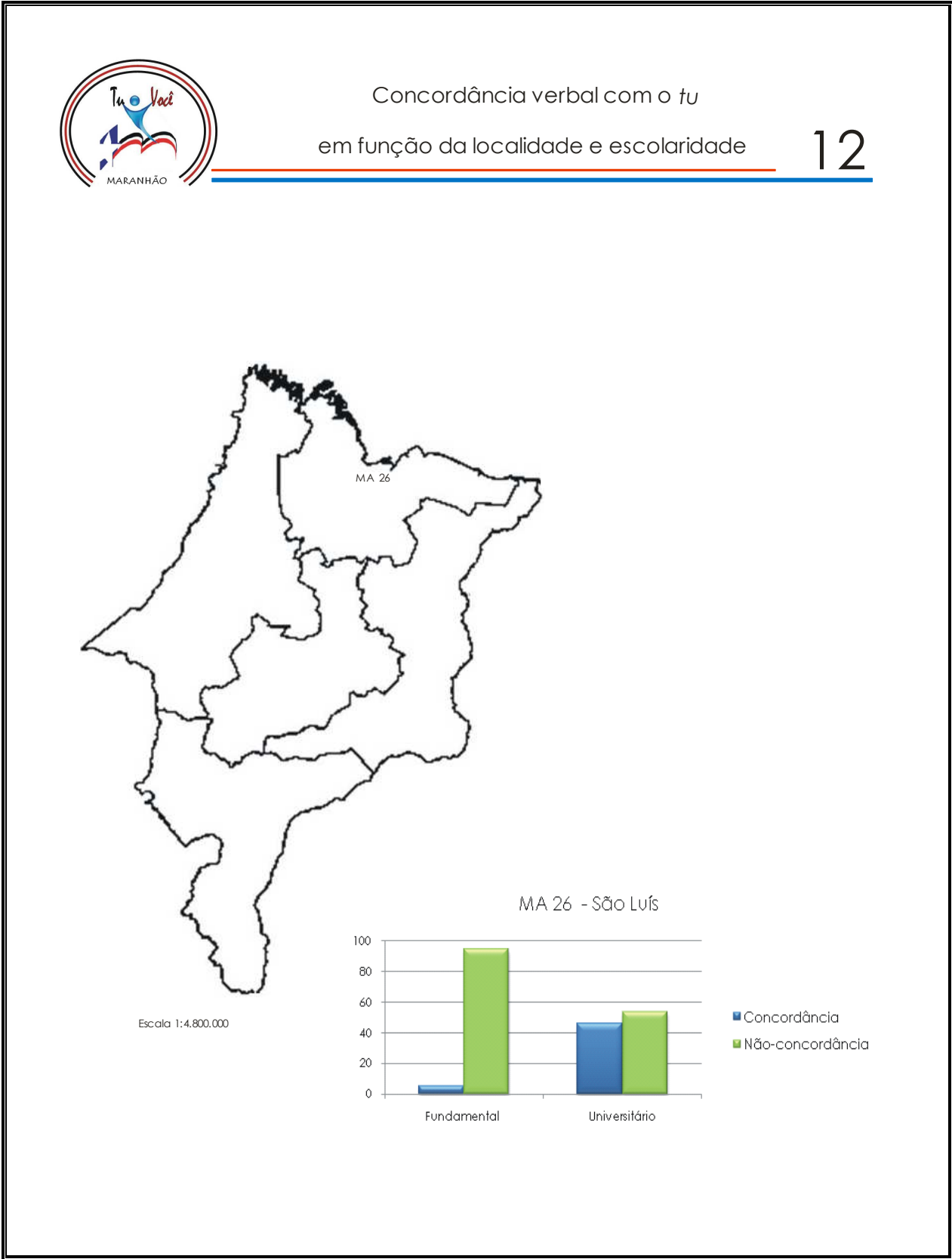
Assim, a fim de observar o comportamento da concordância na capital, fizemos o uma rodada em separado com os dados de São Luís, atribuindo como valor de aplicação o *tu* com concordância de segunda pessoa. Para essa rodada, foram incluídos os grupos de fatores: idade, sexo, escolaridade, tipo de relato, tipo de discurso. Conforme esperávamos, o fator escolaridade foi o primeiro a ser selecionado pelo programa, seguido do fator idade e tipo de relato. Vemos, pois, que o *tu* com a concordância tende a ser favorecido entre os falantes mais escolarizados, que apresentaram peso relativo de 0.76. Na tabela 5.15, apresentamos os percentuais encontrados:

Tabela 5.15 – Concordância verbal com o *tu* em São Luís, de acordo com a escolaridade

Concordância Escolaridade	Aplicação/Total		Peso relativo
	N	%	
Fundamental	1/19	5.3	0.17
Superior	12/26	46.2	0.76
Total	13/45		

A baixa ocorrência da concordância na amostra permite algumas reflexões: o que teria ocasionado o (quase) desaparecimento da flexão verbal de segunda pessoa nas localidades investigadas, como exemplifica a carta 12, a seguir.

FIGURA 12 – Carta linguística 12



Em relação ao PB, muitas são as indagações a esse respeito. Autores como Monteiro (1994, 1996) e Duarte (1996) defendem a hipótese de que o crescente emprego dos pronomes na posição de sujeito está relacionado com o enfraquecimento da flexão verbal. Já Sherre e Naro (2007) afirmam que, se assim fosse, o esperado seria que a baixa ocorrência de concordância coincidissem com o aumento do sujeito expresso. No entanto, as pesquisas realizadas apontam em direção oposta: há uma tendência maior em preencher o sujeito com verbos de desinência explícita. Para os autores, o fato de o preenchimento do sujeito e o comportamento da concordância caminharem juntos se explica, em grande parte, pelo princípio do paralelismo linguístico.

Em contrapartida, Paredes Silva (2003) observa que, no falar carioca, o fato de a segunda pessoa apresentar grande frequência de sujeito explícito se deve à introdução do *você* com verbo na terceira pessoa. Os resultados de Menon e Loregian-Penkal (2002) também seguem mesma tendência observada no Rio de Janeiro. Os dados indicam que, em relação à variação *tu* e *você* em alguns dialetos da região sul do país, o maior uso do pronome sujeito não pode ser considerado uma “consequência”, mas pode ter favorecido o desaparecimento da concordância verbal, sobretudo se considerarmos que o apagamento do *-s*, fenômeno comum no PB, não faria desaparecer uma oposição no paradigma verbal de segunda pessoa.

Embora os dados não nos permitam chegar a um resultado conclusivo, uma vez que não controlamos o fator presença/ausência de sujeito e o fator paralelismo linguístico, recorreremos, mais uma vez, à observação de Maranhão (1946).

Reiteramos que a assimilação do *-s* já era comum no paradigma verbal do português falado no Maranhão, desde 1819, conforme observamos no fragmento abaixo:

Meu Fio: estimarei que tu já esteja mió das tua cezão: eu e tua comade Quitaja não passamo tão má. (MARANHÃO, 1946, p. 148) (grifo nosso).

É interessante observar que o autor, ao considerar esse fragmento, como um “certo dialeto” comum entre os rústicos, associa, à fala dos mais instruídos, o uso de *tu* seguido da flexão:

Em Bom Portuguez diz assim. – “Meu Filho: Estimarei, que tu já estejas melhor das tuas sezões”. (MARANHÃO, 1946, p. 148). (grifo nosso).

Recuando um pouco mais no tempo, nosso questionamento, talvez, se torne mais evidente se levarmos em conta que a introdução de uma economia de base agro-exportadora influenciou profundamente na formação social da Província do Maranhão.

Nesse contexto, a estrutura social ao longo dos séculos XVIII e XIX era assim definida: a base da pirâmide social era formada, em grande parte, pelos escravos e negros enquanto que a classe dominante, formada pelos açorianos e madeirenses, representava o alto escalão administrativo. A esse respeito, Martins (2002) afirma:

Sabemos que os açorianos tiveram no comando do senado da Câmara pelo fato de um dos requisitos para ser vereador ou juiz era ser dos primeiros fundadores ou descendentes destes. Logo, a sucessão de nomes que aparecem nas eleições anuais deve remeter a essas famílias. (MARTINS, 2002, p. 28).

Considerando esses dados socio-históricos e a declaração de Maranhão (1946), é presumível que o comportamento da concordância com o *tu* estivesse relacionado com o papel social do falante, isto é, com a fala dos mais “instruídos” que representava, naquela época, a classe daqueles que detinham maior *status*, nesse caso os açorianos. Se isso é verdade, era esperado que as localidades mais afastadas da capital apresentassem tal comportamento, em virtude das suas características geo-sócio-históricas⁵⁵. Em contrapartida, era esperado que São Luís, a capital maranhense, apresentasse uma maior ocorrência de concordância, porém vimos que, em 71.1% das ocorrências, a forma *tu* está acompanhada da forma verbal de terceira pessoa.

As observações de Serra (1965) podem nos dar uma fundamentação mais consistente para compreendermos esses resultados. Na obra *Guia Histórico e Sentimental de São Luís do Maranhão*, o autor afirma que:

São Luís é uma terra onde se amam os versos, os recitativos, a oratória, as tertúlias literárias e onde existe verdadeiro culto pela arte de dizer e de escrever. Discute-se gramática com a mesma paixão com que se discute política. Por uma discussão em torno do vernáculo dá-se ali a vida; e até ferrenhas inimizades surgem, muitas vezes, por causa de uma simples colocação de pronome, ou por uma regozinha de sintaxe...

Esse gosto pelas cousas do espírito é uma das marcas acentuadas do maranhense. Já mestre Afrânio Peixoto assinalava que “o piedoso Maranhão teve a influência de saber dizer: lá se fala bem porque se vive bem”. Essa “influência” vem de longe, tem suas raízes na velha Coimbra, onde estudaram gerações e gerações de maranhenses, que foram seus filósofos, seus poetas, seus polígrafos de renome. Até hoje, o *estilo* do maranhense é oratório, é coimbrão. A velha cidade portuguesa enchia a cabeça dos jovens, que de lá voltavam com suas capas romanescas. (SERRA, 1965, p. 17)

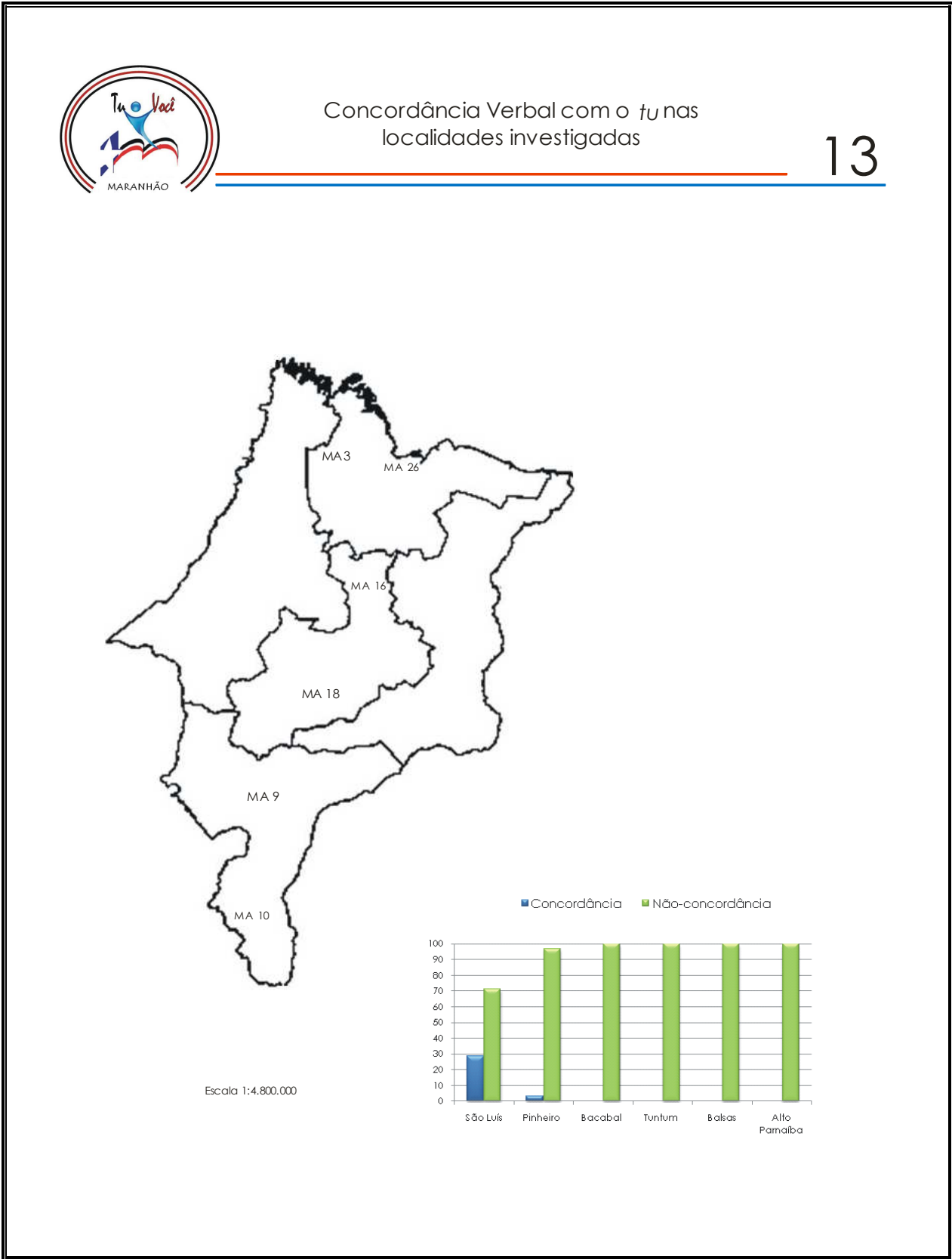
Considerando que “uma simples colocação de pronome, ou por uma regozinha de sintaxe [...] é uma das marcas acentuadas do maranhense” e que “essa “influência” vem de longe, tem suas raízes na velha Coimbra, onde estudaram gerações e gerações de

⁵⁵ Cf. APÊNDICE A, p. 124

maranhenses”, a declaração de Serra (1965) permite-nos afirmar que a forma *tu* com a marcação verbal típica de segunda pessoa era favorecida entre os falantes ludovicenses com maior escolarização. Nesse sentido, essa variante adquiriu certo prestígio ao ser associada ao comportamento linguístico daquele grupo social de maior *status*.

Quanto à questão de se afirmar que o *tu* seguido da concordância é uma marca regional do Estado, nossos dados não oferecem, neste momento, um resultado conclusivo, pois, quanto mais recuados no tempo, os registros tornam-se mais difíceis. A princípio, os dados quantitativos permitem-nos observar que, no Maranhão, já não se usa o *tu* regularmente, com o verbo na segunda pessoa, como evidencia a carta 13, a seguir.

FIGURA 13 – Carta linguística 13



5.3 Comparação com outras pesquisas

Retornando aos estudos que enfocam a alternância do *tu* e do *você* nas variedades do português falado, podemos observar o quão relevantes são os fatores linguísticos e sociais aqui analisados.

É o caso do fator idade que, de acordo com os dados aqui coletados, se mostra como um fator relevante para os estudos das formas *tu* e *você* no Maranhão. Em termos gerais, podemos comprovar o mesmo resultado encontrado nos dados de Lucca (2005) e Mota (2008): o *tu* tende a ser favorecido entre os falantes mais jovens.

Entretanto, nossos resultados seguem tendência diferente quanto ao tipo de variação, isto é, a correlação entre idade e frequência de *tu* não revelou casos de uma gradação etária, mas de mudança em curso ou mesmo variação estável, dependendo da localidade investigada.

Nossos resultados se aproximam aos de Dias (2007) que, ao comparar as diferentes faixas etárias, também observou casos de mudança em curso. Ainda em relação à faixa etária do falante, Paredes Silva (2003), apesar de não ter controlado essa variável, citou como curioso o uso do *tu* entre os falantes mais jovens no Rio de Janeiro.

Outro fator que se tem mostrado importante para a compreensão do fenômeno em estudo é a variável *sexo*. Em Brasília, Dias (2007) observou que o *tu* é mais frequente entre falantes mais jovens do sexo masculino, resultado também observado por Lucca (2008). Similar a esses estudos é o resultado de Paredes Silva (2003). Segundo a autora, na fala carioca, a variável gênero/sexo masculino sempre se mostrou como o principal fator para a seleção de *tu*.

Entretanto, em nossos dados, essa variável apresentou pesos e frequências muito próximas ao ponto neutro, fato esse que fez com que o fator *sexo* fosse descartado pelo programa e, portanto, considerado como estatisticamente irrelevante para determinar a variação *tu e você* no Maranhão. Assim como verificado na nossa pesquisa, o fator *sexo* não foi selecionado nos dados de Modesto (2008).

Já os dados de Loregian-Penkall (2005) se afastam dos resultados aqui observados. Segundo a autora, tanto no litoral de Santa Catarina, representado por Florianópolis e Ribeirão da Ilha, quanto nas três do interior do estado, representado pelas localidades de Chapecó, Blumenau e Lages – há uma tendência de as mulheres usarem mais o *tu* que os homens.

No *corpus* coletado para nossa pesquisa, também comprovamos que o tipo de relato condiciona as formas em estudo, coincidindo com os dados observados por Mota (2008).

Analisando dados coletados em Minas Gerais, a autora também observa que essa variável se mostra relevante, ao afirmar que o *discurso relatado* é altamente favorecedor da forma *tu*, com peso relativo de 0.85.

Já Lucca (2005) verifica que o uso do *tu* em *falas reais* e *falas retomadas*, em Brasília, é condicionada pelo gênero do falante. Assim, ao criar um novo grupo de fatores que englobou *falas reais de rapazes*, *falas reais de garotas*, *falas reproduzidas por rapazes* e *falas femininas reproduzidas por rapazes*, essa variável mostrou-se relevante. Diante desse resultado, Lucca (2005) observa que as *falas reais masculinas* favorecem a ocorrência de *tu*, com peso de 0.55. Os resultados mostram ainda que, ao retomar *falas masculinas*, os rapazes utilizam o *tu*, com peso relativo de 0.40, enquanto que, ao retomar *falas femininas*, desfavorecem o uso dessa forma que se apresenta com peso relativo de 0.18. Esse desfavorecimento já observado nas *falas reais femininas* que empregam o *tu* em apenas 23% das ocorrências, com peso relativo de 0.09.

Em contrapartida, os dados de Dias (2007) não permitiram que a autora pudesse verificar o efeito dessa variável em Brasília, em virtude da baixa ocorrência de *falas relatadas de terceiro*, fato esse que a levou a desconsiderar esses resultados quando da análise.

A pesquisa de Menon e Loregian-Penkall (2002) revela que, em Florianópolis, o *discurso relatado de terceiro* favorece o *tu*, ao passo que o *discurso relatado do próprio informante* apresenta efeito neutro com leve tendência a desfavorecer essa forma. Em sua pesquisa, as autoras observaram que o traço “mais genericidade” atua no comportamento dos grupos de fatores, propiciando o uso de *você* em *discurso relatado de terceiros*, uma vez que o falante atribui ao outro a responsabilidade no uso dessa forma.

Esperávamos, também, que o tipo de referência fosse um grupo estatisticamente relevante para explicar a seleção de *tu* na nossa amostra. Porém, este grupo foi desconsiderado pelo programa, coincidindo com os resultados de Dias (2007). Esse grupo de fator pode ser comparado ao grupo “referenciação” observado por Modesto (2008). Em sua pesquisa, o autor observou que a referência indeterminada favorece o uso de *você*, ao apresentar peso relativo de 0.67.

Assim como o fator tipo de referência, não observamos em nosso corpus que a escolaridade tenha algum efeito sobre a variação *tu* e *você*, ao contrário do que apontam os dados de Modesto (2008). Em Santos, há uma tendência de os falantes mais escolarizados evitarem o *tu*, fato esse que, segundo o autor, pode ser talvez explicado devido ao forte estigma social que essa variante carrega quando associada ao verbo flexionado na terceira pessoa.

Em contrapartida, observamos que, em nosso *corpus*, essa variável foi relevante na realização da concordância verbal, ao contrário dos dados de Menon e Loregian-Penkal (2002). Em sua pesquisa, as autoras constataram que os fatores sociais como a escolaridade, por exemplo, não são tão relevantes para explicar a concordância verbal nas localidades por elas investigadas. Somente os dados de Florianópolis acusaram o efeito desse grupo, porém este foi selecionado em sexto lugar na escala de relevância.

Ainda em relação à concordância verbal, as pesquisas de Soares (1980) e Monteiro (1990) também registram que, entre os falantes fortalezenses, é comum o uso de *tu* acompanhado com verbo na terceira pessoa comum. A esse respeito, Soares (1980) frisa que há uma pressão da escola em exigir que o aluno, ao selecionar o *tu*, utilize a forma verbal correspondente.

Menon e Loregian-Penkal (2002), ao observarem a concordância verbal com o *tu*, constataram que os florianopolitanos são os que mais fazem a concordância verbal típica de segunda pessoa, embora os dados já indiquem uma maior probabilidade de ocorrência de *tu* seguido da não-concordância. Retomando a pesquisa de Loregian-Penkal (2005), a autora observa que Florianópolis mantém traços linguísticos étnicos que se justificam, provavelmente, pela forte migração açoriana no litoral catarinense, no final do XVIII. É o caso da alta frequência de *tu* que, segundo a autora, é um vestígio dessa influência.

Vimos, pois, que o português falado no Maranhão apresenta as mesmas mudanças que vêm ocorrendo no quadro do sistema pronominal do PB, no que se refere à escolha dos tratamentos usados para a segunda pessoa.

Em síntese...

Como podemos ver, o corpus constituído para essa pesquisa nos possibilitou observar como se configura a alternância do *tu* e do *você* no português falado no Maranhão. Além de comprovarmos o efeito da variação diatópica entre as formas investigadas, os resultados gerados permitiram-nos comprovar quais variáveis linguísticas e sociais atuam no comportamento dos falantes com relação ao uso de uma ou de outra forma.

De uma forma geral, é notável a influência da variação diageracional na alternância *tu* e *você*: os falantes mais jovens empregam com maior frequência a forma *tu*, ao passo que os mais jovens utilizam a forma *você*. Já a variação diagenérica ou diassexual atuou

fracamente, embora estudos dialetológicos e sociolinguísticos aqui retomados tenham mostrado sua relevância para a seleção de uma ou de outra forma.

Em contrapartida, variação diastrática atuou no sentido de os mais escolarizados tenderam ao uso do *tu* flexionado com verbo na segunda pessoa, mostrando, pois, que quanto maior for o contato do falante com a escola há uma tendência pelo uso da forma considerada padrão.

As variáveis linguísticas também se revelam impulsoras da variação entre o *tu* e o *você*, confirmando a necessidade de se imprimir o caráter pluridimensional aos estudos dialetológicos. É o caso da variável tipo de relato que apontou que, em discursos relatados, os falantes tendem ao uso da forma considerada não-padrão. Por fim, verificamos que a não-concordância verbal com o *tu* é expressiva em termos de frequência, o que indica que, diferente do que esperávamos inicialmente, o Maranhão já não apresenta com tanta regularidade o uso de *tu* seguido com a concordância.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou “revelar” uma “fotografia sociolinguística” do falar maranhense no que concerne a alternância *tu* e *você*. Considerando que as pesquisas aqui citadas demonstram a importância de fatores linguísticos e sociais para a compreensão do fenômeno investigado, recorreremos aos princípios da sociolinguística visto que a geolinguística, enquanto método da dialetologia, nos permitiu ampliar “o espectro da fotografia”.

Partindo da observação que os falantes maranhenses apresentavam em sua fala uma preferência maior pelo *tu*, os dados mostraram que, diferentemente do que imaginávamos, o seu uso não supera estatisticamente a forma *você*, que apresentou percentual de 61.6% nas ocorrências, enquanto o *tu* apresentou-se em apenas 38.4% das ocorrências.

Em contrapartida, esse percentual contraria a afirmação categórica de autores como Monteiro (1994). Segundo o autor, o *tu* foi praticamente substituído pelo *você* em todas as capitais brasileiras por ele estudadas, a exceção de Porto Alegre e Fortaleza. Ilari et al (1996) também comungou a mesma ideia, porém, ressaltou a importância em observarmos o uso de *tu* em áreas geográficas não contempladas no *corpus* do NURC.

A observação de Ilari et al (1996) é confirmada em nossos dados, uma vez que a variável diatópica foi estatisticamente relevante para a seleção de *tu* e *você*, mostrando, pois, que, dependendo da área dialetal definida, essas formas apresentam um comportamento linguístico diversificado.

É o caso das localidades aqui analisadas. Retomando os questionamentos que fundamentaram a escolha dessa variável, era esperado que os falantes da zona urbana, neste caso a capital do Estado, apresentassem uma preferência pelo uso de *você*, enquanto os falantes da zona rural, nesse caso os municípios mais distantes da capital, favorecessem o uso de *tu*.

Em grande parte, nossa hipótese pode ser confirmada: enquanto os falantes de São Luís desfavorecem a ocorrência de *tu*, os falantes de Pinheiro, Bacabal e Balsas demonstram preferência por essa forma. Em contrapartida, os dados de Tuntum e os de Alto Parnaíba não confirmaram nossa hipótese. Enquanto os falantes tutuenses desfavorecem o *tu*, os falantes de Alto Parnaíba apresentaram frequência muito menor se comparada à média geral observada nas outras localidades.

O segundo questionamento versava sobre a influência do fator idade. De fato os resultados percentuais gerados pelo programa permitiram-nos constatar que a variação

diageracional condiciona o uso das formas *tu* e *você*. Porém, diferente do que acreditávamos, são os mais jovens que empregam com maior frequência a forma *tu*, ao passo que os mais idosos utilizam a forma *você*.

A respeito do tipo de variação encontrada, a interação *idade x localidade* permitiu-nos constatar que, de uma forma geral, há evidências tanto de mudança em curso quanto de variação estável.

A atuação do fator sexo também podia nos dar alguma indicação de mudança linguística. No entanto, nossa hipótese não foi confirmada uma vez que a variação diagenérica foi desconsiderada pelo programa, não atuando, portanto, na seleção de uma ou de outra forma.

Outro fator social que não condiciona a variação entre o *tu* e o *você* é o fator diastrático. Porém, quando associado à forma verbal de segunda pessoa, a escolaridade demonstra forte atuação dado o fator ter sido selecionado em primeiro lugar na ordem de relevância.

Também confirmamos a hipótese sobre a atuação do tipo de relato. Os dados apontam que, em discursos relatados, os falantes tendem a empregar mais o *tu* que o *você*. Ainda em relação a esse grupo de fator, observamos que, em falas que apresentam concordância verbal variável, o *tu* com a concordância tende a ser favorecido quando do discurso do próprio informante.

Em relação à concordância verbal, esperávamos que os falantes maranhenses tendessem ao uso do *tu* seguido da forma verbal típica de segunda pessoa. Mas, diferentemente do que verificamos na amostra, a maioria das ocorrências de *tu* é acompanhada com verbo na terceira pessoa. É válido ressaltar que, apesar de o número de ocorrências ter favorecido a não-concordância, em São Luís há um favorecimento muito grande para aparecer a forma verbal na fala dos informantes mais escolarizados. Acreditamos que um trabalho sobre a concordância variável na segunda pessoa poderia nos dar uma visão mais aprofundada dos fatores que condicionam esse uso. A princípio, vemos que os escolarizados tendem a usar o *tu* seguido da concordância verbal e a desfavorecer tal uso quando da reprodução da fala de terceiros, indicando uma possível consciência linguística da mudança, uma vez que esses falantes colocam na fala do outro a ocorrência da forma não-padrão, que nesse caso é o *tu* com verbo na terceira pessoa.

Já o fator linguístico tipo de referência não demonstra ser um fator relevante para explicar a alternância *tu* e *você* no Maranhão. Embora nossa hipótese não tenha sido

estatisticamente relevante, é notória a ocorrência de *tu* com valor genérico em 27% das ocorrências.

Como podemos observar, os aspectos linguísticos e sociais aqui analisados, considerados ou não como relevantes, ajudaram-nos a “revelar” o comportamento do *tu* e *você* no falar maranhense, justificando, portanto, o desenvolvimento da nossa pesquisa e confirmando a necessidade de se “ampliar a fotografia” sobre o atual do sistema pronominal do português falado no Brasil e, notadamente, no Maranhão.

Em suma, esperamos, pois, ter conseguido redirecionar a discussão acerca do que nos propusemos realizar em nosso projeto de pesquisa, acrescentando novos e possíveis direcionamentos, mas tendo sempre em vista o fio condutor da pesquisa: fazer uma fotografia geo-sociolinguística do português falado no Maranhão no que concerne ao uso do *tu* e do *você*, tendo em vista que, até então, não estão suficientemente delimitadas as localidades que apresentam em sua fala a alternância entre o *tu* e o *você*.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci. A geolinguística no Brasil **Revista da ABRALIN**, v. 5, n. 1 e 2, p. 215-238, dez. 2006.

AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**: gramática, vocabulário. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1976.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. A situação da geografia linguística no Brasil. In: GÄRTNER, Ebehrard (ed). **Pesquisas linguísticas em Portugal e no Brasil**. Frankfurt AM Main: Vervuet; Madrid: Iberoamericana, 1997, p.79-97.

_____. Estudos dialetais e sociolinguísticos do Português do Brasil. **Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, São Luís, v.1, n.3, 2001, p. 7-25

AZEVEDO, Ramiro Corrêa. O falar são-luizense. **Construtora**. São Paulo, n.3, p. 269-278, 1973.

_____. Antropolinguística: Bom Jesus. **Ciências e Cultura**. São Paulo, v. 12, n. 33, p. 1612-1615, dez., 1981.

_____. **Uma experiência em comunidades negras rurais**. São Luís: Gráfica São Luís, 1982.

_____. Etnografia de uma fala rural: Itapecuru. **Ciências e Cultura**. São Paulo, v. 5, n. 36, p. 806-814, maio, 1984.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BOLÉO, Manuel de Paiva. **Introdução ao estudo da filologia portuguesa**. Lisboa: Revista de Portugal, 1946.

BORTONI-RICARDO, Stela Maris. **Educação em língua materna**: a sociolinguística em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

CALLOU, Dinah. Caminhos e perspectivas da Dialectologia e da Sociolinguística no Brasil: variação e ensino. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. (Org). **Diversidade linguística e ensino**. 2.ed.Salvador: EDUFBA, 2004, p. 99-104.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 7.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Geolinguística: convergências e divergências na coleta de dados. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n.23-24, p. 143-153, jun./dez. 1999.

_____. A Geolinguística no terceiro milênio: monodimensional ou pluridimensional? **Revista do GELNE**, Fortaleza, v.4, n. 2, p. 54-70, 2002.

_____. Perspectivas para a dialetologia no Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. (Org). **Diversidade linguística e ensino**. 2.ed.Salvador: EDUFBA, 2004, p.105-112.

_____. Caminho dos Pronomes Pessoais no Português Brasileiro: considerações a partir de dados do Projeto ALiB. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 1.,São Paulo. 1 a 05/set/2008. **Anais do I Anais do I SIMELP - Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa**. São Paulo: FFLCH USP, 2008, p. 321-345.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacira Andrade. Um passo da geolinguística brasileira: o Projeto ALiB. In: RONCARATI; Claudia; ABRAÇADO, Jussara.(Orgs.).**Português Brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história**.Rio de Janeiro: 7Letras, 2003, p.39-49.

CINTRA, Lindley. **Formas de tratamento na língua portuguesa**. 2.ed. Lisboa: Livros Horizonte,1986.

COSERIU, Eugenio. A geografia linguística. In: COSERIU, E. O homem e sua linguagem. Rio de Janeiro/São Paulo: Presença/USP, 1982.

COSTA, Amália Beatriz Cruz da. As fórmulas de tratamento em três comédias de Martins pena – O juiz de Paz da Roça, O Judas no sábado de aleluia e A família e a festa da roça. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA FALADA NO TEATRO, 1., 1956, Salvador. **Anais do I Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958, p. 113-122.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. 7.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1976.

CUNHA, Claudia de Souza. (Org). **Estudos geo-sociolinguísticos**. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas, 2006.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2.ed.Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DIAS, Edilene Patricia. **O uso do tu no português brasileiro falado**. Brasília. 114 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, 2007.

DUARTE, Aspectos do sistema pronominal do português falado nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. In: SIMPÓSIO NACIONAL DO GT de SOCIOLINGUISTICA DA ANPOLL, 1996, João Pessoa. **Anais do XI Encontro Nacional da ANPOLL**. Campinas: ANPOLL, 1997, p. 541-509.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

HERENIO, Kerlly karine Pereira. **Tu e você em uma perspectiva intra-linguística**. Uberlândia, 2006. 120f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Uberlândia, 2006.

ILARI, Rodolfo *et al.* Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para a análise. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira e BASÍLIO, Margarida. (Orgs). **Gramática do português falado**. São Paulo: FAPESP, Editora da Unicamp, 1996. v. 4: Estudos descritivos, p.79-166.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico do Maranhão**. IBGE. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso 25 jan.2010.

LABOV, William. Estágios na aquisição do inglês standard. Tradução de Elisabeth Neffa Araujo Jorege. In: FONSECA, Maria Stella Vieira da; NEVES, Moema Facure. (Orgs.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, p.49-86.

_____.Some Sociolinguistic Principles. In: PAULISTON, C.B e TUCKER. (Orgs). **Sociolinguistics**. The essential Readings. Blackwell Publishing, 2003, p. 234-250.

_____. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LOPES, Celia Regina. Pronomes Pessoais. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. (Orgs.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2007, p.103-119.

LOREGIAN-PENKAL, Loremi. A alternância tu/você em Santa Catarina: uma abordagem variacionista. **Revista de Estudos Linguísticos XXXIV**, Campinas, UNICAMP, v. I, p. 362-367, 2005.1 CD-ROM.

LUCCA, Nívia Naves Garcia. **A variação tu/você na fala brasiliense**. Brasília, 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, 2005.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem**: um percurso na história da linguística moderna. São Paulo: Parábola, 2004.

MARANHÃO, Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres. Poranduba maranhense. **Revista de Geografia e História**, São Luís, n.1, dez. 1946. Separata.

MARANHÃO. Lei complementar nº 108 de 21 de novembro de 2007. Dispõe sobre a criação de Regiões para o Planejamento, e dá outras providências. **Diário Oficial [do Poder Executivo do Maranhão]**. São Luís, MA, ano C I, n. 224, 21 nov.2007.p.1-2.

MARROQUIM, Mário. **A língua do Nordeste**: Alagoas e Pernambuco. 3.ed.Curitiba: HD Livros, 1996.

MARTINS, Ananias. Imigrantes esquecidos na fronteira norte: açorianos na colonização e na cultura - Maranhão, século XVII. In: BARROSOS, Vera Lúcia Maciel. **Açorianos no Brasil**: história, memória, genealogia e historiografia. Porto Alegre: Edições EST, 2002, p. 16-41.

MELO, Elenice Bezerra et al. O falar da zona dos cocais. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, n. 2, v.2, p. 53-85, jul./dez. 1986.

MENON, Odete Pereira da Silva. Clíticos e possessivos em Curitiba: implicações para o ensino. In: SIMPÓSIO NACIONAL DO GT de SOCIOLINGUISTICA DA ANPOLL, 1996, Rio de Janeiro. **Anais do II Simpósio nacional do GT de Sociolinguística da ANPOLL**. Rio de Janeiro: Timing, 1996, p. 101-116.

_____. O sistema pronominal da região sul. SIMPÓSIO NACIONAL DO GT de SOCIOLINGUISTICA DA ANPOLL, 11, 1996, João Pessoa. **Anais do XI Encontro Nacional da ANPOLL**. Campinas: ANPOLL, 1997, p. 501-503.

MENON, Odete Pereira da Silva; LOREGIAN-PENKAL, Loremi. Variação no indivíduo: *tu/você* no Sul do Brasil. In: VANDRESSEN, Paulino. (Org.) **Variação e Mudança no português na região Sul**. Pelotas: EDUCAT, 2002, p. 147-188.

MODESTO, Artarxerxes Tiago T. **Formas de tratamento no português brasileiro: a alternância entre tu/você na cidade de Santos-SP.** 2006. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, São Paulo, 2006.

_____. Formas de tratamento no português brasileiro: a alternância tu / você na cidade de Santos. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, ano 4, n. 7, 2º semestre de 2007. 2007.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística: tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2004, p. 9-31.

MONTEIRO, José Lemos. Variação no uso dos pronomes pessoais no português do Brasil. **Verba: Anuário Galego de Filologia**, Santiago de Compostela, n. 17, p.145-57, 1990. Separata.

_____. **Pronomes pessoais.** Fortaleza: Edições UFC, 1994.

_____. O sistema pronominal na região Nordeste. In: SIMPÓSIO NACIONAL DO GT de SOCIOLINGUISTICA DA ANPOLL, 1996, João Pessoa. **Anais do XI Encontro Nacional da ANPOLL.** Campinas: ANPOLL, 1997a, p. 513-515.

_____. Determinação e análise dos fatores de variação no uso de pronomes pessoais em função de sujeito. **Letras**, Campinas, v. 16, n. 1/2, p. 13-30, 1997b.

_____. **Para compreender Labov.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

MOTA, Maria Alice. **A variação dos pronomes ‘tu’ e ‘você’ no português oral de São João da Ponte (MG).** Belo Horizonte, 2008. 125f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras, 2008.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **Para uma nova divisão dos estudos dialetais.** Disponível em < [http://: www.alib.ufba.br/prefacio.asp](http://www.alib.ufba.br/prefacio.asp) >. Acesso em 25 jan. 2010.

NARO, Antony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Cecília; CIPRIANO, Maria Luiza Braga (Org.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-25.

NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática do português falado: os pronomes pessoais. ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 1996, João Pessoa. **Anais do XI Encontro Nacional da ANPOLL**. Campinas: ANPOLL, 1997, p.504-509.

PAIVA, Maria da Conceição A.; DUARTE, Maria Eugenia Lamoglia. Quarenta anos depois: a herança de um programa na sociolinguística brasileira. In: WEINREICH, Uriel; LABOV, William e HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno São Paulo: Parábola, 2006, p. 131-149.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. O retorno do pronome *tu* à fala carioca. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). **Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003, p. 160-169.

RAMOS, Conceição de Maria de Araújo. **O português falado em São Luís: os pronomes pessoais na posição de sujeito**, 1996. (mimeo).

_____. **O clítico de 3ª pessoa: um estudo comparativo português brasileiro/espanhol peninsular**. Maceió, 1999.109f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós- Graduação em Letras, Universidade Federal de Alagoas, 1999.

RAMOS, Conceição de Maria de Araújo *et al.* **O português falado no Maranhão: estudos preliminares**. São Luís: EDUFMA, 2005.

RAMOS, Conceição de Maria de Araújo. (Coord). **Projeto Atlas Linguístico do Maranhão**. São Luís: UFMA . (Departamento de Letras). 82p. Projeto em andamento.

RASKY, Abdelhak. (Org). **Estudos geo-sociolinguísticos no Estado do Pará**. Belém: 2003.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 34.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

ROSSI, Nelson. A dialetologia. **Revista ALFA**, Marília, 1967, p.89-128.

SAID ALI, Manuel. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 6.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Análise quantitativa tópicos de interpretação do VARBRUL. In: MOLLICA, Cecília; CIPRIANO, Maria Luiza Braga (Orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 147-177.

_____. Preenchimento no sujeito pronominal e concordância variável no português brasileiro. In: SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007, p. 161-177.

_____. Análise e mapeamento de três fenômenos variáveis no português brasileiro. Brasília: UNB; Vitória: UFES. 66p. Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Estudos Linguísticos PPGEL/UFES, Programa de Pós-Graduação em Linguística PPGL/UNB. (Conselho Nacional de Pesquisa – Chamada PQ Triênio 2010-2012). Projeto em andamento.

SERRA, Astolfo. **Guia histórico e sentimental de São Luís do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1965.

SILVA NETO, S. **Guia para estudos dialetológicos**. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1957.

SOARES, Maria Elias. **As formas de tratamento nas interações comunicativas**: uma pesquisa sobre o português falado em Fortaleza. Rio de Janeiro. 1980. 157f. Dissertação (Mestrado em Letras), PUC Rio de Janeiro, 1980.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 7.ed. São Paulo: Ática, 2006.

VIEIRA, Márcia dos Santos Machado; VIEIRA, Silvia Rodrigues. A representação sócio-geolinguística de fenômenos morfossintáticos. In: CUNHA, Claudia de Souza. (Org). **Estudos geo-sociolinguísticos**. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras vernáculas, 2006, p. 99-111.

VIEIRA FILHO, Domingos. **A linguagem popular do Maranhão**. 2. ed. São Luís, 1958.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Título original: Histoire de la langue portugaise. por.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William e HERZOG, Marvin.. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno São Paulo: Parábola, 2006, p. 87-126.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Breve histórico das localidades investigadas

1 - SÃO LUÍS

Gentílico: Ludovicense

São Luís, capital do Estado, está localizada na mesorregião Norte Maranhense e na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, limitando-se ao norte com o Oceano Atlântico; ao sul com o Estreito dos Mosquitos; a oeste com a Baía de São Marcos e a leste com o município de São José de Ribamar. Com uma área territorial de 827,14 km², atualmente o município conta com uma população de 957.515 habitantes (Censo IBGE 2007).

Fundada em 8 de setembro de 1612, na ilha de Upaon-Açu, com a construção de um forte pelos franceses, em homenagem ao rei francês, à época, Luís XIII, com o objetivo de estabelecer a tão sonhada Franca Antártica Equinocial.

Com a expulsão dos franceses, em 1615, a posse da terra pelos portugueses não garantiu o povoamento imediato. Assim, em 1641, o Maranhão vê seu território sendo invadido por holandeses. Entretanto, o domínio holandês foi curto e, em 1644, se inicia, de fato e em definitivo, a colonização portuguesa de São Luís do Maranhão.

O povoamento da cidade se deu por meio da colônia de portugueses e colônias estrangeiras, juntamente com a mestiçagem (brancos, negros e índios) e, ainda, da vinda de franceses, italianos, ingleses, alemães e de *carcamanos*, alcunha dos sírios no Maranhão. Toda diversidade de povos e culturas contribuíram para a formação sócio-histórico e cultural da capital.

A caracterização fluvio-marinha fez com que São Luís desempenhasse, em meados dos séculos XVIII e XIX, um grande papel na economia do Brasil-Colônia, tendo sido considerado o quarto centro exportador de algodão e arroz, depois de Salvador, Recife e Rio de Janeiro. São Luís herdou ainda, dessa época, um dos mais representativos e ricos exemplares do traçado urbano e arquitetônico produzidos pela colonização portuguesa, peculiaridade que lhe rendeu o título de Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade.

2 - PINHEIRO

Gentílico: Pinheirense

O município de Pinheiro está localizado na mesorregião Norte Maranhense e microrregião Baixada Maranhense, limitando-se ao norte com o município de Santa Helena, ao sul com o município de São Bento; a leste com os municípios de Palmeirândia, Bequimão e Peri-Mirim; e a oeste com o município de Presidente Sarney. Distanto 343 quilômetros da capital do Estado, Pinheiro conta com uma população de 74.123 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 1.466 km² (Censo IBGE 2007).

Originado da fazenda do capitão-mor de Alcântara, o povoamento de Pinheiro foi promovido por Inácio José Pinheiro, em 1818, que ali chegou em busca de um local que melhor atendesse as necessidades de seu numeroso rebanho.

Incomodados com a aglomeração iniciada em terras pinheirenses, os índios que viviam nas vizinhanças acusaram Inácio José Pinheiro de incitar a ocupação de terras indígenas. Abalado pelas acusações e censurado pelo governador, o capitão-mor veio a falecer um ano depois do episódio ocorrido em 1819.

Ao longo do tempo, a localidade recebeu diversas denominações – Lugar de Pinheiro, Vila Nova de Pinheiro, Vila de Santo Inácio de Pinheiro. Foi elevada à categoria de vila, por meio de Lei Provincial em 03 de setembro de 1856, e à categoria de município, com a denominação de Pinheiro, em 1920, pela Lei Estadual nº 911, de 30 de março.

Conhecida como a “Princesa da Baixada”, graças à exuberância dos seus verdes campos, atualmente o município vive da pecuária, do cultivo da lavoura e da extração vegetal e do comércio, tipo de economia que mais cresce no município.

3 – BACABAL

Gentílico: Bacabalense

O município de Bacabal está localizado na mesorregião Centro Maranhense e microrregião do Médio Mearim, limitando-se ao norte com o município de Conceição do Laço Açu; ao sul com o município de São Luiz Gonzaga do Maranhão; a leste com os municípios de Alto Alegre do Maranhão e São Mateus do Maranhão; e a oeste com os municípios de Lago Verde e Bom Lugar. Distanto 250 quilômetros da capital do Estado, Bacabal conta com uma população de 98.489 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 1.682,601 km² (Censo IBGE 2007).

O povoamento do município data o ano de 1876 quando da chegada do Coronel Lourenço Vieira da Silva que, em busca de terras próprias para a agricultura, estabeleceu uma fazenda onde hoje está localizada a Praça Nossa Senhora da Conceição. Mas, com a abolição da escravatura, o coronel Raimundo Alves de Abreu adquiriu a propriedade que passou a ser conhecida como Sítio dos Abreu.

Devido as suas características geográficas – terras férteis e invernos regulares –, o Sítio dos Abreu prosperou rapidamente atraindo migrantes nordestinos que muito contribuíram para o desenvolvimento agrícola da região. Assim, com a expansão agrícola impulsionada pelos migrantes oriundos do Estado do Ceará e Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte e, ainda, com a abolição dos escravos que permitiram que estes adquirissem pequenas terras, Bacabal atingiu, ainda no século passado, a posição de primeiro centro produtor do Estado.

Com o desenvolvimento econômico e crescente aumento da população, Bacabal foi elevado à categoria de município pela lei estadual nº 932, de 17 de abril de 1920, ao ser demembrado de São Luís Gonzaga do Maranhão. A denominação toponímica faz alusão a grande quantidade de bacaba, isto é, coco selvagem, existente na região desde sua fundação.

4 – TUNTUM

Gentílico: Tuntuense

O município de Tuntum está localizado na mesorregião Centro Maranhense e microrregião do Alto Mearim e Grajaú, limitando-se ao norte com o município de Joselândia e São José dos Basílios; ao sul com o município de Mirador e Colinas; a leste com os municípios de Presidente Dutra, Santa Filomena do Maranhão e São Domingos do Maranhão; e a oeste com o município de Barra do Corda e Fernando Falcão. Distanto 370 quilômetros da capital do Estado, Tuntum conta com uma população de 39.041 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 3.573,041 km² (Censo IBGE 2007).

O município teve sua povoação iniciada por volta de 1890 quando, José Naziozeno e sua família, passaram a morar próximo a um olho D'água situado a margem esquerda do riacho Tuntum. Sendo o lugarejo um lugar fértil para o plantio de arroz, o município logo atraiu a vinda de vários moradores como o casal Manoel Jose e Alexandrina. Assim, em 1902, o casal se situou a margem esquerda do riacho, cuja morada recebeu o nome de “Paca”, lugar esse que mais tarde foi habitado por seus genros Alípio Benvida, Manoel Benvida e Anunciato Borges.

Em 1906, a margem direita do riacho, chega ao lugarejo a família dos Carneiros, capitaneada por Francisco Santos. O local passou a ser chamado de Sítio dos Carneiros e, desde então, foi crescendo atraindo também as famílias de Luís Coelho, Honório de Araújo, Correia Lima, Tavares Viana e Francisco Andrade.

Em 1936, a família Correia chega ao povoado e traz consigo o primeiro comércio a varejo do Sr. Estevão Correia e a indústria de algodão do Sr. Francisco Coelho. Já em 1940, foi a vez da família Arruda Leda chegar ao povoado que, ao se deparar com um amontoado de palhoças e um povo sem representação política, lutou pela emancipação do povoado. Assim, em meados dos anos 40, Ariston Arruda Léda tornou-se o primeiro prefeito de Tuntum.

Com a emancipação política, o município recebe forte migração nordestina e passa a contar com uma população de aproximadamente 3000 habitantes que, até aquela época, não passava de 600. Tuntum foi elevado à categoria de município pela lei estadual nº 1362, de 12 de setembro de 1955, desmembrado de Presidente Dutra, com a denominação de Tuntum, em alusão ao som produzido pela queda d'água do pequeno riacho que banha a cidade.

5 - ALTO PARNAÍBA

Gentílico: Alto-parnaibano

O município de Alto Parnaíba está localizado na mesorregião Sul Maranhense e na microrregião Gerais de Balsas, limitando-se ao norte com os municípios maranhenses de Balsas e Tasso Fragoso, e o município de Santa Filomena, no Piauí; ao sul com o município de Mateiros (Tocantins); ao leste com os municípios de Santa Filomena, Barreiras do Piauí e Gilbués (Piauí), e a oeste com o município de Balsas, no Maranhão, e os municípios de São Félix do Tocantins e Lizarda (Tocantins). Distanto 1.330 quilômetros da capital do Estado, o município de Alto Parnaíba conta com uma população de 10.304 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 11.132 km² (Censo IBGE 2007).

Desmembrado do município de Paranaguá – Piauí, pela lei provincial de 8 de junho de 1871, tornando-se um distrito administrativo de Loreto – Maranhão, o município teve, inicialmente, os índios Tapuia ou Tapuios como seus primeiros habitantes. Mas foi na pessoa de Francisco Luís de Freitas que, em busca de área adequada ao cultivo agrícola, ali se instalou dando-lhe o nome de Fazenda Barcelona.

Com a doação das terras da Fazenda Barcelona à Igreja local, o povoado foi elevado à categoria de vila, com a denominação de Vitória do Alto Parnaíba, pela Lei Provincial de 09 de abril de 1881. Em 1943, por meio do Decreto-Lei nº 820, de 30 de dezembro, o município de Vitória do Alto Parnaíba passou a denominar-se Alto Parnaíba, nome que perdura até os dias atuais. Como atividades econômicas, o município conta com a agricultura, a pecuária e o extrativismo vegetal.

6 - BALSAS

Gentílico: Balsense

O município de Balsas está localizado na mesorregião Sul Maranhense e na microrregião Gerais de Balsas, limitando-se ao norte com os municípios de Fortaleza dos Nogueiras, São Raimundo das Mangabeiras e Nova Colinas; ao sul com os municípios de Alto Parnaíba (Maranhão) e Lizarda (Tocantins); ao leste com os municípios de Sambaíba e Tasso Fragoso; e oeste com o município de Riachão (Maranhão) e os municípios de Campos Lindos, Lizarda e Recursolândia (Tocantins). Distanto 824 quilômetros da capital do Estado, o município de Balsas conta com uma população de 78.845 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 13.142 km² (Censo IBGE 2007).

O Porto de Caraíba, situado às margens do rio Balsas, era o melhor ponto de acesso às grandes fazendas do município de Riachão. Logo, com o contínuo movimento formado por viajantes não tardou que se formassem, às margens do rio Balsas, pequenos povoados.

Sabedor da existência da população que aqui ali se formava, para lá se deslocou o baiano Antônio Ferreira Jacobina, mercador de fumo nos sertões, que logo se tornou líder do povoado, denominando-o Vila Nova. Assim, às margens do Rio Balsas, foi construído um pequeno comércio em que eram vendidos fumo, cachaça, rapadura, sal e querosene. O local passou a ser um ponto de referência para todos os viajantes que ali passavam em embarcações construídas de buritis, denominadas “balsas”.

Em 1879, o povoado já possuía duas ruas e o largo da pracinha, onde foi edificada uma pequena capela tendo Santo Antônio como santo de devoção. Em 1882, Vila Nova recebeu um novo nome “Santo Antônio de Balsas”, e foi, posteriormente, elevado à categoria de vila, pela Lei nº 15, de 07 de outubro de 1892, e de cidade, com a mesma denominação, pela Lei nº 775, de 22 de março de 1918. Em 1943, o Distrito de Santo Antônio de Balsas, pelo Decreto-Lei nº 820 de 30 de dezembro, passou a denominar-se “Balsas”.

Conhecido pela forte produção de grãos, com destaque para a soja, o município é considerado um dos seus maiores produtores no Nordeste. Conta, ainda, com indústrias extrativas de óleo de babaçu, transformação do buriti e fibras de palmáceas, como o tucum. Com a divulgação da existência de terras férteis para o plantio da soja, além de brasileiros vindos de várias partes do país, como Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Tocantins, Goiás, Balsas também tem atraído estrangeiros vindos, principalmente da Rússia e do Japão.

APÊNDICE B - Cartas geográficas

FIGURA 14 – Carta geográfica 1

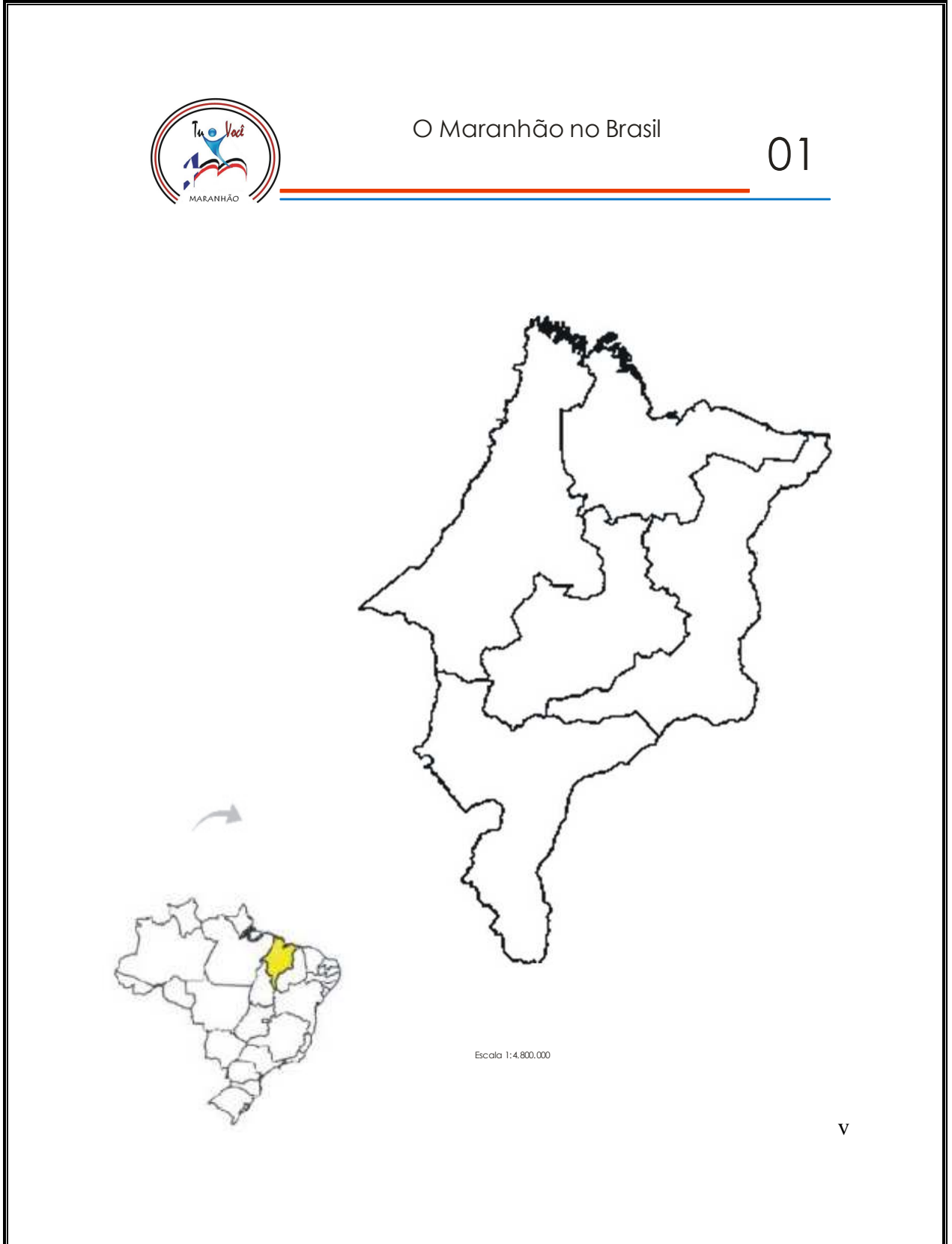


FIGURA 15 – Carta geográfica 2

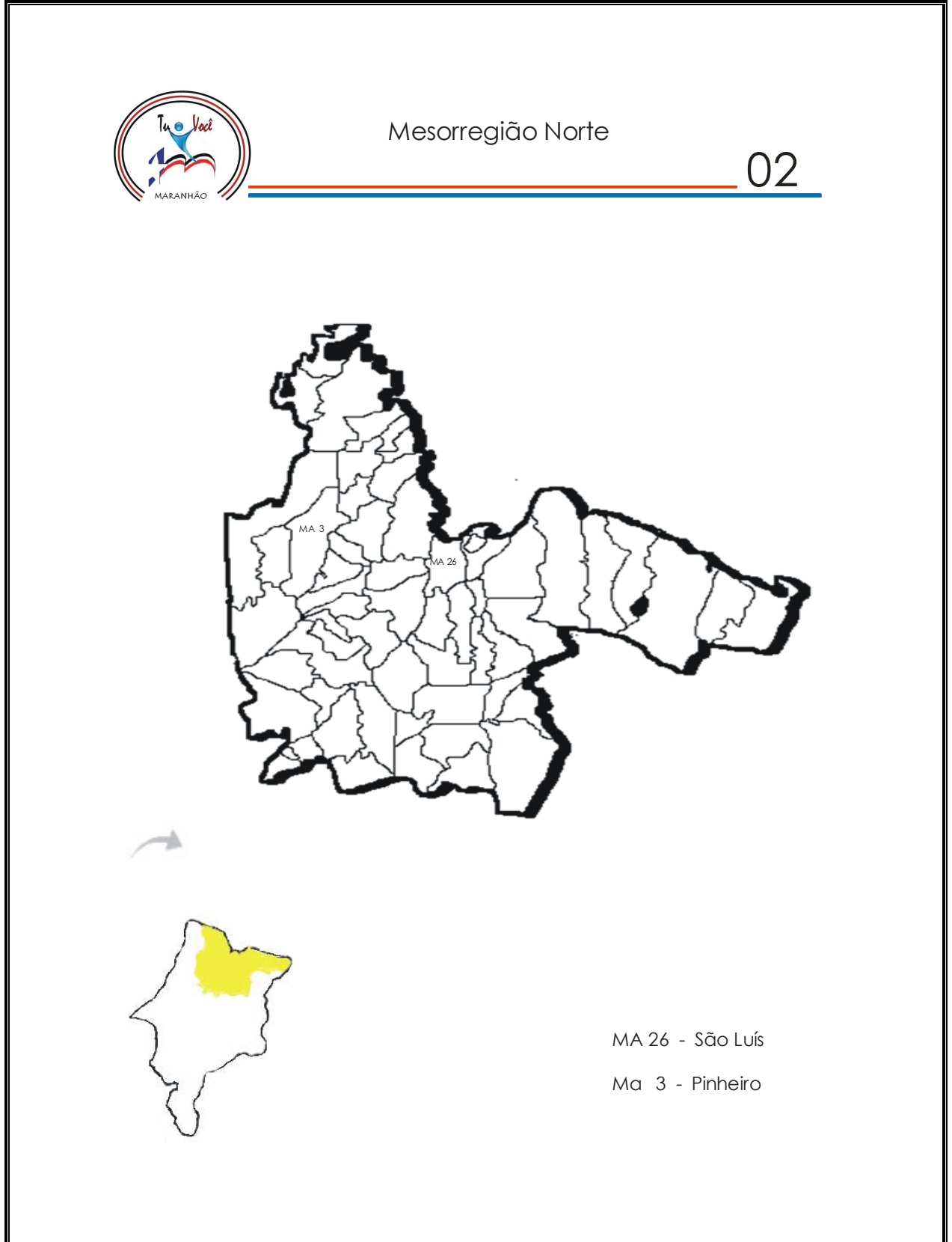


FIGURA 16 – Carta geográfica 3

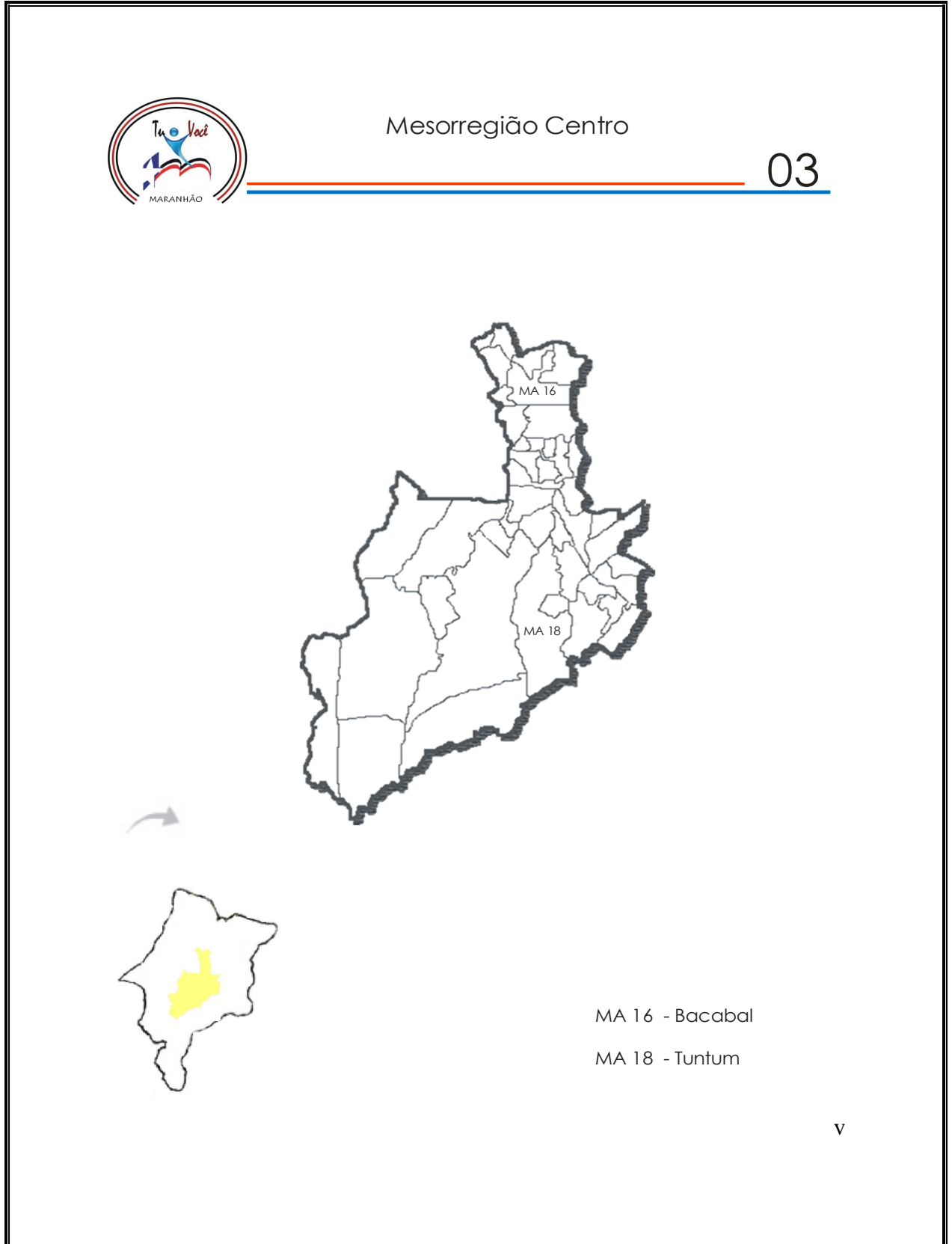
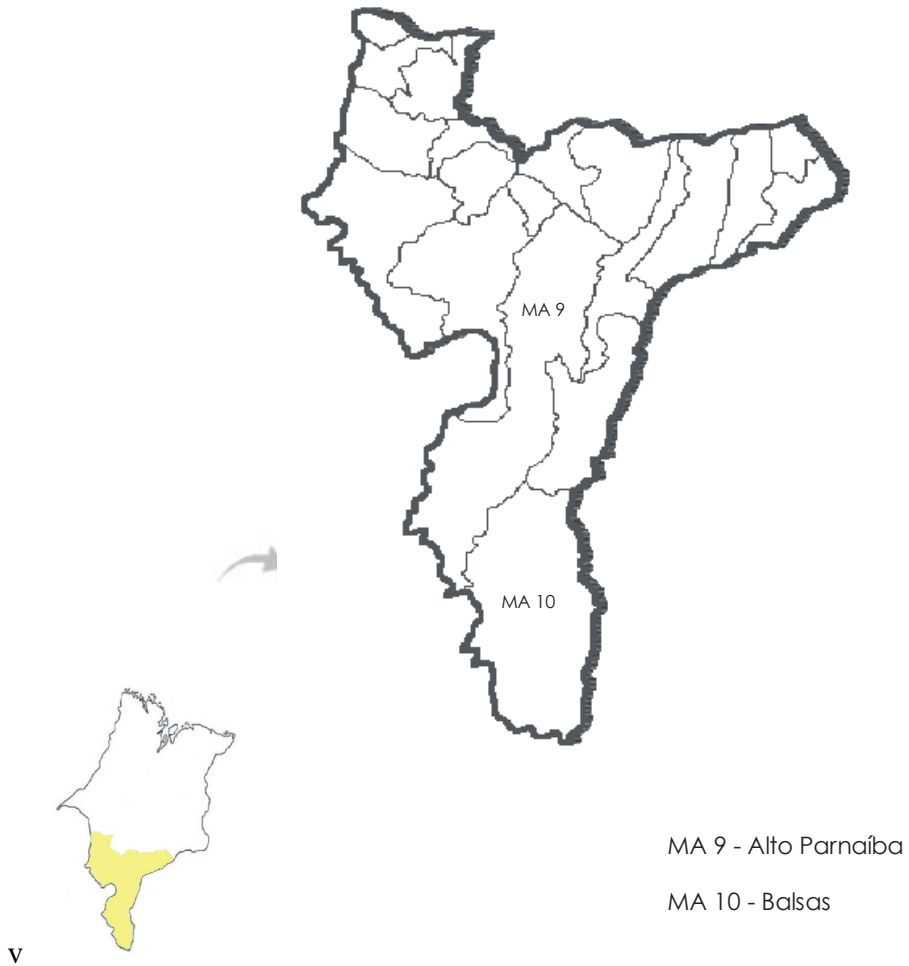


FIGURA 17 – Carta geográfica 4



Mesorregião Sul

04

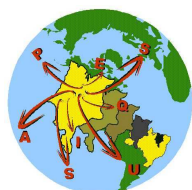


ANEXOS

ANEXO A

Quadro 3 – Distribuição Regional da Rede de Pontos do Projeto ALiMA

MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	
Norte	Aglomeração Urbana de São Luís	MA1 - São Luís	867.690	
		MA2 - Raposa	16.790	
		MA3 - Pinheiro	67.888	
Centro	Médio Mearim Alto Mearim e Grajaú	MA16 - Bacabal	91.737	
		MA18 - Tuntum	77.750	
		Itapecuru	MA17 - Codó	104.825
		Gurupi	MA5 - Carutapera	18.594
Oeste	Pindaré	MA6 - Maracaçumé	14.842	
		MA4 - Turiaçu	31.289	
		MA15 - Santa Luzia	72.410	
		Imperatriz	MA7 - Imperatriz	230.450
		Chapadinha	MA13 - Brejo	27.510
Leste	Caxias	MA12 - Caxias	139.551	
		Chapadas do Alto Itapecuru	MA11 - São João dos Patos	23.131
		Baixo Parnaíba Maranhense	MA14 - Araiões	34.906
		Porto Franco	MA8 - Carolina	23.937
Sul	Gerais de Balsas	MA10 - Alto Parnaíba	10.177	
		MA9 - Balsas	60.155	



Projeto Atlas Linguístico do Maranhão
Ficha da Localidade
Nº. do Ponto: Nº. do informante:

1. NOME OFICIAL:

2. NOME REGIONAL:

3. NOMES ANTERIORES:

4. NOME(S) DADO(S) AOS HABITANTES:

a) pelos próprios:

b) pelos habitantes de outras localidades:

5. NOME DADO(S) AO FALAR LOCAL:

a) pelos próprios habitantes:

b) pelos habitantes de outras localidades:

6. NÚMERO DE HABITANTES:

a) oficial –

b) população -

c) cálculo do informante –

7. ATIVIDADES ECONÔMICAS PREDOMINANTES:

8. INDÚSTRIAS CASEIRAS:

9. SUBLOCALIDADES (subúrbios ,sub-distritos, povoações, etc.):

10. COMUNICAÇÕES (viárias, fluviais, marítimas, ferroviárias, etc.):

11. DADOS SOBRE A INFRAESTRUTURA DA LOCALIDADE
12. DADOS SOBRE EMIGRAÇÃO:
13. DADOS SOBRE IMIGRAÇÃO:
14. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DA LOCALIDADE:
15. HISTÓRICO SUSCINTO DA LOCALIDADE (como surgiu, data da fundação, primeiros habitantes)
16. OBSERVAÇÕES GERAIS:



Projeto Atlas Linguístico do Maranhão
Ficha do Informante
Nº. do Ponto: Nº. do informante:

1. NOME:		2. ALCUNHA:	
3. DATA DE NASCIMENTO:	4. SEXO: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F		5. IDADE:
6. ENDEREÇO:			
7. ESTADO CIVIL: A. <input type="checkbox"/> SOLTEIRO B. <input type="checkbox"/> CASADO C. <input type="checkbox"/> VIÚVO D. <input type="checkbox"/> OUTRO			
8. NATURALIDADE:		9. COM QUE IDADE CHEGOU A ESTA CIDADE? (CASO NÃO SEJA NATURAL DA LOCALIDADE)	
10. DOMICÍLIOS E TEMPO DE PERMANÊNCIA FORA DA LOCALIDADE:			
11. ESCOLARIDADE:		11A. OUTROS CURSOS: A. <input type="checkbox"/> ESPECIALIZAÇÃO B. <input type="checkbox"/> PROFISSIONALIZANTE C. <input type="checkbox"/> OUTROS	
12A. NATURALIDADE DA MÃE:		12B. NATURALIDADE DO PAI:	
12C. NATURALIDADE DO CÔNJUGE:		13. PROFISSÃO PRINCIPAL:	
14. ONDE EXERCE SUA PROFISSÃO:			
15. OUTRAS PROFISSÕES/OCUPAÇÕES:		16. PROFISSÃO: A. DO PAI: B. DA MÃE: C. DO CÔNJUGE:	
17. TIPO DE RENDA: A. <input type="checkbox"/> INDIVIDUAL B. <input type="checkbox"/> FAMILIAR			
18. ASSISTE TV? A. <input type="checkbox"/> TODOS OS DIAS B. <input type="checkbox"/> ÀS VEZES C. <input type="checkbox"/> NUNCA		19. PROGRAMAS DE TV PREFERIDOS: A. <input type="checkbox"/> NOVELAS D. <input type="checkbox"/> NOTICIÁRIOS G. <input type="checkbox"/> OUTRO B. <input type="checkbox"/> ESPORTES E. <input type="checkbox"/> PR. RELIGIOSO C. <input type="checkbox"/> PR. AUDITÓRIO F. <input type="checkbox"/> FILMES	
20. TIPO DE TRANSMISSÃO: A. <input type="checkbox"/> REDE GRATUITA B. <input type="checkbox"/> PARABÓLICA C. <input type="checkbox"/> TV POR ASSINATURA		21. OUVE RÁDIO? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO A. <input type="checkbox"/> TODOS OS DIAS B. <input type="checkbox"/> PARTE DO DIA C. <input type="checkbox"/> O DIA INTEIRO D. <input type="checkbox"/> ÀS VEZES	
22. PROGRAMAS DE RÁDIO PREFERIDOS: A. <input type="checkbox"/> NOTICIÁRIO GERAL D. <input type="checkbox"/> MÚSICA B. <input type="checkbox"/> NOTICIÁRIO POLICIAL E. <input type="checkbox"/> PR. RELIGIOSO		23. LÊ JORNAL? A. <input type="checkbox"/> ÀS VEZES B. <input type="checkbox"/> SEMANALMENTE	

C. ⊕ ESPORTES		F. ⊕ PR. C/ PART. DO OUVINTE		C. ⊕ DIARIAMENTE D. ⊕ RARAMENTE E. ⊕ NÃO LÊ	
24. NOME DO JORNAL: _____		25. SEÇÕES DO JORNAL QUE GOSTA DE LER:			
A. ⊕ LOCAL B. ⊕ ESTADUAL C. ⊕ NACIONAL		A. ⊕ EDITORIAL B. ⊕ ESPORTES C. ⊕ VARIEDADES D. ⊕ PR. CULTURAL		E. ⊕ POLÍTICA F. ⊕ PÁG. POLICIAL G. ⊕ CLASSIFICADOS H. ⊕ OUTRAS	
26. LÊ REVISTA?					
A. ⊕ RARAMENTE		B. ⊕ SEMANALMENTE			
C. ⊕ MENSALMENTE		D. ⊕ NÃO LÊ			
27. NOME/TIPO DE REVISTA:					
	SEMPRE	ÀS VEZES	NUNCA		
28. CINEMA	A. ⊕	B. ⊕	C. ⊕		
29. TEATRO	A. ⊕	B. ⊕	C. ⊕		
30. SHOWS	A. ⊕	B. ⊕	C. ⊕		
31. FOLCLORE	A. ⊕	B. ⊕	C. ⊕		
32. FUTEBOL	A. ⊕	B. ⊕	C. ⊕		
33. OUTROS	A. ⊕	B. ⊕	C. ⊕		
34. QUE RELIGIÃO OU CULTO PRÁTICA?					
35. CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS DO INFORMANTE: A. ⊕ TÍMIDO B. ⊕ VIVO C. ⊕ PERSPICAZ D. ⊕ SARCÁSTICO					
36. ESPONTANEIDADE DA ELOCUÇÃO: A. ⊕ TOTAL B. ⊕ GRANDE C. ⊕ MÉDIA D. ⊕ FRACA					
37. POSTURA DO INFORMANTE DURANTE O INQUÉRITO: A. ⊕ COOPERATIVA B. ⊕ NÃO COOPERATIVA C. ⊕ AGRESSIVA D. ⊕ INDIFERENTE					
38. CATEGORIA SOCIAL DO INFORMANTE: A. ⊕ CLASSE "A" B. ⊕ CLASSE "B" C. ⊕ CLASSE "C" D. ⊕ CLASSE "D"					
39. OBSERVAÇÕES SOBRE A CATEGORIA SOCIAL DO INFORMANTE (POSSUI CARRO, CASA PRÓPRIA, ETC.)					
40. GRAU DE CONHECIMENTO ENTRE INFORMANTE E INQUIRIDOR: A. ⊕ GRANDE B. ⊕ MÉDIO C. ⊕ PEQUENO D. ⊕ NENHUM					
41. INTERFERÊNCIA OCASIONAL DE CIRCUNSTANTES: A. ⊕ SIM B. ⊕ NÃO					
42. CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DO(S) CIRCUNSTANTE(S):					
43. AMBIENTE DO INQUÉRITO:					
44. OBSERVAÇÕES:					

45. NOME DO ENTREVISTADOR:		46. LOCAL DA ENTREVISTA:	
		CIDADE:	UF:
		47. DATA DA ENTREVISTA:	48. DURAÇÃO: